

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA
LINHA 1: DINÂMICAS TERRITORIAIS**

**COLORINDO A LUTA PELA TERRA: ESPACIALIDADES
LGBT NOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO
BRASILEIRO**

VINICIUS NUNES FILETO

UBERLÂNDIA, (MG)

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**COLORINDO A LUTA PELA TERRA: ESPACIALIDADES LGBT NOS
MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO BRASILEIRO**

VINICIUS NUNES FILETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador:

UBERLÂNDIA, (MG)

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F481c
2020 Fileto, Vinicius Nunes, 1994-
Colorindo a luta pela terra [recurso eletrônico] : espacialidades
LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro / Vinicius
Nunes Fileto. - 2020.

Orientador: Marcelo Cervo Chelotti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.3625>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Chelotti, Marcelo Cervo, 1978-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

IG

VINICIUS NUNES FILETO

**COLORINDO A LUTA PELA TERRA: ESPACIALIDADES LGBT
NOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO**

Professor Dr. Marcelo Cervo Chelotti - IG-UFU

Professor Dr. Carmem Lucia Costa – UFCAT- GO

Professor Dr. João Cleps Junior – IG-UFU

Data: 20 / 02 de 2020

Resultado: APROVADO

Dedico esse trabalho a Maria Abadia Fileto mulher camponesa que escolheu aceitar, respeitar e cuidar de seu neto-filho gay.

Dedico também a todas as pessoas que tem seus corpos marcados pela raça e pela sexualidade.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um dos sentimentos mais nobres do universo. Agradecer é importante, porém não é uma tarefa fácil de ser feita. Esta parte do trabalho, além de ser a última é a mais complicada e emocionante pra mim.

Primeiramente quero agradecer meu amigo, professor, mentor, às vezes até pai e orientador Marcelo Cervo Chelotti que confiou em mim esta pesquisa que só existiu por sua provocação.

Agradeço a CAPES por possibilitar esta pesquisa por meio da concessão da bolsa.

Quero agradecer minha mãe avó, mãe Maria Abadia Fileto por sua dedicação e amor por mim. Provavelmente ela nunca vai ler isso, por ser uma pessoa muito simples e sem interesse em leituras difíceis, mas sem ela eu não estaria aqui.

Quero agradecer meu pai Renaldo Vicente Fileto que sempre esteve do meu lado, junto a minha avó nos melhores e piores momentos.

Quero agradecer minha irmã Emelly que de longe é a pessoa que mais acredita em mim na vida.

Quero agradecer minha madrastra Elisangela que sempre me deu os melhores conselhos nos momentos em que eu mais precisava. Além de fazer feliz o homem mais importante da minha vida.

Quero agradecer aos meus amigos da graduação e pós-graduação na Geografia da UFU que sempre compartilharam comigo suas vidas e anseios durante essa minha jornada.

Quero agradecer a todo mundo que construiu o DAGEO-UFU e não deixou esse espaço que vive em mim morrer.

Quero agradecer meus amigos Café, Bruninha, Nath, Tati, Hellen que entre escadas, fofocas, cafés, derrotas e vitórias estão juntos comigo desde o primeiro período do curso de Geografia.

Quero agradecer meus amigos Regis Elísio, Lucas Guzzo por nunca deixarem eu me esquecer de que o racismo é o maior condicionante das desigualdades do mundo.

Quero agradecer todas minhas amigas narnianas, que estão ao meu lado desde a adolescência e me confirmam que a formação acadêmica é apenas uma possibilidade dentro de outras tantas que o mundo nos oferta.

Quero agradecer Laryssa Cristiano pelo amor, companheirismo e por confeccionar os mapas autorais deste trabalho.

Quero agradecer o Igor Daniel, que esteve presente na minha vida todo o processo de construção da pesquisa no mestrado. Às vezes atrapalhando, mas na maioria do tempo ajudando a segurar as barras que este tempo derrubou sobre mim. Obrigado também por me ajudar a tabular os dados da pesquisa.

Quero agradecer a cada pessoa que topou tomar uma cerveja comigo quando eu não aguentava mais escrever e precisava de um ouvido, de um amigo.

Quero agradecer a professora Joseli Maria Silva que conheci durante o mestrado e se tornou uma grande amiga, e que ajudou muito na construção desta pesquisa.

Quero agradecer os professores João Cleps Jr. e Carmem Lúcia Costa por aceitarem dividir todas as suas experiências acadêmicas contribuindo fortemente para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Quero agradecer, por fim, a mim mesmo por ser forte o suficiente pra aguentar o racismo, a homofobia e o capitalismo que tentou durante todo o processo de construção desta pesquisa me fragilizar, me derrubar. Porém junto a todos supracitados, sobrevivi e estou de pé sendo mais uma bixa preta da periferia mestre!

“Esse é um Movimento construído por homens, mulheres e LGBTs. E ao mesmo tempo em que agitamos a lona preta, empreendendo a luta pela Reforma Agrária Popular e contra o agronegócio, temos que começar a agitar a bandeira colorida, na perspectiva de pensar o campo como um território de diversidade e, por ser um território de diversidade, conseqüentemente, é também um campo que também tem que lidar com a homofobia, lesbofobia e a transfobia, males que, assim como o machismo, precisam ser combatidos e vencidos.”

(Eduardo, gay e assentado no Ceará)

“O Patriarcado destrói, o Capitalismo faz a guerra, o sangue LGBT também é sangue Sem Terra.”

(Coletivo LGBT Sem Terra, 2017)

“Faço questão de botar no meu texto que as afeminadas estão se revelando.”

(Gloria Groove, 2019)

RESUMO

No século XXI os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil passam por um processo de ressignificação. Inspirados pela luta popular que, uniu diversas agendas de luta em uma: mais numerosa, homogênea e ligada à classe trabalhadora. Neste contexto é que os movimentos de luta pela terra no Brasil vão se vincular com a luta do movimento LGBT e, sobretudo, inserir a pauta LGBT dentro de suas estruturas políticas. Inspirados neste processo é que aqui vamos nos debruçar em compreender geograficamente como os movimentos sociais da luta pela terra e de Lésbicas, Gays Bissexuais e Travestis e Transexuais (LGBT) se interseccionam e produzem espaços, preocupando especificamente com a estrutura política dos movimentos da luta pela terra que vai inserir em sua agenda as demandas relacionadas ao debate da diversidade sexual que enquanto sujeitos políticos agem sobre o espaço. Os resultados da pesquisa recaem sobre a análise dos textos jornalísticos coletados nos sites do MST, MPA e MAB, com fim de resolver os problemas da pesquisa que se baseiam na compreensão geográfica da organização das pessoas LGBT na luta pela terra. Inicialmente traçamos uma linha do tempo das ações noticiadas para contextualizar o processo de organização das LGBT Sem Terra explicitando as principais motivações e seu caráter espacial. Depois tendemos a mostrar o vínculo da organização das LGBT Sem Terra através da luta socialista e popular. Assim tentamos dar um parâmetro, mesmo que flutuante, do caráter territorial da organização LGBT Sem Terra para que por fim trouxéssemos uma contribuição para o entendimento da espacialização desses sujeitos como produtores de uma identidade específica.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais do campo; Espacialidades; LGBT Sem Terra.

RESUMEN

En el siglo XXI, los movimientos sociales que luchan por la tierra en Brasil están experimentando un proceso de reformulación. Inspirado por la lucha popular que unió varias agendas de lucha en una, más numerosa y homogénea, vinculada a la clase trabajadora. En este contexto, es que los movimientos por la lucha por tierra en Brasil se vincularán con la lucha del movimiento LGBT y, sobre todo, insertarán la agenda LGBT dentro de sus estructuras políticas. Inspirados en este proceso, aquí nos centraremos en comprender geográficamente cómo los movimientos sociales de la lucha por la tierra y lo movimiento LGBT se cruzan y producen espacios, específicamente relacionados con la estructura política de los movimientos por la lucha por tierra que insertará en su agenda las demandas relacionadas con el debate de la diversidad sexual. Los resultados de la investigación que consistió en el análisis de los textos recogidos en los sitios web del MST, MPA y MAB, para resolver los problemas de investigación guiados por los objetivos. Inicialmente, trazamos una línea de tiempo de las acciones informadas para contextualizar el proceso de organización de LGBT sin tierra explicando las principales motivaciones y su carácter espacial. Luego, tendemos a mostrar el vínculo de la organización de LGBT sin tierra a través de la lucha socialista y popular. Por lo tanto, tratamos de dar un parámetro, incluso fluctuante, del carácter territorial de la organización LGBT sin tierra para que finalmente contribuyamos a la comprensión de la espacialización de estos sujetos como productores de una identidad específica.

Palavras-clave: Movimientos socioterritoriales del campo; espacialidades; LGBT Sin Tierra.

LISTA DE MAPAS

Prancha 1 - Brasil – Violência contra camponeses e trabalhadores rurais – 1986 – 2006

Mapa 1 – Brasil - predominância de terras exploráveis não exploradas - 1998

Mapa 2 – Espacialização LGBT na luta pela terra no Brasil – 2015 - 2019

Mapa 3 – LGBT's Sem Terra em acampamentos e assentamentos da reforma agrária no Brasil – 2015 – 2019

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura Organizativa do MST

Quadro 2 - Tipos de Reivindicações dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil - 2000-2011

Quadro 3 - Número e siglas dos movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações por ano no período de 2000-2016

Quadro 4 – Reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT no site do MST – 2015 - 2019

Quadro 5 – Reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT no site do MPA – 2015 – 2019

Quadro 6 – Reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT no site do MAB – 2015 - 2019

Quadro 7 - modificações das normas gerais no MST com o reconhecimento das LGBT Sem Terra

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil - Famílias em ocupações de terra - 1988-2016

Gráfico 2 - Brasil - Relação dos movimentos socioterritoriais, número de ocupações e número de famílias - 2000-2016

Gráfico 3 - Brasil - Evolução dos Movimentos socioterritoriais - 2000-2016

Gráfico 4 – Brasil – Reportagens que envolvem o tema LGBT coletadas nos sites dos movimentos socioterritoriais ligados à via campesina por movimento – 2015 - 2019

Gráfico 5 - Reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT publicadas pelos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil por ano – 2015-2019

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Coletivos da Paraíba realiza atividades da 8ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra

Imagem 2 – MST realiza Feira Estadual da Reforma Agrária no Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
PROCESSOS METODOLÓGICOS.....	8
1.1. TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO BRASIL Percurso histórico dos movimentos da luta pela terra no Brasil.....	11
1.1.1. Organização política da luta pela terra no Brasil: antecedentes ao Golpe Militar de 1964	11
1.1.2. O Governo Militar, a modernização conservadora e a resistência dos movimentos sociais da luta pela terra.....	17
1.1.3. Redemocratização e revitalização dos movimentos sociais da luta pela terra	21
1.1.4. Organização dos movimentos da luta pela terra no século XXI.....	33
1.2. Territorialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil.	39
1.2.1. Territorialização dos movimentos da luta pela terra no Brasil.....	39
1.2.2. Abordagem socioterritorial e territorialidades LGBT na luta da Via Campesina e do MST	46
2. ESPACIALIZAÇÃO LGBT NOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO BRASILEIRO.....	57
2.1. HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL.....	57
2.1.1. Antecedentes a ditadura militar: sociabilidade LGBT invisível	57
2.1.2. Opressão as pessoas LGBT na Ditadura militar.....	60

2.1.3.	Redemocratização e organização do movimento social LGBT no Brasil.....	65
2.1.4.	A constituição da identidade LGBT no Brasil	67
2.2.	GEOGRAFIA DAS SEXUALIDADES E AS LGBT SEM TERRA.....	72
2.2.1.	As Geografias do Movimento LGBT no Brasil	72
2.2.2.	Espacialidades LGBT Sem terra	76
2.2.2.1.	O espaço do armário	78
2.2.2.2.	Espaço Paradoxal.....	80
2.2.2.3.	A interseccionalidade LGBT Sem Terra	83
3.	ESPACIALIDADES LGBT SEM TERRA NOS MOVIMENTOS SÓCIOTERRITORIAIS DO CAMPO NO BRASIL	93
3.1.	Reportagens enquanto narrativa da produção de espacialidades LGBT na luta pela terra	94
3.2.	Espacialidades dos sujeitos LGBT na luta pela terra no Brasil	104
3.2.1.	Linha do tempo de ações das LGBT na luta pela terra nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro (2015-2019).....	104
3.2.2.	A luta socialista como instrumento de inserção e legitimação da pauta LGBT na luta pela terra no Brasil.....	122
3.3.	Territorialização das pessoas/sujeitos LGBT da luta pela terra em assentamentos e acampamentos no Brasil	127
3.4.	LGBT Sem Terra: Uma nova identidade na luta pela terra no Brasil do século XXI	131
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
	REFERÊNCIAS.....	138

INTRODUÇÃO

No século XXI os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil passam por um processo de ressignificação. Inspirados pela luta popular que uniu diversas agendas de luta em uma, mais numerosa e homogênea, ligada à classe trabalhadora. Neste contexto é que os movimentos de luta pela terra no Brasil vão se vincular com a luta do movimento LGBT e, sobretudo, inserir a pauta LGBT dentro de suas estruturas políticas.

No Brasil este processo é marcado pela criação do coletivo LGBT Sem Terra no MST em 2016. Entretanto as LGBT Sem Terra já estavam em movimentos alguns anos antes: desde 2013. Com o fim dos governos do PT marcado pelo impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff e o governo golpista de Michel Temer seguido da vitória de Jair Messias Bolsonaro, os movimentos viram suas pautas perderem força no Estado. Neste sentido, através da luta popular se viram convidados a resistir. O ponto de articulação entre estes se dão neste contexto.

Inspirados neste processo é que aqui vamos nos debruçar em compreender geograficamente como os movimentos sociais da luta pela terra e de Lésbicas, Gays Bissexuais e Travestis e Transexuais (LGBT) se interseccionam e produzem espaços, preocupando especificamente com a estrutura política dos movimentos da luta pela terra que vai inserir em sua agenda as demandas relacionadas ao debate da diversidade sexual.

Esta temática permeia nossa experiência acadêmica desde o final de 2016, quando aprovados no Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Desde então nosso enfoque foi na coleta dos textos jornalísticos publicados pelo MST em relação a temáticas relacionadas à diversidade sexual, e reflexão teórica sobre esta. Com resultados humildes e inconclusos perante a riqueza do material até então, trouxemos o debate para o mestrado.

No mestrado, muito foi desenvolvido e, sobretudo, refletido. Com a defesa do projeto de mestrado, com as colocações da banca, percebemos que muito havia ser amadurecido e que o tema tem uma profundidade considerável a ser explorada. A partir daí, buscamos novas perspectivas de compreender a temática em múltiplas facetas. Estamos alicerçados pela Geografia, e temos o compromisso com tal ciência, entretanto mediamos isso com a nossa concepção de que a interdisciplinaridade é uma prática interessante para a pesquisa.

Buscando, a partir da temática da luta pela terra e o movimento LGBT, é possível notar que há muito mais explorado em outras áreas, sobretudo nas Ciências Sociais e na História, porém não há um silêncio da Geografia. Há muito para se considerar. Sobre a territorialização da luta pela terra, há muito material produzido na Geografia brasileira, até mesmo em Uberlândia, onde nosso estudo foi feito. Sobre o movimento LGBT, buscamos as produções brasileiras vinculadas às geografias feministas e das sexualidades, que mesmo se preocupando com as vivências por meio das sexualidades subalternas, nos foi de grande valia de entender a complexidade das ações violentas que, espacialmente localizadas, induz as pessoas LGBT se organizarem em movimentos sociais.

Ainda preocupados em responder as expectativas do objetivo geral da pesquisa que consiste em compreender na perspectiva geográfica como se territorializam o Movimento LGBT dentro dos Movimentos Socioterritoriais do Campo vinculados a Via Campesina no Brasil, vivenciamos na operacionalização da pesquisa a dificuldade de interseção das temáticas como nos propomos. As perspectivas para a pesquisa sobre a luta pela terra e sobre movimento LGBT na Geografia têm vínculos epistemológicos diferentes. Isso tornou nossos esforços para o encontro das temáticas no contexto da ciência geográfica brasileiro mais complexo.

Buscar os objetivos específicos facilitou a interseção do debate que nos propomos a fazer. O primeiro objetivo que confere a refletir sobre a articulação entre a tríade questão agrária x sexualidade x movimentos de luta pela terra na perspectiva geográfica contemporânea nos fez optar por colocar todos os debates em suas perspectivas em nosso texto. O segundo objetivo que se refere à discussão das transformações em curso sobre o debate em torno das questões de gênero e sexualidade no âmbito dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. O terceiro objetivo que se vincula a analisar o contexto sociopolítico em que ocorreu a incorporação da temática LGBT nos Movimentos Socioterritoriais do Campo no Brasil, nos chama para a necessidade de trabalhar em uma perspectiva interdisciplinar, pois tais transformações estão sendo estudadas por outras áreas, sobretudo História e Antropologia. Por fim o último objetiva identificar as resistências, bem como as novas territorialidades associadas à incorporação da discussão LGBT no âmbito dos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro onde analisamos os textos coletados que por sua vez demandaram considerável parte do tempo de trabalho.

Na interseção entre os debates que nos fundamentamos, foi possível identificar que as práticas das pessoas LGBT Sem Terra estão vinculadas, maiormente, a produção de espacialidades e em consequência desta, a produção de territorialidades. Isso é importante para que não se confunda sobre os conceitos que nos debruçamos e o produto do trabalho que confere em entender o processo de territorialização das pessoas LGBT Sem Terra, que perpassa obrigatoriamente a produção de espacialidades dentro dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil.

Com a análise dos dados organizamos o trabalho em três capítulos. O primeiro se fecha na função de compreender o processo de organização dos movimentos de luta pela terra e sua geograficidade. Neste capítulo, em um primeiro momento, buscamos compreender o processo histórico de organização destes movimentos, e em um segundo momento buscamos entender como a Geografia se preocupou com tais processos. Este processo em específico vai do início do século XX até a inserção da pauta LGBT no movimento registrado no ensaio de Mariano e Paz (2018).

O segundo capítulo vai se preocupar em compreender o processo de organização do movimento LGBT e toda geografia que o envolve. Em um primeiro momento trazemos o processo histórico de organização do movimento LGBT no Brasil desde a década de 1970. Em um segundo momento, trazemos este processo para o contexto da ciência geográfica, especificamente a geografia das sexualidades, área que se debruça em tais questões.

O terceiro e último capítulo trazem os resultados da pesquisa empírica que consistiu na análise dos textos coletados com fim de resolver os problemas da pesquisa norteados pelos objetivos. Inicialmente traçamos uma linha do tempo das ações noticiadas para contextualizar o processo de organização das LGBT Sem Terra explicitando as principais motivações e seu caráter espacial. Depois tendemos a mostrar o vínculo da organização das LGBT Sem Terra através da luta socialista e popular. Assim tentamos dar um parâmetro, mesmo que flutuante, do caráter territorial da organização LGBT Sem Terra para que por fim trouxéssemos uma contribuição para o entendimento da espacialização desses sujeitos como produtores de uma identidade específica.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

Os caminhos que percorremos para chegar até a dissertação conferem estritamente aos caminhos metodológicos que foram escolhidos durante o desenvolvimento da pesquisa. Nem tudo o que foi programado no projeto foi possível ser colocado em prática, por motivos técnicos prioritariamente. De maneira geral, os procedimentos metodológicos da pesquisa delinearão de forma regular os resultados que permeiam este trabalho.

Por um lado, nos empenhamos em nos ambientar mais profundamente, já conscientes que estávamos seguindo em debates até então ambíguos na Geografia brasileira, sobre a questão agrária, a luta pela terra no Brasil e o movimento LGBT brasileiro. De outro lado, seguimos na coleta e leitura do material coletado nos sites do MST, do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimentos alinhados a Via Campesina no Brasil.

Com essa discussão estabelecida, focamos em uma pesquisa bibliográfica metodologicamente ligada ao objetivo de vincular o debate da questão agrária, da luta pela terra e da de gênero e sexualidade. Como sugerido, e conscientemente acatado, buscamos leituras que nos endereçassem ao debate da diversidade sexual, fazendo com que desvinculássemos do debate *strictu* do gênero (não trataremos especificamente das pautas ligadas a mulher). No esforço de construir uma interseção entre a luta pela terra e o movimento LGBT buscamos leituras que nos pudéssemos chegar até aqui.

Antes de seguir, é preciso salientar que nossa metodologia está comprometida com nosso posicionamento epistemológico pós-marxista¹. Muito nos recorremos a inúmeras correntes teóricas, compreendendo que o conhecimento científico múltiplo é necessário, para chegarmos à resposta das perguntas feitas. Dentro dos objetivos do projeto, compreendemos que precisaríamos seguir teoricamente em dois sentidos. Um primeiro sentido seria a partir das reflexões territoriais do processo de organização dos sujeitos da luta pela terra no Brasil. Territorializados estes movimentos se tornam socioterritoriais, e na luta pela terra são do campo. Inseridos no recorte dos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina,

¹O pós-marxismo é uma corrente de pensamento que propõe a teoria de que o social é constituído discursivamente. Para seus representantes, isso não significaria uma redução idealista do social e material à linguagem que a consideram uma teoria realista e materialista, e em certa relação de continuidade com relação ao materialismo

encaramos este recorte como multidimensional especialmente internacionalmente. Os movimentos socioterritoriais se configuram através da manutenção de suas territorialidades. Neste sentido a inclusão do movimento LGBT na luta pela terra estaria relacionada à manutenção de tais territorialidades.

Na discussão geográfica da luta pela terra destaca-se Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes. Quando adotamos a abordagem dos movimentos socioterritoriais e da construção de territorialidades ligamos à argumentação de Fernandes (1999), Pedon (2009) e Dalperio (2014). Na abordagem em que tratamos das espacialidades LGBT, com uma escola pós-estruturalista anglófona consolidada, inspiradas principalmente pelas ideias de Dooren Massey. Esta perspectiva envolve o corpo e as experiências sociais como objeto de análise especialmente espacial. Na geografia brasileira destacamos o trabalho de Joseli Maria Silva.

A discussão que nos propomos a seguir, a fim de responder as perguntas e chegar aos objetivos colocados, vincula-se a proposição de entender as manutenções territoriais de um lado e as experiências espaciais de outro. A pertinência destas duas perspectivas para o objeto de estudo que nos foi colocado vamos decidir sobre elas através da análise do discurso dos textos jornalísticos coletados nos sites dos movimentos. Para tal vamos para as perguntas feitas, e aos resultados esperados.

Inicialmente tínhamos como prioridade fazer entrevistas com militantes dos movimentos estudados para trazer uma realidade mais apropriada para o debate em que nos debruçamos. Entretanto, os movimentos não se prontificaram em contribuir com a pesquisa e a participação material dos pesquisadores em assentamentos e acampamentos com a presença de pessoas LGBT Sem Terra fora inviabilizada por falta de recurso suficiente. Neste contexto focamos nos textos publicados pelos sites dos movimentos.

Consideramos que a pesquisa na Geografia Humana tem parte de sua base fincada no empirismo. Neste sentido o trabalho de campo se mostra como um método bastante assertivo para o desenvolvimento de pesquisas nesta área. Entretanto é reconsiderável quando levamos em conta, também, que uma recusa pode contribuir no entendimento de determinada realidade. Isso auxilia também na construção das pesquisas e do conhecimento.

O primeiro capítulo trata de duas partes centrais. Uma parte se refere à questão agrária, a contextualização histórica da luta pela terra no Brasil e a produção da identidade da luta pela

terra, fundamentados principalmente por Ianni (2005) Medeiros (1989; 2008; 2009), por Veiga (1984) Germer (2004), Fernandes (2006), e, sobretudo Martins (1985; 2003). Na Geografia do debate que neste caso se liga à territorialização da luta pela terra, fundamentados mais especificamente em Fernandes (1999; 2005; 2009), Fernandes e Martin (2004).

No segundo capítulo ao seguir para o que pretende os objetivos da pesquisa trabalhamos com o caminho que consiste em compreender como a Geografia insere as pessoas LGBT. Primeiramente, para entender as contextualizações do movimento LGBT, destacaram as contribuições de Trevisan (1986), Green (2000; 2018) especialmente sobre a homossexualidade na esquerda, e de Parker (2002) sobre a sociabilidade gay no Brasil entre as décadas de 1970 e 1990. O recorte que abarca o fim dos anos 1980 e década de 1990 é realmente da significação da organização das pessoas LGBT no Brasil. Vale lembrar a concomitância com a institucionalização dos movimentos da luta pela terra.

Como em nossa pesquisa estamos focados no movimento LGBT, entender como se insere a vivência LGBT na Geografia nos parece muito importante. Para tal nos fundamentamos em Silva (2009a; 2009b; 2009c; 2013), Ornat (2008), Silva e Silva (2014; 2014a). Neste sentido, buscamos os conceitos que puderam fundamentar a vivência LGBT, e interdisciplinarmente buscar as questões necessárias.

Por fim para o terceiro capítulo focamos na análise dos textos jornalísticos coletados. Ligamo-nos, como saída para a pesquisa que não há dados primários, à representação dos sujeitos LGBT Sem Terra através de tais textos. Tentamos identificar as respostas para as perguntas feitas na problemática para aparatar os focos colocados no projeto. Escolhemos o recorte temporal de 2015 e 2019 pela recorrência de publicação estar em expansão neste contexto. Este se refere aos últimos cinco anos. Inicialmente traçando uma linha do tempo para compreender o processo de inserção e explicitando as mais recorrentes estratégias para tal.

Neste sentido a pesquisa seguiu fluidamente e conseguiu perpassar por todos os objetivos propostos, mesmo que não linearmente. Limitamo-nos à trazer as espacializações produzidas na estrutura política dos movimentos estudados, pouco preocupados com o cotidiano que entendemos ser só possível com uma pesquisa mais empírica e aprofundada.

1.1.TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO BRASIL

Percurso histórico dos movimentos da luta pela terra no Brasil

Para chegar nos objetivos propostos identificamos a necessidade de contextualizar o processo histórico de mobilização pela reforma agrária no Brasil, passando pelas primeiras movimentações identificadas na literatura como contemporâneas, até a organização em movimento dos *sujeitos da luta pela terra*² e suas principais reivindicações. Assim percorrer um caminho que possibilite entender como a geografia contribui para a compreensão desta trama através da abordagem dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil, ainda em construção e de pertinente uso para os casos que nos propomos a estudar.

Neste contexto é preciso considerar a espacialização e territorialização dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil, e o processo que tornou estes movimentos mais resilientes, multifacetados e ainda em luta. A partir daí contextualizar a necessidade da internacionalização da luta pela terra estreitando o debate aos movimentos ligados a Via Campesina no Brasil, as disputas territoriais presentes na atual questão agrária entrelaçada com as ruralidades contemporâneas que dentre as diversidade de identidades, de demandas, de agendas, de inquietações, inclui também as (re) existências das LGBT Sem Terra.

1.1.1. Organização política da luta pela terra no Brasil: antecedentes ao Golpe Militar de 1964

A posse da terra no Brasil está relacionada diretamente com o poder do proprietário. Para além do poder econômico, tem também o poder político de ser proprietário da terra. Quanto maior a fazenda, mais poder envolvido. O Embate relacionado ao acesso a terra no Brasil se tornou no século XX um grande embate, a partir das raízes concentradoras da estrutura fundiária e das contradições evidenciadas pela iniquidade do acesso a terra.

²Levando em conta a diversidade identitária que compõe o rural brasileiro contemporâneo, optamos por tratar as pessoas inseridas no processo de luta pela reforma agrária popular, ligada a movimentos sociais da luta pela terra como sujeitos da luta pela terra. Esta é uma estratégia metodológica que nos assegura a tratar de especificidades ideológicas e culturais que constroem uma identidade em comum, a identidade da luta pela terra.

Antes de começar a seguir o percurso histórico da organização dos movimentos contemporâneos da luta pela terra no Brasil, é necessário fazer um adendo. O Contestado³ foi um movimento camponês tradicional que marcou o conflito pautado no acesso a terra no Brasil. Este movimento fora motivado pela posição contrária à doação de terras para estrangeiros e obviamente, por isso nos é importante salientar, contra os grandes fazendeiros e companhias estrangeiras (IANNI, 2005). Colocamos este movimento em evidência neste estudo por identificar que este é o primeiro preocupado com a oposição direta aos interesses do grande capital. É importante agora pontuar então que esta posição contrária à expansão do capitalismo [contraditória] no campo, especialmente o de origem internacional, que motiva a luta pela terra e a fundamenta.

Como afirma Stédile (2005) o Brasil optou por um modelo de industrialização dependente. O Estado se encontra na era Vargas, que como já é conhecido historicamente, escolheu pela intensa industrialização do Brasil. Aqui o modo de produção capitalista está em franca expansão, especialmente o estrangeiro. Este processo se estendeu especialmente entre os anos de 1959 e 1960 em que as decisões sobre a política econômica governamental foram tomadas em função dos interesses e das perspectivas abertas à burguesia industrial, em sentido lato (IANNI, 2005). Isso significou muito para os caminhos tomados para o desenvolvimento rural.

É a formação do capital industrial e seu desenvolvimento, que vai sobressair à vida urbana perante a vida rural. Segundo Ianni (2005) esta realidade foi materializada pela Revolução de 1930 que transferiu as forças políticas das burguesias agrárias estrangeiras para os grupos sociais que ascendiam na cidade: empresários industriais, classe média, militares, operários. Como afirma o autor criaram-se condições políticas que favoreciam a futura hegemonia do setor industrial sobre o setor agrário, especialmente na década de 1950. A Revolução de 1930 é acompanhada da reestruturação produtiva que há no Brasil com a crise da produção de café em 1929, tornando grande parte das oligarquias rurais em burguesias industriais (MARTINS, 2003). Neste sentido, as próprias demandas das elites rurais ficaram em segundo plano, mas não abandonadas.

³A Guerra do Contestado (1912 – 1916) teve lugar na Região Sul do Brasil, entre as fronteiras do Paraná e Santa Catarina, e foi um conflito sócio-político causado pela disputa desses territórios, por isso, recebe o nome de contestado. Os conflitos na região do Contestado foram os primeiros em que os posseiros protagonizaram. Os posseiros, vistos pela literatura como uma das primeiras organizações de luta pela terra no Brasil.

Os problemas sociais do campo se tornaram mais profundos e se intensificaram os conflitos no campo. Só houve transformação nos meios de produção que passaram a se organizar através dos complexos agroindustriais. Mantendo os problemas agrários que permeiam historicamente o campo brasileiro. Ganha destaque então a luta contra o latifúndio, por ter um processo histórico de ocupação de terras desigual. Neste contexto, o grande problema agrário que se apresenta é o problema fundiário, ou seja, de acesso a terra.

Segundo Ianni (2005) a Liga Camponesa e o sindicato rural são contemporâneos. Estes movimentos emergem no processo de modernização da agricultura, que antecede a ditadura militar. Os movimentos sociais do campo surgem no rompimento entre o camponês e a propriedade capitalista. Necessário considerar o caráter plural dos movimentos, ambientando sobre a diversidade de demandas dos camponeses. Isso surge quando se rompe a base do “universo comunitário” em que o fazendeiro, o capataz e o camponês aparecem como uno comunitariamente. Como afirma Germer (2004) estes movimentos se organizam a partir da subjetivação da luta de classes.

Para o nosso estudo, vale pensar as variadas identidades diluídas na figura do proletariado rural para entender quais se tornam os sujeitos da luta pela terra como propõe Martins (2003). Este processo da criação e organização camponesas frente à expansão do latifúndio, materializado no texto na figura do fazendeiro, acredito ser bastante pertinente e saudável. Entretanto reduzir, simplificar a organização territorial dos camponeses, sobretudo os da luta pela terra, com uma identidade homogênea, misturando-os com assalariados, parceiros, arrendatários, agricultor familiar etc., nos parece problemático. Nem todo camponês é trabalhador rural ou proletariado que se rende a mão de obra. A própria existência dos sujeitos da luta pela terra é fundada na negação à lógica capitalista no campo. Vale considerar que o autor também crê no fim do campesinato, pensamento que é fruto do leninismo e da via prussiana, e os sujeitos da luta pela terra, são a materialização da resistência a este processo.

Deve-se ressaltar que na década de 50 e 60

não só o debate sobre a extensão da legislação ao campo e sobre o direito de organização fez-se num ritmo extremamente lento, como dezenas de projetos de reforma agrária, de diferentes teores e graus de proximidade com as demandas “camponesas” foram sucessivamente bloqueados no Congresso Nacional. (PORTO GONÇALVES, 1997, p. 87)

A bancada ruralista existe há muito tempo, e sua territorialização se dá pela efetiva articulação na escala do Estado. Esta situação se dá pela estrutura política que se organiza o Estado brasileiro que historicamente é representado pelas classes dominantes processualmente ressignificadas através do desenvolvimento do capitalismo moderno no campo.

O desenvolvimento do capitalismo moderno no campo acompanha processos bastante importantes de serem entendidos no sentido de desvendar a tão conflituosa questão agrária no Brasil. Este processo como afirma Porto Gonçalves (1997) tinha o intuito de modernizar a agricultura tanto do modo de vista tecnológico como das relações sociais. A modernização das relações sociais estava muito ligada em reforçar a proposta de que a cidade é o espaço de reprodução da vida moderna, e que o campo é o espaço de produção de matéria prima para a indústria. Isso converge diretamente com a proposição do fim processual do campesinato.

É aqui que problematizamos o processo conhecido como Êxodo Rural. “O êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos camponeses - em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses - em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária - se iludissem com novos empregos e salários na indústria.” (STEDILE, 2005, p. 31) Uma ideologia produzida pelo grande capital, como estratégia para enfraquecimento da reprodução da vida camponesa. Para esse processo, houve considerável resistência.

Os movimentos pela reforma agrária no Brasil são historicamente influenciados pela ideologia comunista. Influência dos movimentos pela reforma agrária na América Latina, sobretudo os vencedores, como no caso de Cuba e México (VEIGA, 1984). O exemplo disso é a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no fomento a germinação das movimentações dos trabalhadores rurais, muito fundamentados na luta de classes e combate a lógica burguesa da acumulação capitalista que emergia consideravelmente na primeira metade do século XX, constituindo os primeiros embates entre a classe dominante e a classe das “massas exploradas do campo” (MEDEIROS, 1989).

Neste momento, como afirma Medeiros (1989), é revivido o conceito de campesinato, importante para englobar a diversidade identitária que compõe o campo brasileiro e as classificarem homogeneamente através da perspectiva da contracorrente ao desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil. É a partir dessa categoria, que o PCB vai tentar forjar a bandeira da reforma agrária, que lhe daria um sentido histórico.

Entretanto, temporalmente, os interesses do PCB que eram de fundamentação Leninista, por suas prioridades, se distanciaram do que a classe das “massas exploradas do campo” inteiradas da identidade camponesa, muito influenciados pelas ligas camponesas, defendiam. Ainda, segundo Medeiros (1989),

de acordo com as teses do PCB, como já vimos, a reforma agrária seria uma etapa necessária de uma revolução de caráter democrático-burguês e anti imperialista, que seria alcançada através de medidas parciais, passíveis de serem sustentadas por uma política de frente única. Discordando radicalmente dessa postura, para a direção das Ligas o ‘campesinato’ era, naquele momento, a principal força da ‘revolução brasileira’, cujo conteúdo era imediatamente **socialista** (MEDEIROS, 1989, p. 1989, grifo nosso).

É perceptível que a espacialização histórica dos movimentos pela reforma agrária no Brasil indica cada vez mais para uma identidade autônoma.

Na entrada para década de 1960, a partir dos posicionamentos marcados no Congresso Camponês em 1961, o real distanciamento da proposta do PCB perante a proposta dos movimentos autônomos pela reforma agrária, é referente à intensidade e radicalidade. Enquanto um enxergava a necessidade de medidas mais cautelosas, o outro imprimia a defesa pela reestruturação fundiária. Este segundo é que viriam a se encontrar na identidade da luta pela terra.

A Igreja neste contexto é importante constar. O papel político e de organização protagonizado naquele momento pelos movimentos estudantis com vínculo cristão era notável no campo brasileiro. Exemplo disso é a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Operária Católica (JOC) (GOHN, 2001). Tais movimentos objetivavam direcionar as lutas para as “necessidades gerais das massas”. Nesta perspectiva se voltavam para o trabalho de sindicalização rural, tendo por horizonte a construção de uma nova sociedade, de perfil socialista. Falaremos um pouco mais do papel da igreja, que vai ser importante mais à frente.

Como afirma Veiga (1984), a luta pela reforma agrária germina pelas organizações sindicais. Isso é possível confirmar em Gohn (2001). Entretanto, é necessário situar o desleixo de Veiga ao reduzir as movimentações pela reforma agrária pautadas na redistribuição da terra aos trabalhadores rurais. Como é possível identificar através de Gohn (2001), várias movimentações de outros grupos sociais minoritários do campo estavam se movimentando a partir das suas reivindicações, mobilizados pelas organizações políticas de esquerda,

expressivamente representadas pelas forças sindicais. São estes o que conhecemos por Martins (2003) como agentes de mediação. Para o autor, os grupos de mediação são “grupos e instituições, especialmente desvinculados do Estado, [...] que vem atuando de maneira significativa para viabilizar o protesto indígena e o protesto camponês” (MARTINS, 2003, p. 193).

Sabemos que a atuação destes, sobretudo na formação para a organização inicial dos sujeitos da luta pela terra foi determinante. Gohn (2001) aponta movimentações importantes como os conflitos agrários na região de Formoso (GO) protagonizado por posseiros, o movimento de arrendatários rurais em Santa Fé do Sul (SP) ambos em 1955 e, a revolta de posseiros no Paraná contra os grileiros da região que durou quatro anos finalizada em 1961, pelo governo Jânio Quadros.

Neste cenário já não havia como negligenciar a existência de uma latente questão agrária. No início dos anos 60, contexto que antecede o início do regime militar, o Brasil experimentou intensificação dos conflitos no campo que se expandia a estados que até então não vivenciavam estes processos. Havia uma emergência dos movimentos camponeses e ao mesmo tempo a violência dos proprietários de terra, que não era fato novo na história do país, porém tornou-se mais dirigida, voltando-se contra algumas lideranças expressivas (MEDEIROS, 1989). Devidas às circunstâncias, eram necessárias medidas efetivas para solucionar estes confrontos.

O balanço feito por Medeiros (1989) no que consiste ao período que antecede o Regime Militar aponta para um cenário ainda cheio de conflitos. De um lado, a grande diversidade de sujeitos e grupos sociais do campo que se mobilizaram identificados como sujeitos da luta pela terra e na conscientização dos trabalhadores rurais perante a estrutura contraditória de acesso à terra especialmente no seu potencial produtivo, materializadas pela existência do latifúndio, que se estruturava também oponente as movimentações presentes no dado contexto (MEDEIROS, 1989). As mobilizações e os conflitos no campo brasileiro que antecedem o golpe militar são importantes, porém para a reflexão que nos propomos a fazer na pesquisa nos obriga a seguir mais profundamente no contexto sociopolítico que sucede esta demarcação histórica.

1.1.2. O Governo Militar, a modernização conservadora e a resistência dos movimentos sociais da luta pela terra

Em janeiro de 1964 surgia a Confederação Nacional Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em abril acabavam as ligas camponesas (PORTO GONÇALVES, 2005; WELCH, 2006). “O golpe civil-militar de 1964 não poupou nem as lideranças das Ligas Camponesas nem as da CONTAG e dos sindicatos rurais” (PORTO GONÇALVES, 2005, p. 09). Estes sofreram repressão principalmente por darem uma nova cara para a reforma agrária, uma perspectiva contemporânea para a luta. Trouxeram à cena política nacional, novos protagonistas (PORTO GONÇALVES, 2005) e, por conseguinte não se tratava de uma luta em escala local, mas expandiram a luta em escala nacional. Nesta perspectiva Martins (2003) reforça que

A história contemporânea do país, sobretudo a que se desenrola a partir do golpe de Estado de 1964, que implantou por vinte anos uma ditadura militar, vem propondo que se examine a questão agrária e as lutas camponesas numa perspectiva compatível com a realidade histórica da sociedade brasileira. (MARTINS, 2003, p. 194).

Pois é partindo deste princípio que identificamos na literatura que a marginalização do campesinato e o combate deste se intensificaram durante a ditadura militar.

“A palavra ‘camponês’ carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como ‘subversivo’ pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985” (WANDERLEY, 2015, p. 30). Este processo foi relativamente preponderante para a repressão dos sujeitos da luta pela terra na ditadura militar.

Neste momento da história, na literatura os sujeitos da luta pela terra eram predominantemente representados pelos posseiros. Martins (1985) os identifica como “um personagem importante desse processo, por que ele é um excluído da propriedade da terra. [...] expulso pelos grileiros, pelos proprietários ou pelas empresas, recusou-se a aceitar a emigração para as cidades, e não foi absorvido como assalariado pelas fazendas” (MARTINS, 1985, p. 84). Enxergavam a luta pela terra como saída contra a miséria no campo. Forjam-se então identidades da luta pela terra.

A literatura reconhece o processo de modernização que abarca o período da ditadura militar como modernização conservadora (WANDERLEY, 2015). Esta modernização pautada na

otimização da produção agrícola, como saída para a fome no país, propõe uma Revolução Verde frente aquela Revolução Vermelha (PORTO GONÇALVES, 2005). A Revolução Verde vista como uma estratégia contra a ascensão do comunismo no Brasil após o fim da segunda guerra mundial foi amplamente disseminada.

A identidade da luta pela terra alinhada a Reforma Agrária radical é construída neste contexto em resistência ao modelo de desenvolvimento da modernização conservadora. Este processo está associado diretamente à ascensão da mundialização do capital e a estrangeirização da terra no Brasil. Este modelo de desenvolvimento fora violento perante os defensores da reforma agrária revolucionária por se oporem a este processo.

O modelo de desenvolvimento da Modernização Conservadora colocava as pautas dos movimentos sociais da luta pela terra em último plano. Segundo Pinto (1995) em 1964 fora feita a nomeação da primeira Diretoria do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), criado no final do ano em que o governo militar foi instalado por diretriz do Estatuto da Terra⁴. Como afirma Fernandes (2006) o Estatuto tinha o intuito de controlar os conflitos por terra, mas não fazer a reforma agrária.

Já no período do governo militar, eram pensados projetos de reforma agrária. Entretanto, pensada em moldes distintos aos interesses dos sujeitos da luta pela terra. A reforma agrária radical, em defesa da reestruturação fundiária e distribuição popular da terra, jamais seria defendida vista a ideologia do Estado neste momento. Como afirma Martins (1985) “o governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos” (MARTINS, 1985, p. 31). Ou seja, para o governo a participação popular na construção do planejamento para a reforma agrária era problemática. O que defendiam eram “novas” políticas agrícolas e o impedimento da disseminação ideológica dos sujeitos da luta pela terra que eram marcados pelo seu viés socialista (MARTINS, 1985; MARTINS, 2003).

⁴A utilização, ocupação e relações fundiárias em cada país são legalmente regulamentadas pelo Estatuto da Terra. No Brasil, órgãos governamentais de interesse agrícola e reforma agrária, como o INCRA, por exemplo, têm, na teoria e, às vezes na prática, suas ações e medidas norteadas pela lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. O objetivo principal do Estatuto de Terras era frear e controlar as reivindicações populares e tensões sociais que cresciam de maneira acentuada e desviar o foco do conflito; não, necessariamente, executar o programa de redistribuição fundiária.

Parte dos grupos que estavam à frente do IBRA naquele período fizeram abrir várias brechas a fim de relativizar a parte referente à política agrícola (PINTO, 1995). “Esta afirmação tem como fundamento o fato de que os membros do grupo de trabalho mais combativos e comprometidos com o projeto de reforma agrária foram marginalizados” (PINTO, 1995, p. 69). Por esta realidade firmada na diretoria do IBRA, o foco se distanciou da reforma agrária que era defendida pelos movimentos sociais da luta pela terra.

Quem se beneficia com o estatuto da terra não são os camponeses, mas sim a empresa rural e o produtor de espírito capitalista. “O Estatuto revela assim a sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração da propriedade e do capital” (MARTINS, 1985, p. 35). Serviu assim para manutenção burocrática do silenciamento dos sujeitos da luta pela terra e repressão à saída socialista da reforma agrária radical.

O período militar foi marcado por intensa repressão aos movimentos sociais. No governo Médici é criado um terrorismo de Estado para lidar com a luta pela reforma agrária radical. Viam a reforma agrária como um problema técnico e militar e não como problema político. Apoiavam-se no banimento da atividade política no campo, excluindo a participação dos grupos populares e de oposição que se firmavam nas lutas camponesas. A resistência foi através do sindicalismo rural, na qual a CONTAG foi decisiva. É importante salientar que a perspectiva da CONTAG de reforma agrária era mais agressiva aos interesses do governo. Por isso radical. E talvez por isso, a menor vitalidade dos sujeitos da luta pela terra, muito combatidos neste contexto.

Nestes tempos fora vivenciada abertura para compra de grandes extensões de terra por grandes multinacionais. “Graças às políticas de incentivos fiscais, grandes grupos financeiros, em especial do centro-sul, passaram a comprar imensas extensões de terra principalmente na região amazônica, mas não exclusivamente nela” (PORTO GONÇALVES, 1997, p. 85). “A questão agrária tornou-se uma questão militar justamente para que não se transformasse numa questão política” (MARTINS, 1985, p. 105). O combate aos sujeitos da luta pela terra se dava na expansão destas forças hegemônicas que fragilizou a organização de tais sujeitos naquele período.

A mobilização estava diminuindo, as perspectivas de uma reestruturação fundiária em curto prazo eram mínimas, faltavam empregos no campo, terra para produzir, comida na mesa

(MEDEIROS, 1997). Consequência disso é que partir de 1970 o processo de êxodo rural se acentuou. Os movimentos sociais foram silenciados. A violência aumentou. A reforma agrária radical não tinha força.

No entanto, nem por isso o tema deixou de se fazer presente, pois era alimentado pela persistência da luta por terra e dos conflitos que se davam de forma dispersa e atomizada, fomentados por um ideal camponês que se configurava no modelo familiar de produção (MEDEIROS, 1997 p. 26).

Os sujeitos da luta pela terra não estavam sozinhos. Uma articulação importante entre essas organizações e a Igreja é constituída, como frisa Fernandes (1999). Embora a Igreja Católica tenha apoiado o golpe de 64, esta começa a mudar de posição a partir de 1973. Nas suas bases, alguns sacerdotes já se envolviam com o processo de resistência dos trabalhadores em torno da questão da terra. Sobre a importância disso, Martins (1985) afirma que pode ser constatada no aprofundamento do conflito entre a Igreja e o Estado, a ponto de que, até a pouco, além de trabalhadores rurais, havia sacerdotes cumprindo pena por causa de lutas pela reforma agrária radical.

Aqui então se encontra a viabilidade e necessidade do conceito dos *agentes de mediação*, que neste caso se encaixa na participação da Igreja Católica por meio de organizações. Neste sentido Medeiros (1997) afirma que essa ação da Igreja teve papel central, em 1975, na criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Segundo Poletto (2009) No interior da Igreja, a CPT articulava , assessorava e dinamizava os que realizavam trabalhos em favor dos camponeses e, mais amplamente, provocava as igrejas locais a assumirem organicamente a causa dos direitos dos camponeses em seu planejamento pastoral.

Em 1979, no 3º Congresso da CONTAG, os caminhos da reforma agrária a partir das demandas dos trabalhadores rurais tomaram caminhos historicamente relevantes como afirma Veiga (1984). Aqui já notamos novos suspiros das movimentações em defesa da reforma agrária radical. As mobilizações das organizações sindicais e dos movimentos sociais estão fundadas no combate às reproduções sociais hegemônicas do capital no espaço são recriadas.

No mesmo sentido que isso ocorria o Estado respondia com mais repressão. Entre 1º de janeiro de 1979 e julho de 1981, foram assassinados 14 líderes e agentes sindicais no campo, em todo o país, sem contar três líderes indígenas, metade dos quais na Amazônia. A proporção de líderes sobre o total de assassinados por questões fundiárias aumentou nesse ano e meio. Para

além, como ainda afirma o autor luta não era somente contra o Estado, que os silenciava diretamente, mas sim contra os grandes proprietários, grileiros e empresas rurais que neste momento tinham suas demandas aparelhadas ao Estado (MARTINS, 1985).

Identificando que o acesso a terra pela reforma agrária era necessário e uma demanda que não podia ser negligenciada, o Estado na segunda parte da ditadura militar, no início dos anos 1980 age no sentido de conter as desapropriações. “Claramente tais desapropriações tocam pontos sensíveis dos poucos aliados que estão ao governo militar, como é o caso dos proprietários de terra” (MARTINS, 1985, p. 92). Entretanto havia muitas questões em aberto, negligenciadas por todo o período que antecedeu a queda do governo militar, que já não tinham mais como ser. E a reforma agrária era uma delas.

Os camponeses, vítimas do êxodo rural, que em grande parte estavam desempregados nas periferias pobres das grandes cidades brasileiras também tinham questionamentos. Os posseiros, extremamente atacados e marginalizados. A fome no campo ainda se alastrava. É aí, que parte dos camponeses passa a se encontrar na luta pela terra.

Parece um pouco aberta esta forma de organização. “As condições sociais peculiares desses trabalhadores, segregados no espaço, numa relação de exterioridade com as causas da sua expulsão, dificultam a ampliação geográfica e social dos limites de tais conflitos” (MARTINS, 1985, p. 97). Ou seja, a segregação espacial destes sujeitos, no contexto da ditadura militar, que os organizam para a luta e os constituem enquanto sujeitos da luta pela terra. E frente aos desafios alcançados, centraram seus esforços na sua organização em movimento.

1.1.3. Redemocratização e revitalização dos movimentos sociais da luta pela terra

O processo de redemocratização que consiste na transição do regime militar para a democracia, implantado inicialmente pelo governo Geisel (1974-1979), vai ficar mais intenso esse processo no início da década de 1980 com a pressão dos movimentos sociais.

Com o golpe militar de 1964, tornou-se impossível promover ações reivindicatórias para desapropriação de terras (SIGAUD, 2009). No entanto, a primeira ocupação vitoriosa desdobrando na desapropriação ocorreu antes do fim do Governo Militar na fazenda Macali, no

município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1979 (LOERA, 2009). Isso nos força a acreditar que a democratização do Brasil, foi um processo. Começou antes da queda do governo militar em 1985 e foi um processo ainda violento. “Para entender que o processo de redemocratização houve intensos conflitos [...] basta considerar que, entre 1980 e 1981, houve 197 mortos e 518 feridos na luta pela terra” (MARTINS, 1985 p. 91).

Neste processo de resistência e luta, foi determinante a ação dos agentes de mediação contrários à ideologia do Estado, que passam a se organizar, já prevendo o fim do governo militar. No começo dos anos 1980 começa a se articular no Rio Grande do Sul, uma ação coordenada de ocupação de terras ociosas por parte de trabalhadores autodenominados Sem Terra. A organização de ocupações que vão se espalhar por todo o Brasil vai dar origem ao MST (PINTO, 1995). Percebe-se a formação da identidade da luta pela terra que germina o movimento, organizado coletivamente e por um objetivo comum. Os movimentos são expressões de contradições não resolvidas e de interesses sociais não atendidos (GRZYBOWSKI, 2004). Os interesses sociais não atendidos seria o cumprimento da função social da terra, e da efetivação da reforma agrária revolucionária que resolveria o problema de acesso a terra. As expressões do MST eram reivindicatórias materializadas na formação de acampamentos.

A CONTAG é criada em Janeiro de 1964. Com o golpe militar esta sofreu grande repressão. Entretanto como afirma Veiga (1984) em 1968 há uma relativa rearticulação dos movimentos populares expressivamente representados pelos sindicatos e a CONTAG, que faz diversos congressos definindo os caminhos da reforma agrária (VEIGA, 1984). Esta lutava pela terra com particularidades mais voltadas para o assalariado rural.

Tanto a CONTAG quanto o MST enxergavam a necessidade da reforma agrária. Até o Banco Mundial tem um projeto. Entretanto todos estes seguiam por caminhos diferentes. Projeto político das grandes empresas ligadas ao banco mundial se fundava na industrialização total do campo, reduzindo a participação do camponês no processo produtivo do pacote tecnológico. Projetos políticos da CONTAG e do MST se aproximavam pelas demandas voltadas para a classe trabalhadora rural, entretanto, em específico a CONTAG defendia maiores direitos aos assalariados rurais, e melhores condições de vida, e o MST, para além, defendia uma reestruturação fundiária fundada na concepção de “terra para quem nela trabalha”, a reforma

agrária popular revolucionária. Neste sentido, ambas se distinguem em suas respectivas profundidades (GERMER, 2004).

O MST e a CONTAG seguem caminhos distintos “por afirmação identitária, pelo poder simbólico, enfim, pelo poder de representação política” (PORTO GONÇALVES, 2005, p. 08). Ainda segundo o autor, a CONTAG está muito mais próxima do trabalhador rural do que do camponês sem terra (PORTO GONÇALVES, 2005). Consequência disso, a CONTAG se tornou menos territorial, por ser menos combativa e não defender as transformações profundas e necessárias no espaço rural brasileiro. Tratamos aqui do alcance em todos os estados e regiões (ALENTEJANO, 2006). A defesa aqui se pautava no cumprimento da função social da terra que é historicamente deslegitimada pelas ações concentradoras do Estado, que se intensificaram com a rápida modernização da agricultura extremamente excludente e desigual (GRZYBOWSKI, 2004). Entendendo que a terra tem uma função social e quem determina o cumprimento dela é o Estado, foi que a luta pela terra mirou na formulação e cumprimento das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Na década de 1980 a agricultura foi o setor que mais cresceu na economia brasileira prioritariamente a agricultura empresarial (GERMER, 2004), amplamente territorializadas pela disseminada modernização conservadora, que marca a consolidação do capitalismo no campo brasileiro. Ideologicamente estes grupos estavam representados por duas entidades: a Frente Ampla da Agropecuária Pecuária Brasileira (FAAB) e a União Democrática Ruralista (UDR). Como afirma Stédile (2005), a ação destas entidades tinha em sua centralidade, dificultar a efetivação do Plano Nacional da Reforma Agrária.

Estas organizações são conhecidas por institucionalizar a força política do agronegócio brasileiro. Germer (2004) nos ajuda a entender o papel da UDR no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. Segundo o autor

a UDR permitiu que se tornasse evidente o fato fundamental de que a nova burguesia agrária brasileira é tão conservadora quanto o antigo patronato rural que é a sua matriz. Do ponto de vista político-ideológico não há burguesia moderna na agricultura brasileira. Esta é a consequência necessária da via prussiana de desenvolvimento do capitalismo (GERMER, 2004, p. 274).

E é neste embate que chegamos ao ponto chave dos conflitos territoriais do campo. Frente à territorialização do capitalismo no campo brasileiro, territorializa-se também as lutas sociais no campo, sobretudo as da luta pela terra, na qual daremos devido enfoque, visto nosso objetivo já

alertado. Esse viés de classe que fez os sujeitos da luta pela terra se encontrarem na luta popular, que será importante para compreensão dos resultados da pesquisa.

A ação contra os sujeitos da luta pela terra no Brasil é extremamente violenta. A geografia dos conflitos do campo prova isso. Quem se preocupa com esse debate é uma geografia crítica e ligada aos movimentos sociais (ALENTEJANO, 2006). Estudo da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA) no início dos anos 1980 revelou a partir do mapeamento da violência no campo que havia conflitos pela terra em praticamente todos os estados brasileiros. Entre 1980 e 1981 um total de 1363 conflitos pela terra (467 em 1980 e 896 em 1981). A CPT publicou novos dados em 1986 que verificaram a existência de 86.854 famílias envolvidas em 768 conflitos. Até 1985 eram 216 mortos em conflitos pela terra (OLIVEIRA, 1988).

Sobre a constituição de 1988 a literatura já aponta consensualmente para uma derrota dos movimentos de luta pela terra (SILVA, 2004; PACHECO, 2004; GRZYBOWSKI, 2004; MARTINS, 2003). Isso ocorreu por diversos motivos. Um deles foi à questão da propriedade produtiva que complica extraordinariamente o interesse real de mudança na estrutura fundiária no Brasil. Isso se dá pela impropriedade do termo “propriedade produtiva” que causa confusão e “esconde ainda uma armadilha legal e uma tática latifundista [...] e isso, é claro, nem todos os trabalhadores nem a racionalidade aceitarão” (SILVA, 2004, p. 175). É por este interesse que nasce reivindicações no âmbito estatal no pós-constituição. Ainda segundo o autor “a questão principal - a propriedade ‘produtiva’ - já existe no Congresso Nacional projeto de lei, apoiado pelos trabalhadores, regulando esses dispositivos” (SILVA, 2004, p. 177).

Outro motivo é a priorização de políticas agrícolas. Isso foi decisivo, pois o empresariado via estas políticas diretamente a favor da sua territorialização no campo brasileiro, marginalizando os sujeitos da luta pela terra em nível do processo produtivo (PACHECO, 2004). Este embate fez disseminar a ideia de que a reforma agrária popular era algo ultrapassado e o importante era mesmo a modernização do campo e aceleração da produção.

Mas a derrota da luta pela terra não foi de zero. Alguns avanços foram possíveis. Sobre isso Silva (2004) lista algumas vantagens:

- a) deu pela primeira vez na história constitucional, um tratamento diferenciado à Reforma Agrária, dedicando-lhe capítulo especial;
- b) trouxe para o texto a explicitação da função social;

- c) criou o instituto da Perda Sumária para as glebas que cultivarem plantas psicotrópicas;
- d) determinou a reavaliação de todos os incentivos fiscais;
- e) dispôs sobre a demarcação das terras públicas dentro de cinco anos;
- f) obrigou a revisão, dentro de três anos, de todas as concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares realizadas no período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 1987 (SILVA, 2004, p.176).

Por estes avanços que se acirraram os conflitos por terra, no sentido em que as elites agrárias não cederam nem mesmo a legislação, um marco para os sujeitos da luta pela terra. Apesar de apoiada por mais de um milhão de eleitores que subscreveram a Emenda Popular com o maior número de assinaturas dentre todas apresentadas à Constituinte, a reforma agrária popular não conseguiu vencer os bois da UDR (SILVA, 2004).

Em 1988 a estrutura fundiária no Brasil indica para, além da violência contra os sujeitos da luta pela terra, a concentração fundiária. No ano da aprovação da última constituição 10% dos imóveis rurais ocupam 79% das terras, enquanto 90% estão espremidos em apenas 21% do total, deste 1% dos maiores, ocupam quase a metade da superfície total (46,9%) e forte presença de grupos econômicos dos setores bancário, industrial e agropecuário, acumulando reservas de terra (85%) consideradas legalmente como latifúndio (SILVA, 2004).

O Estado no governo Collor vivenciava expansão do neoliberalismo, que ideologicamente não priorizavam a Reforma Agrária, mas sim a reprodução ampliada do capital. Quando reivindicam o direito de produzir e a função social da terra, eram reprimidos. A presença dos trabalhadores sem terra é então resultado da modernização conservadora e sua revolução verde que acentua as divergências referentes ao acesso a terra no Brasil (PORTO GONÇALVES, 2005).

No entanto não se deve negar que o processo de redemocratização, juntamente com a constituição de 1988, foi determinante para a reemergência dos movimentos sociais da luta pela terra consequência direta do artigo que garante a desapropriação de terras que não cumprem sua função social (LOERA, 2009). De 1985 a 1990 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) dá início à elaboração do Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra, e prevê o assentamento de 1.400.000 famílias. Pinto (1995) nos mostra que o projeto apresentado pelo INCRA ao chegar à mesa do presidente, “sofre algumas mudanças radicais, por um lado indicam um enorme recuo e, por outro, tornam inviável a concretização das metas” (PINTO, 1995, p. 74). Neste contexto, como na atualidade, os

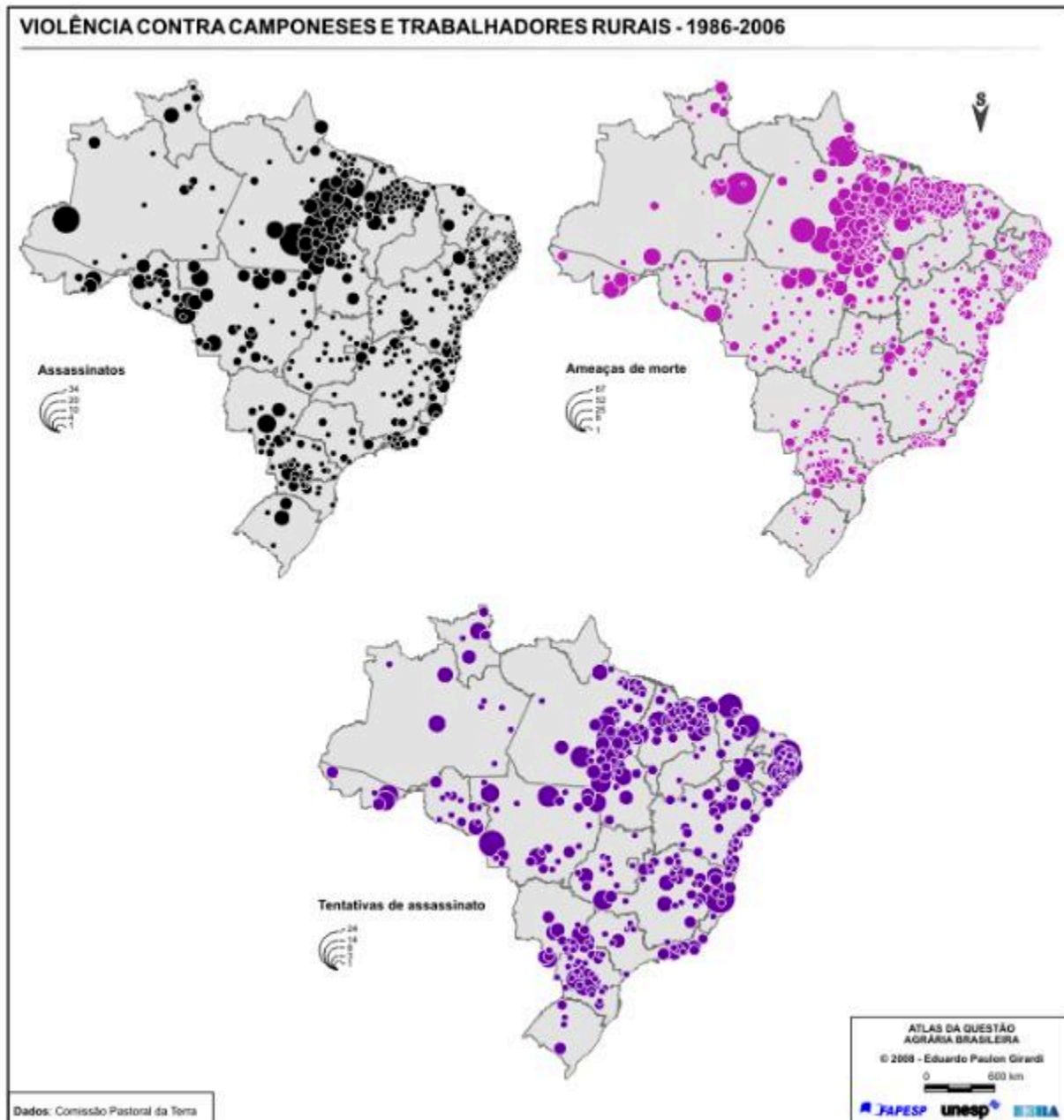
interesses defendidos na esfera estatal se alinham com os da bancada ruralista, fortemente articulada.

Esta conjuntura determinou consideravelmente as metas executadas pelo Governo Sarney. Perante as metas programadas do 1º PNRA o Plano foi muito abaixo do esperado. As metas programadas eram de 1.400.000 famílias assentadas e 43.000.000 hectares de área desapropriada. As metas executadas foram de 90.000 famílias e 4.500.000 hectares respectivamente (PINTO, 1995).

O INCRA teve posições contraditórias no final dos anos 1980 e início da década de 1990. Isso se deve à diversidade ideológica dos membros do instituto, uns defendendo ferozmente a redistribuição da terra pela reforma agrária radical, e outros claramente opostos (PINTO, 1995). O Governo Sarney que havia declarado apoio à reforma agrária que assegure terra para quem nela trabalha, propôs o 1º PNRA sentiu o poder das forças hegemônicas e voltou atrás. Entretanto avanço da luta pela terra no Brasil tem mantido a reforma agrária na pauta política do Estado (FERNANDES, 2006). Com a derrota na Constituinte de 1988, as ocupações enquanto estratégias de luta se alastraram pelo Brasil.

A constituição de 1988 foi progressista até onde não afetaria os privilégios das elites do campo. Desse modo manteve a estrutura fundiária, e não resolveu o problema de acesso a terra. “Não mais representadas apenas no antigo latifúndio personificado nos velhos ‘coronéis’, mas a ‘burguesia territorializada’ que emergiu no processo de modernização conservadora no campo, sobretudo nos anos da ditadura militar” (PACHECO, 2004, p. 203). A questão agrária contemporânea tem novos atores defensores do latifúndio, como a UDR, sobrando para os sujeitos da luta pela terra reinventarem seus movimentos para se territorializarem.

No final do século XX vivenciavam a modernização da violência do campo. O trabalho escravo é agenciado por grandes organizações financeiras, e a presença dos tradicionais capangas e jagunços foram substituídos pelas firmas de segurança (PORTO GONÇALVES, 1997). Os conflitos no campo também são protagonizados por seringueiros e atingidos por barragem, não se limitando à luta pela terra. Neste sentido, entramos na última década do século XX com dados expressivo referentes a violência contra camponeses em todo o território brasileiro como demonstra a Prancha 1.



Fonte: Atlas da Questão Agrária Brasileira (2008).

No contexto da redemocratização a reforma agrária para os movimentos deve ser um projeto de promoção das mudanças tanto no campo (estrutura da posse e uso da terra, tecnologia adotada, produtos, formas de organização), como nas estruturas econômica, política, e cultural da sociedade como um todo (GRZYBOWSKI, 2004), incluindo as classes populares. Acreditamos que seguir por este projeto seria o mais viável para redução da pobreza e desigualdade no campo.

Vale ressaltar que é necessária a adesão do projeto em nível estatal. Tal projeto neste contexto, já defendido pelos movimentos como um projeto popular de reforma agrária.

Os movimentos são cíclicos (GRZYBOWSKI, 2004), e se reinventam buscando sua espacialização e territorialização. As lutas sociais no campo se pautam na oposição ao padrão de desenvolvimento vigente. A luta materializa reivindicações e demandas negligenciadas historicamente pelos grupos dominantes territorializados no Estado. “Os movimentos populares rurais, ao constituir os trabalhadores rurais em reais sujeitos políticos coletivos, com poder de contestação do poder e domínio exercido pelas velhas forças agrárias, minam por dentro de um dos pilares do autoritarismo no Brasil (GRZYBOWSKI, 2004, p. 293). A atualidade traz para nós grandes desafios ao pensar o problema do acesso à terra, haja vista a complexidade das relações sociais no campo brasileiro.

É preciso pensar políticas que dialoguem com as demandas atuais, não mais com a reforma agrária defendidas na década de 1980. É preciso pensar um campo com novos significados. Frente à identidade da luta pela terra tem uma ideologia da modernidade de conquista e destruição que vem conformando historicamente o território e sua realidade agrária “expulsando do campo milhões de famílias de trabalhadores rurais e desestruturando espaços sócio-econômicos-culturais de populações tradicionais” (PACHECO, 2004, p. 206). Atualmente como afirma a autora têm sido recorrentes as críticas aos custos sociais perversos da modernização conservadora da agricultura: crescimento da concentração fundiária, êxodo rural, superexploração dos empregados, contração de renda (PACHECO, 2004).

É nesses marcos ideológicos e políticos que se desenvolverá uma profunda transformação sociogeográfica do país, conhecida como modernização conservadora, cuja compreensão, tanto do ponto de vista político como do tecnológico, ambos profundamente ideologizados pela guerra fria, é fundamental para entendermos a importância do MST e de todo o seu potencial emancipatório na nova configuração da questão agrária para o planeta e a humanidade (PORTO GONÇALVES, 2005, p. 09).

Está aqui a centralidade da luta contra o capitalismo moderno no campo que é motivada na cada vez mais urgente emancipação dos sujeitos da luta pela terra, que só é possível através da reforma agrária revolucionária. “Diluída sua identidade de sujeitos políticos, sociais e econômicos em luta, fala-se dos ‘pobres do campo’, atribuindo-lhes falta de racionalidade, atraso, baixo desempenho econômico, pouca participação no PIB, etc.” (PACHECO, 2004, p. 214). O MST representa nacionalmente a resistência a este processo. Não podemos desconsiderar

as pedras no caminho, sobretudo as colocadas ideologicamente. E é na superação dos desafios que os movimentos de luta pela terra resistiram e ainda territorializam sua luta.

A luta pela terra no Brasil se mostra ainda latente e combativa, haja vista a inconclusa Reforma Agrária e a Questão Agrária que ainda assombra o rural brasileiro. Temporalmente é notório que a organização dos movimentos de luta pela terra vai se reestruturando e inserindo demandas apontadas pelos sujeitos que constroem este processo. No embate entre as forças políticas, novos e antigos sujeitos têm incorporado em suas lutas novos conteúdos e novas propostas em suas estratégias (PACHECO, 2004).

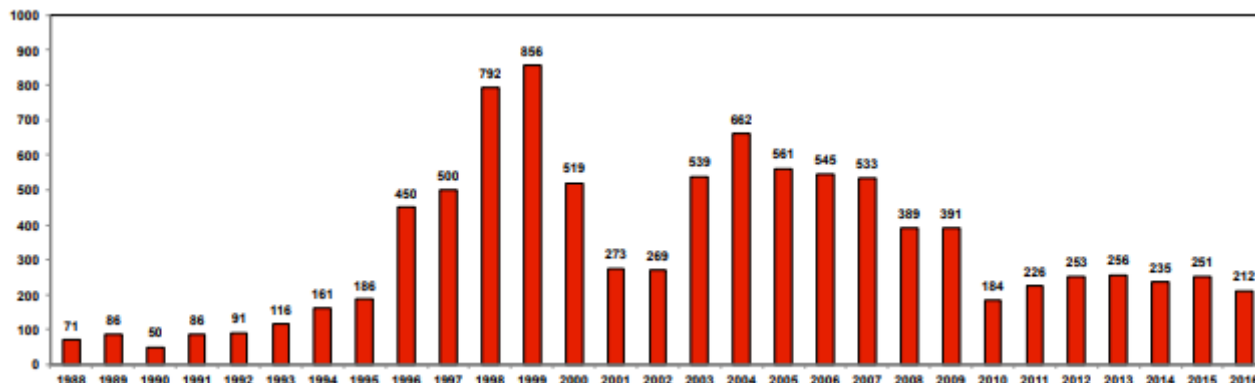
A Reforma Agrária é o tipo mais efetivo de ocupação popular da terra. Fazendo um balanço do estatuto da terra, Pinto (1995) aponta que há uma descontinuidade nos projetos de assentamento, falta crédito, e apoio técnico estatal. Entretanto ele finaliza afirmando que

apesar de todos os obstáculos citados acima, a maioria dos assentamentos apresenta um balanço positivo para as famílias beneficiadas, que se encontram em situação significativamente superior à anterior e também quando comparadas com qualquer outra categoria de trabalhadores rurais no campo (PINTO, 1995, p. 83).

A organização da luta no acampamento se torna mais complexa a partir das trocas e das redes sociais criadas (LOERA, 2009). A luta pela terra é historicamente marginalizada e perseguida. A violência vinda tanto do Estado, quanto das “forças armadas” do latifúndio atinge e é reproduzida em resistência. A luta se constitui em um sistema de opressão dos ricos sobre os pobres sendo feita pela exploração econômica e mantida pela dominação política e ideológica. (PELOSO, 2009). Neste quadro considerar o trabalho de base dos sujeitos da luta pela terra nos acampamentos é preciso.

É possível identificar no Gráfico 1 que as ocupações foram mais expressivas em momentos em que mobilizações reivindicatórias eram necessárias. Após a derrota na Constituinte e a expansão neoliberal no governo Collor, é notável uma queda nas mobilizações, pela falta de expectativas. No início do governo FHC, passa a crescer as mobilizações com a expectativa da reforma agrária no até então “novo” governo que acaba por retrain no final da gestão ao optar ideologicamente com a reforma agrária de mercado proposta pelo Banco Mundial. Essa política continua no Governo Lula na figura da Política Nacional do Crédito fundiário (PEREIRA e SAUER, 2011) como trataremos mais a frente.

Gráfico 1 - Brasil - Famílias em ocupações de terra - 1988-2016



Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra - DATALUTA (2017)

Os trabalhos de base, então, é que constituem a possibilidade de constituição e de sucesso do acampamento e da organização em movimentos. É a partir deles que se estruturam ações coletivas direcionadas e organiza a luta popular. As classes populares de países colonizados como o Brasil são dominadas politicamente com medidas compensatórias servidas pelo Estado como esmolas e dominadas ideologicamente através da religião e da disseminação nos meios de comunicação de massa A dominação ideológica manipula as informações para anestesiar a consciência do povo e perpetuar a alienação (PELOSO, 2009). A luta pela terra, popular em sua gênese, neste cenário se torna consideravelmente mais complexa pelos desafios para sua territorialização. Torna-se mais complexa, porque a luta não para.

Considerando a relação tempo espaço e a necessidade de compreender a luta pela terra como um processo (FERNANDES, 1999) é perceptível que as motivações e as articulações se tornam mais aprofundadas visto que na atualidade ela se torna respeitada quando alcança maior grau de força, de consciência e de organização (PELOSO, 2009). Para chegar a este ponto a formação é necessária para continuidade e maior espacialização da luta. Neste sentido a importância da formação através do trabalho de base passa pela necessidade de pontuar sobre a contribuição da militância.

A militância contribui para que a luta popular consiga soluções concretas e permanentes. Mas, sabe que a luta transformadora só será feita por ações conscientes e organizadas que visem vencer a opressão. O estudo e as reuniões

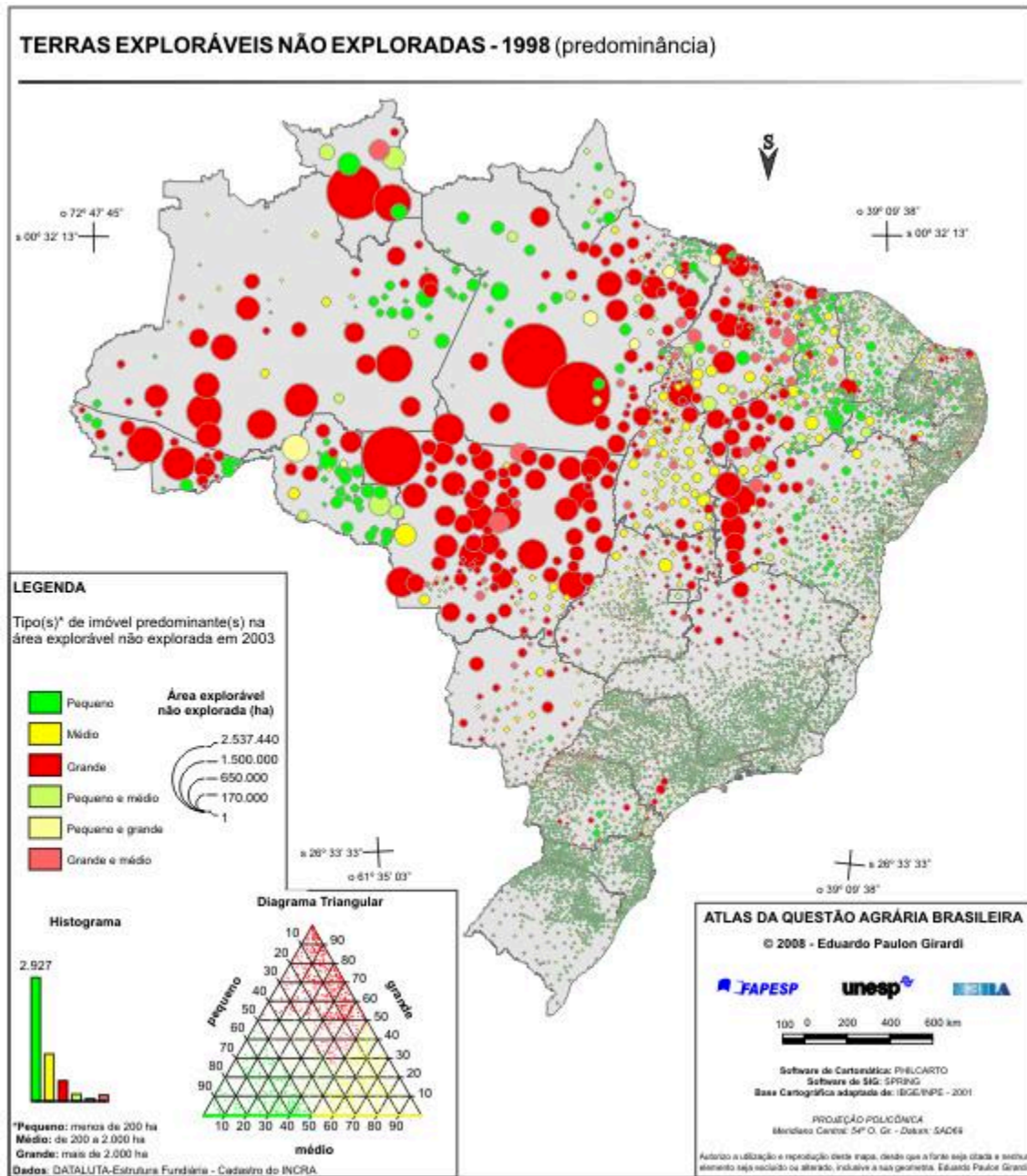
servem para avaliar o já feito e preparar o povo para ações maiores (PELOSO, 2009, p. 58).

Assim, a formação do militante possibilita efetivamente a aproximação dos problemas cotidianos dos sujeitos da luta pela terra com a luta contra a opressão. Estes tipos de ação que constituem o trabalho de base. São os núcleos de militantes que ligam essa luta local à luta geral para conseguir as mudanças radicais (PELOSO, 2009). A proximidade das motivações dentro dos acampamentos, através da continuidade do trabalho de base é o que tem oxigenado e fortalecido a luta pela terra no Brasil na atualidade.

Há um ponto de encontro entre estes movimentos e se dão no seu surgimento pautado na afirmação da ineficácia do modelo conservador de desenvolvimento. “Não só assalariados rurais passaram em algumas áreas a participar de acampamentos e ocupações, como também trabalhadores urbanos, em situação de desemprego ou subemprego” (PORTO GONÇALVES, 1997, p. 90). Essa realidade evidencia que a identidade da luta pela terra não se limita a construção social do camponês tradicional, nem do proletariado rural e nem mesmo os trabalhadores urbanos que foram varridos do campo para a cidade. É uma identidade específica que se organiza em movimento na luta pela terra.

Os movimentos da luta pela terra no Brasil defendem uma saída pelo socialismo, por ter como fator fundante a oposição direta às contradições do capitalismo (GERMER, 2004). E a posição do autor conflui com a solução proposta por tais movimentos haja vista que tais contradições no campo geram evidências suficientes para a organização pelo cumprimento da função social da terra. O número de terras exploráveis não exploradas explicitados no Mapa a seguir prova isso.

Mapa 2 – Brasil - predominância de terras exploráveis não exploradas - 1998



Fonte: Atlas da Questão Agrária brasileira (2008).

O mapa demonstra que no final do século XX, há uma gama de espaços exploráveis não explorados, passíveis de reforma agrária. A hipótese de que a reforma agrária revolucionária ainda é possível é o que a torna uma bandeira de luta tão considerável. Sem a reestruturação fundiária, os sujeitos da luta pela terra enxergaram especialmente nos últimos vinte anos que a

forma mais efetiva de obtenção da terra é através da montagem de acampamentos (SIGAUD, 2009). Estes acampamentos se espalharam pelo Brasil, sobretudo pela estruturação destas organizações em movimentos. “Ao longo do tempo, a ideia de montar um acampamento para se exigir a desapropriação de determinada terra começou a se configurar como uma possibilidade cada vez mais plausível diante do significativo número de assentamentos efetivamente implantados” (ROSA, 2009, p. 99). Por fim, “um acampamento sem movimento não era considerado legítimo diante do INCRA – essa instância governamental que concomitantemente se constituíram como a instituição responsável pelo reconhecimento dos conflitos agrários” (ROSA, 2009, p. 101). Este está sendo o método mais efetivo de reivindicação no Brasil na contemporaneidade por enxergar a luta pela terra como territorial.

1.1.4. Organização dos movimentos da luta pela terra no século XXI

A transição entre o final do século XX e o início do século XXI, o Brasil passou por um processo de reestruturação produtiva. O capitalismo se internacionalizou intensamente se curvando às reformas impostas por organizações financeiras supranacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) (RAMOS FILHO, 2013).

“A Reforma Agrária de Mercado resulta de um acordo, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, de concessão de empréstimos pelo Banco Mundial para que os governos dos países credores criassem programas de financiamento voltados à compra de terras por camponeses pobres, sem-terra ou com pouca terra, por meio de três programas: Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza” (RAMOS FILHO, 2013, p. 17).

O processo de resistência ao grande latifúndio no Brasil contribuiu significativamente para a ressignificação da identidade camponesa especialmente os atingidos diretos pela modernização da agricultura e a reforma agrária de mercado: os trabalhadores rurais, pobres do campo e os posseiros produzindo identidades da luta pela terra materializada na organização dos movimentos sociais da luta pela terra.

Em 2003, com a posse do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, como é possível observar no gráfico 1, há um aumento significativo nas famílias em acampamentos haja vista a esperança da reforma agrária revolucionária pelo caráter ideológico do governo. As expectativas

eram maiores do que o caráter revolucionário do governo. A reforma agrária revolucionária não aconteceu e deu mais espaço (e territórios) para a reforma agrária de mercado. Neste sentido, na desesperança reflui até 2010 a quantidade de famílias em ocupações.

A complexidade que alcançou a luta pela terra no Brasil chamou atenção dos movimentos sociais para sua estrutura. Era preciso articulações mais profundas que demandavam dinâmicas multidimensionais. A preocupação na atuação da luta pela terra se torna então global, nacional, regional e local.

No MST, as suas articulações se desdobraram em transformações na sua estrutura organizativa. Sua estruturação consiste em “três partes interativas: (1) as instâncias de representação; (2) os setores de atividades; e (3) as organizações com registro público” (FERNANDES, 2009). Nesse sentido, tomaremos uma destas três partes como frente, no caso a segunda, os setores de atividades, para tentar entender, de maneira mais específica a estrutura do MST enquanto movimento social plural e transversal da maneira que ele se propõe.

Fernandes (2006) identificando o processo entre 1979 a 1985, como fase embrionária do MST, afirma que já estava imbricada a criação de setores e comissões. “A criação de comissões, setores e coordenações definiram o modelo de sua estrutura organizativa” (FERNANDES, 2006, p. 03). No século XXI, a parte dos setores de atividades demonstra a imensidão que é o MST enquanto movimento social, sendo composto por três secretarias (Nacional; Estadual; Regional), dez setores (Frente de Massa; Formação; Educação; Produção, Cooperação e Meio ambiente; Comunicação; Finanças; Projetos; Direitos Humanos; Saúde; Gênero), e três coletivos (Relações internacionais; Cultura; Mística). É essa parte que conduz enquanto articulação social a dialogar com as diferentes demandas existentes no MST, que acredita ser importante para o fortalecimento da luta pela terra e do sujeito da luta pela terra.

Quadro 1 - Estrutura Organizativa do MST

<p>Instancias de representação Congresso Nacional Encontro Nacional Direção Nacional Encontro Estadual Coordenação Estadual Direção Estadual Coordenação Regional Coordenação de Assentamentos Coordenação de Acampamentos Núcleos de Base</p>	<p>Setores de atividades Secretaria Nacional Secretarias Estaduais Secretarias Regionais Setor de Frente de Massa Setor de Formação Setor de Educação Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente Setor de Comunicação Setor de Finanças Setor de Projeto Setor de Direitos Humanos Coletivo de Relações Internacionais Setor de Saúde Setor de Gênero Coletivo de Cultura Coletivo de Mística</p>
<p>ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes</p>	

Fonte: FERNANDES, B. M.(2009). Org. FILETO, V. N. (2019).

Assim, o MST conseguiu atuar em várias frentes durante muito tempo, concomitantemente, a partir do que era demandado. Atuou na luta contra os transgênicos e o uso de agrotóxicos, na qual protagonizou vários embates com empresas transnacionais. Ao mesmo tempo, também atuava na formação continuada dos sujeitos do campo a partir das premissas da educação do campo que pregava o interesse por avançar na luta através da escola. A educação e a formação política tornaram o movimento mais aprofundado.

Os movimentos da luta pela terra no Brasil entram no século XXI inserido em suas agendas qualidade de vida, soberania alimentar e direitos humanos. A Via campesina, além de ser uma entidade autônoma no Brasil, ela media a internacionalização da luta de alguns movimentos no Brasil. Estes movimentos são complexos, fundamentam sua continuidade na militância e trabalho de base, se estruturam em setores e vão sempre para além da simples luta pela terra.

Além disso, é importante a preocupação com a continuidade dos movimentos sociais ao agitar os sujeitos assentados também para a luta (LEITE, 1997). Não há dúvida de que o padrão

da luta pela terra no Brasil contemporâneo tem influência direta do MST (ROSA, 2009). Com o intuito de explicitar a relevância desta Estrutura para a abrangência em nível nacional do MST, Fernandes salienta a importância da Setorização e dos Coletivos.

Os setores e as Secretarias tem caráter administrativo e executivo e são responsáveis pela realização de projetos de desenvolvimento socioterritorial nos assentamentos e nos acampamentos. [...] Os coletivos e as organizações convencionais são transversais à estrutura organizativa do Movimento. (FERNANDES, 2009, p.183)

As reivindicações dos movimentos compõem de forma complexa para ganhar mais legitimidade e dar continuidade à sua luta. Como é possível observar no Quadro 2, são as mais variadas reivindicações que constituem a agenda dos movimentos. No sentido em que caminha a pesquisa, chamamos a atenção para a parte do quadro que se trata a política de respeito aos direitos humanos. Entendemos que ter esta preocupação na sua pauta política que desencadeou a mobilização de grupos sociais historicamente marginalizados, a exemplo disso as mulheres e as pessoas LGBTs.

A institucionalização dos conflitos sociais tem sido a principal estratégia da sociedade política para responder aos movimentos sociais. A cada onda de movimentos surgem uma série de leis e novos órgãos públicos para cuidar da problemática. Isso se dá pela característica colonial que tem nos países da América Latina, e o Brasil tem este traço bem marcante. Isso se dá a partir da pressão dos movimentos acusando a necessidade de reparação histórica e preenchimento de lacunas que foram desconsideradas no processo de colonização. Sempre devemos destacar as alianças, e a articulação entre as demandas socioeconômicas, geradoras de processos de exclusão social, com as demandas socioculturais (GOHN, 2003). A Via Campesina materializa esse processo de articulação de alianças dos movimentos da luta pela terra na América Latina.

Considerando que na atualidade uma das grandes forças do agronegócio estão territorializadas nos espaços de deliberação do Estado, é possível visualizar grandes desafios na atualidade para os movimentos da luta no Brasil. Este abordado é um primeiro motivo, e o outro que muito se articula com o primeiro são as forças empresariais do agronegócio que são, em grande parte, multinacionais. Neste sentido, um elemento novo no processo de formação do MST se deu com a ampliação internacional da luta camponesa e a via campesina tornou-se a principal

interlocutora dos movimentos camponeses nas negociações de políticas em escala nacional e internacional (FERNANDES, 2009).

A materialização da mundialização dos movimentos camponeses da luta pela terra é a criação da Via Campesina. A criação é estratégica, pois coincide com a política de reforma agrária de mercado do BM (FERNANDES, 2006). A Via Campesina revive o projeto popular, ressignificando-o.

São protagonistas da contraditória questão agrária brasileira que se mundializa, seja pelo protagonismo das corporações do *agrobusiness*, que hoje têm no Brasil sua principal frente territorial de expansão, apoiadas no legado histórico do manejo do poder pelas oligarquias latifundiárias nacionais, seja por outro lado como o MST, que também se globaliza por meio da Via Campesina (PORTO GONÇALVES, 2005, p. 13).

A territorialização da luta pela terra se torna neste contexto, internacional. Movimentos ligados a Via Campesina no Brasil defendem uma agenda internacionalista de Luta. Na estrutura organizativa do MST, como explicita o Quadro 1, é visível essa preocupação com a estruturação do Coletivo de Relações Internacionais. No Brasil, estão vinculados à Via Campesina: o MST, o MPA, o MAB, e Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Na França, estão vinculados à Via Campesina: a Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles e a Confédération Paysanne (FERNANDES; MARTIN, 2004).

A inserção dos debates de direitos humanos nos movimentos da luta pela terra no Brasil em uma perspectiva internacionalista e da formação política do movimento teve como consequência a organização das mulheres e a abertura para questionarem a estrutura patriarcal que se insere o movimento (RUA; ABRAMOVAY, 2000). Assim, era possível notar na luta, e na constituição dos assentamentos, ou seja na produção e reprodução dos territórios da luta pela terra, a grande participação feminina. Entretanto nos espaços de representação do movimento e, por conseguinte não viam suas pautas avançarem.

A partir de então as mulheres nos assentamentos passam a reinventarem sua participação nos movimentos, se organizando a partir de suas próprias pautas.

Para as mulheres, a propriedade da terra também se metamorfoseia em sentidos como o de contar um lugar de fala, de reivindicação nas relações homem e mulher, no casal, de estímulo à auto-estima e sua legitimação como sujeito público, com direito a negociar em tal mundo, reivindicando por exemplo, com

a titulação, crédito e acesso à assistência técnica e apropriação de um bem para produção e para reprodução social (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 16).

O MST é o movimento de luta pela terra que inaugura o debate sobre gênero na sua estrutura organizativa. Segundo Mariano e Paz (2018) desde seu início o MST buscou a integração familiar. A partir daí deu abertura para questionamentos, haja vista as contradições apontadas na estrutura familiar camponesa. Para os autores as mulheres foram as primeiras a questionar a organização quanto aos mecanismos para realmente assegurar a participação de todos os integrantes da família. Ele se insere inicialmente em suas Comissões Políticas, em 1995, que

atuam em relação a cinco eixos temáticos: Soberania Alimentar e Comercio Internacional; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; Biodiversidade e Recursos Genéticos (FERNANDES, 2009, p. 186).

A organização das mulheres do MST na década de 1990 é concomitante ao crescimento de famílias em acampamentos de terra no Brasil. As mulheres da Via Campesina vinham se organizando desde 1996. Neste momento o MST já fazia parte da organização. “Ao consolidar o movimento internacional, a questão do papel das mulheres e da igualdade de gênero apareceu rápida e espontaneamente” (VIEIRA, 2008, p. 154).

Alinhada a luta do MST a Via Campesina vem criando uma identidade do movimento, como forma de juntar a diversidade de movimentos camponeses, de diversas regiões em um só movimento, materializado na Via Campesina. Como aludido anteriormente, a Via Campesina articula diversos movimentos em ações, reivindicações e propostas, ultrapassando as fronteiras nacionais, territórios e escalas (RIBEIRO, 2015). Atualmente a Via Campesina “se desafia a formular propostas em relação aos seguintes temas: reforma agrária, biodiversidade e recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migração e trabalhadores rurais, questão de gênero” (VIEIRA, 2008, p. 154). E espacializa isso a partir de suas ações reivindicatórias e dos movimentos ligados a tal organização.

Mariano e Paz (2018) inovam nos estudos sobre os movimentos da luta pela terra chamando a atenção para a inserção do debate do movimento LGBT no MST. “O MST é um movimento popular que organiza sujeitos expostos a grandes contradições da sociedade capitalista, patriarcal e racista” (MARIANO; PAZ, 2018, p. 294). Na história do MST

identificam-se muitas militantes e dirigentes LGBT com trajetórias perpassadas por conquistas, mas também por preconceitos e discriminações (MARIANO; PAZ, 2018).

Estes processos são conflituosos e geram territorialidades progressistas e a favor da diversidade, bem como emergem territorialidades conservadoras e patriarcais frente ao processo de inserção do debate na estrutura organizativa do Movimento.

A organização das LGBT Sem Terra foi muito influenciada pela Comissão Política de Gênero, que ao pautar as contradições da estrutura familiar e problematizar a tradição patriarcal do movimento. Neste sentido, construindo territorialidades nas entranhas destes movimentos torna latente a abordagem socioterritorial, e emerge a consciência de que se pode ter LGBT na luta pela terra, e que sua presença é relevante na resistência necessária para territorialização dos movimentos frente ao capitalismo globalizado no campo brasileiro.

1.2. Territorialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil.

1.2.1. Territorialização dos movimentos da luta pela terra no Brasil

A organização dos sujeitos da luta pela terra se dá em movimento. É necessário estudos contínuos e mais aprofundados sobre a dinâmica dos movimentos sociais do campo no Brasil que desafiam o entendimento e planejamento do desenvolvimento rural. Movimentos em movimento estão inseridos na relação tempo e espaço (GRZYBOWSKI, 2004). Desafiam então a perspectiva geográfica para compreender estes movimentos.

Podemos chamar a organização dos sujeitos da luta pela terra de movimento “porque a ação de um grupo de pessoas tem de ser qualificada por uma série de parâmetros para ser um movimento social. Este grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social e para tal necessita de uma identidade em comum” (GOHN, 2001, p. 245). Neste contexto é que surge o MST como representação organizacional inicial da luta pela terra no Brasil.

Antes da organização do Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER)⁵ que se transformaria na figura do MST, a luta pela terra era protagonizada pelo sindicalismo rural. Com a criação do MST e a luta pela terra no Brasil ganhando força, passa-se a diversificar até as próprias identidades da luta pela terra. A multiplicação de siglas de entidades no campo brasileiro é uma das expressões não só da luta entre mediadores, mas também dessa permanente tensão entre a diversidade e a unidade (PORTO GONÇALVES, 2005). “Diversidade de movimentos sociais existentes [...] resultando numa diversidade de movimentos em relação aos mesmos temas e problemas” (GOHN, 2003, p. 227). O MST transforma a luta pela terra com a sua estruturação organizacional que fomenta a unidade da luta, respeitando as demandas ligadas à subjetividade de sujeitos e grupos sociais com demandas específicas, como a diversidade regional.

O aumento dos movimentos da luta pela terra neste século está diretamente ligado a sua territorialização. O sucesso da luta do MST, na conjuntura que aponta para não efetivar a reforma agrária, tem apontado alguns estudos que se dão por sua formação, suas estruturas e conflitos internos (ROSA, 2009). Neste sentido que os acampamentos e assentamentos se apresentam como espaços de luta e de organização política da base. A organização e setorização existem para articular a sua territorialização efetivada através do assentamento.

O MST é o movimento de luta pela terra mais territorializado no Brasil. A espacialização do MST vem no sentido de construir uma representatividade mais efetiva no Estado. Neste sentido, o movimento que estava até os meados da década de 1980 territorializado nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo ganha, até o fim dos anos 90, amplitude nacional. Processo que exigiu, para a consolidação ainda mais representativa, uma estruturação mais complexa.

A construção da identidade da luta pela terra se dá pelo encontro da intencionalidade de determinados sujeitos que, no caso tratado, lutam pela terra. A intencionalidade se desdobra em ações que transformam o espaço.

A intencionalidade é uma visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta

⁵ A primeira organização política estruturada auto intitulada “Sem Terra” no início da década de 1960. Fruto da organização de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, no processo de redemocratização, com a institucionalização da luta pela terra e a expansão das ocupações se transformaria no MST.

condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo (FERNANDES, 2005, p. 27, grifo do autor).

Podemos dizer que os sujeitos da luta pela terra se organizam em movimento a partir de se encontrarem na diferença, através de suas devidas intencionalidades. “A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não.” (FERNANDES, 2005, p. 27). A intencionalidade dos sujeitos da luta pela terra que endereçam à conquista da terra tem uma perspectiva geográfica, especialmente territorial.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis (FERNANDES, 2005, p. 28).

Entende-se então que as relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Pode ser nacional, estadual, municipal, e várias outras delimitações localizadas espacialmente. Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional (FERNANDES, 2005). Isso nos obriga ter maior cuidado ao tratar da perspectiva da categoria território que adotamos aqui.

Por muito tempo o território foi visto como a delimitação do espaço de exercício soberano do Estado. A exemplo disso temos a abordagem de território defendida por Ratzel. Entretanto é preciso pensar que esta abordagem se relativiza com o processo histórico. Neste sentido é que ascende, a partir dos anos 1990, a concepção da multiplicidade e multidimensionalidade do território que perpassa pelas reflexões filosóficas de Michel Foucault e Deleuze & Guattari (SOUZA, 2015).

Vale ressaltar que considerar a fluidez do território não desconsidera a necessidade material para sua corporificação.

A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém o território não é redutível ao substrato, não devendo com ele ser confundido (SOUZA, 2015, p. 62).

“O homem, por ser um animal político e um animal social, é também um animal territorializador.” (BAREL, 1986, p. 131) Tal perspectiva, fundada pelo cientista social Yves Barel (1986) é uma das primeiras que tratam da interação territorial, do multipertencimento territorial, que é tratado na Geografia por Haesbaert (2008) com a noção de multiterritorialidade. Esta noção acaba por ser uma defesa de um método de análise para a categoria território na contemporaneidade.

Multiterritorialidade inclui assim uma mudança não apenas quantitativa - pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) - mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios. (HAESBAERT, 2008, p. 30)

Quando o autor aponta uma mudança, é em relação a forma tradicional de identificar as relações socioespaciais como relações não territoriais. Identificando que o território emerge através das relações de poder, é perceptível que este é diretamente condicionado pelas relações sociais e, sobretudo políticas. Neste sentido, ele também afirma que o poder, no seu sentido simbólico, também precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território (HAESBAERT, 2008).

Além disso, essa mudança diz respeito ao que Saquet (2007) aponta como a redescoberta do conceito de território com novas leituras e interpretações que neste contexto mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder. Para Souza (2015). A defesa de uma identidade pode estar associada a uma disputa por recursos e riquezas, no presente ou no passado e não é descolável do simbolismo, da cultura.

A identidade da luta pela terra, de origem camponesa e influência socialista é cercada de simbolismos, extremamente fundados na luta pela reforma agrária, se tornam territoriais por atuarem na formação de acampamentos e assentamentos. Compreende-se assim que a sua territorialização é frente aos interesses da agricultura moderna concentradora no Brasil e se dá de forma material através da desapropriação, formando outros tipos de território.

De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito. E, ainda, que posto isso, ele defende uma significação mais ampla para o conceito de território. Segundo o autor cada

instituição, organização, sujeito etc., constrói o seu território e o conteúdo de seu conceito, desde que tenha poder político para mantê-los. E assim dinamizam a produção do(s) território(s) (FERNANDES, 2005).

A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização e o refluxo e destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização (FERNANDES, 2005). “São quatro os processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. São três os processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade” (FERNANDES, 2005, p. 29). Quando uma desapropriação é efetivada, o processo que ocorre é o de desterritorialização do capital e da reterritorialização da luta pela terra, que ainda se mantém em movimentos, pelas suas reivindicações revolucionárias.

O que vale ressaltar é que dentro da identidade luta pela terra e vários movimentos a representam. Estes movimentos em unidade por reivindicarem o acesso à parcela do território estruturam disputas territoriais. Considerando o caráter simbólico da concentração da propriedade da terra no Brasil, visto que a propriedade da terra é fonte de prestígio e poder (Pinto, 1995) é que a questão agrária se torna conflituosa.

Para a geografia a compreensão das dinâmicas territoriais dos movimentos sociais da luta pela terra parece necessária. “Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade” (FERNANDES, 2005, p. 30).

Os movimentos de luta pela terra têm uma cultura de resistência camponesa (FERNANDES, 2006). A resistência camponesa na contemporaneidade, na leitura moderna, se torna mais complexa, pois ela se internacionaliza e se diversifica. E movimenta os estudos preocupados em entender as dinâmicas sociais e territoriais destes movimentos.

A cultura política latino-americana se transformou neste período[anos 80 e 90], ganhando aspectos novos, baseados numa visão de direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados, Isto se deu graças a uma longa experiência de resistência e de oposição às formas de dominação, com rompimento - entre alguns setores sociais - da clássica cultura política de aceitação da dominação, de trocas de favores, de espera de

imobilidade da sociedade diante de um Estado tido como todo-poderoso (GOHN, 2003, p. 226).

A partir daí que, com a ampliação do capital internacional, a ascensão do neoliberalismo e as raízes culturais concentradoras no Brasil, as forças hegemônicas, representadas institucionalmente pela UDR e em escala internacional pelo Banco Mundial, ganham consistência para se territorializarem. Frente a estas forças os sujeitos da luta pela terra produzem uma resistência territorial.

Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com a territorialização do capital ocorrem os processos de expropriação desses camponeses, desenvolvidos principalmente pela grilagem de processos de expropriação desses camponeses, desenvolvidos principalmente pela grilagem de terra, por latifundiários e empresários. Os sem terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios - propriedades capitalistas - terras de negócio e exploração - terras devolutas e ou griladas. As lutas por frações do território - os assentamentos - representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. (FERNANDES, 2006, p. 05)

Este processo se internacionaliza, haja vista o caráter colonizador das empresas multinacionais europeias e anglo saxãs nos países da América latina, que transforma as formas de exploração do território, especialmente em relação à produção agropecuária.

Nos anos 90 o panorama do capitalismo nos países ocidentais se alterou, passando-se a ter uma nova redivisão internacional do trabalho; as fronteiras nacionais perderam a importância e a produção industrial passou a ser feita de forma fragmentada, com a ocorrência de processos produtivos em que as vantagens fiscais e econômica de modo geral sejam mais propícias à acumulação; a economia formal declinou e a informal cresceu, os sindicatos perderam poder de forma generalizada, o desemprego passou a ser uma realidade tanto nos países onde historicamente sempre existiu, no chamado "Terceiro Mundo", como no Primeiro Mundo desenvolvido (GOHN, 2003, p. 227).

Na existência dos sujeitos da luta pela terra estão os processos dialéticos de subalternidade e resistência. O espaço sofre metamorfoses, pois os processos territoriais se fazem possíveis se vinculados à tal categoria. Frente a esta realidade que precariza a reprodução da vida dos sujeitos da luta pela terra, que também se transformam suas lutas e reorganizam suas agendas. Há uma diversidade de identidades territoriais que compõe a identidade da luta pela terra, que vai explicar a quantidade de movimentos sociais da luta pela terra no Brasil. No sentido em que se internacionaliza a territorialização do capitalismo agrário, é que a Via campesina se organiza para gerenciar a diversidade de movimentos garantindo a autonomia e

levando em conta a importância da unidade na luta na escala internacional. A socialização política viabiliza e valoriza o processo de espacialização e de territorialização da luta (FERNANDES, 1999). As organizações da luta pela terra preferem ser chamadas de movimentos (SIGAUD, 2009). Esta representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico (GOHN, 2003). No caso da luta pela terra a sua luta é simbólica e material. Simbólica por estar atrelada aos ideais socialistas de organização e ideologia e material pois ela finda na posse da terra.

As ocupações são a forma mais expressiva de reivindicação. As ações reivindicatórias são representadas pelas ocupações, forma mais efetiva de protesto. Nestes processos, o espaço social se concretiza em lugares sociais, construídos/conquistados na interação do movimento tempo/espaço, em que se desenvolvem até as ações reveladas pelas ocupações de terra. São essas ações que levam a conquista de frações do território (FERNANDES, 1999). Entende-se então que as ocupações de terra ao se materializar, produzem territorialidades em busca da conquista do território.

A perspectiva geográfica de entender os conflitos territoriais no campo brasileiro enxerga que o modo capitalista de produção o trabalho é marcado pela concepção dominante de espaço/tempo, assim o seu controle expressa tanto domínio quanto resistência. A luta pela terra se constitui como popular por se opor ao dominante capitalismo no campo territorializado ampliadamente. São relações inerentemente contraditórias e, portanto, conflituosas e a sua dinâmica se desenvolve e se explicita nos processos de produção do espaço (FERNANDES, 1999).

O processo se encerra com a posse da terra (FERNANDES, 1999), mas continua por não resolver o problema estrutural de acesso à terra. Por isso a organização dos sujeitos da luta pela terra está em movimento, e tem caráter territorial. Nem sempre a montagem de um acampamento por parte de um movimento é bem-sucedida (ROSA, 2009). Por isso os movimentos se espacializam primeiro através das ações reivindicatórias e depois se territorializam com a efetivação dos assentamentos. “Quando famílias sem terra realizam uma ocupação, conquistam a terra e organizam nova ocupação, elas estão formando um movimento camponês. E ao mesmo tempo, estão conquistando novos territórios” (FERNANDES, 2006, p. 02). E nos assentamentos

recriam a sua identidade camponesa, se firmando em um território podendo garantir seu lugar de reprodução da vida e da luta (LEITE, 1997).

Geograficamente, entender a luta pela terra como um processo é necessário. “O processo de territorialização é compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais. Esses lugares constituem-se em territórios onde o campesinato se recria e reproduz a luta pela terra” (FERNANDES, 2006, p. 01). A continuidade então se funda na reprodução da luta pela terra, expressada pela efetividade dos assentamentos.

1.2.2. Abordagem socioterritorial e territorialidades LGBT na luta da Via Campesina e do MST

Como já vimos, movimentos sociais da luta pela terra objetivam territorializar-se imaterial, mas, sobretudo materialmente através da posse do lote. Estes movimentos são socioterritoriais, pois “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade”. (PEDON, 2009, p. 227). Os movimentos socioterritoriais são diferentes da abordagem de movimentos sociais, pela perspectiva territorial.

Na luta pela terra, buscam por território e tem caráter de continuidade e reproduz a identidade da luta pela terra. “Conquistando a terra, na formação do assentamento, transformam o espaço em território, recriando o trabalho familiar e reproduzindo a luta pela terra através do trabalho de base na formação de novos grupos e famílias” (FERNANDES, 2006, p. 05). Como ainda afirma Fernandes (2006), a formação de um grupo de famílias começa com o trabalho de base. É um processo contínuo da luta pela terra. Este trabalho consiste no reconhecimento da base social, para reprodução da luta e, logo, do movimento. A formação política fortalece os movimentos.

Os estudos sobre os movimentos sociais se inspiram nas ideias marxistas, porém em uma abordagem menos ortodoxa. Neste caso, desalinhados da perspectiva da classe social da forma

objetiva e estrutural do conceito e mais alinhado a uma abordagem relacional⁶ (ALENTEJANO, 2006). Negar o ortodoxo é considerar a complexidade dos conflitos sociais em que os sujeitos organizados a partir da subalternidade, estruturam movimentos.

A renovação da geografia nos anos 1970/1980 permitiu a ascensão de estudos preocupados com os movimentos sociais (PEDON, 2009). A entrada dos movimentos sociais na geografia se dá a pela busca de uma espacialidade/territorialidade dos movimentos (ALENTEJANO, 2006). Até os anos 1980 não haviam estudos sistematizados sobre movimentos sociais, mas tinham os que já pautavam a temática das ações reivindicatórias de grupos sociais organizados, considera-se neste contexto as Obras de Manoel Correia de Andrade e Josué de Castro. O primeiro que se propõe a teorizar (e inovar) os movimentos sociais na geografia é Bernardo Mançano Fernandes em um artigo publicado na revista Terra Livre em 2000, intitulado “Movimento social como categoria geográfica” (PEDON; DALPERIO, 2014).

É através das espacializações que se constitui um território (PEDON; DALPERIO, 2014). Baseando-se em uma perspectiva mais ampla de território, trazemos uma concepção bastante interessante de entrever tal categoria. “Território é nexos, ligadura e junção de confluências e conflitualidades de projetos de sujeitos sócio-políticos. [...] A discussão da escala espacial destes processos é tarefa obrigatória para a apreensão das determinações ‘territorializadas’ dos fenômenos sociais.” (BRANDÃO, 2007, p. 17) Dessa forma, assumimos a postura de que há sobreposição das territorialidades sobre os territórios e que cada um é gerado e potencializado ou não, através da sua manutenção contínua, complexa e dinâmica.

Pensando assim, identificamos que para propiciar a discussão ao conceito de territorialidade é importante ponderar que “considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades.” (FERNANDES, 2005, p. 09) Sendo assim, é imprescindível que não percamos de vista que a territorialidade é fundada enquanto parte das facetas do território e que tal questão está fundada diretamente nas relações de poder no espaço.

Os movimentos socioterritoriais então são aqueles que têm o território como trunfo, e resistem através da manutenção de suas territorialidades (PEDON, 2009; PEDON, 2013;

⁶ Caráter relacional está em Thompson, que ainda não se distancia drasticamente do que é chamado de Ortodoxia do marxismo, mas já considera elementos culturais na construção da classe social e nega o determinismo econômico.

PEDON; DALPERIO, 2014). O que faz diferente o conceito de movimentos sociais, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais é a abordagem. “Os movimentos socioterritoriais, socioespaciais e sociais são os mesmos sujeitos, entretanto, são analisados sobre diferentes perspectivas assim, não estamos aqui criando outros sujeitos. Eles produzem espaços e territórios, se espacializando e territorializando” (DALPERIO, 2012, p. 02-03). A grande diferença entre o movimento socioterritorial e o socioespacial está relacionada ao teor das reivindicações (PEDON; DALPERIO, 2014).

A luta pela terra é territorial, vê a efetividade das suas reivindicações no acesso ao lote e, com aporte institucional ao território e assim se torna socioterritorial. O movimento socioterritorial objetiva a instauração de novas territorialidades. “Mesmo limitadas e/ou estritamente localizadas, essas novas territorialidades implicam em transformações nas relações sociais e na configuração dos lugares” (PEDON; DALPERIO, 2014, p. 50). Neste sentido os movimentos socioterritoriais do campo têm suas reivindicações específicas.

O Quadro 2, a seguir traz os tipos de reivindicações dos movimentos socioterritoriais do campo e os tipos de políticas que se tratam tais reivindicações. No final do quadro, é pertinente considerar as políticas de respeito aos Direitos Humanos. As reivindicações que estão ligadas aos Direitos Humanos, o cumprimento de acordos especialmente internacionais.

Quadro 2 - Tipos de Reivindicações dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil - 2000-2011

Tipos de reivindicações contra e/ou solicitando	Tipos de Políticas
Barragens	Contra a implantação de um modelo único de desenvolvimento para o campo
Monocultura	
Privatização das águas	
Transgênicos	
Revitalização do Rio São Francisco	
Transposição do Rio São Francisco	
Outros	Outros (sem informações)
Cesta Básica	Políticas de combate à Fome e à Pobreza
Assistência Técnica	Políticas de desenvolvimento do campo
Liberação de crédito	
Renegociação das dívidas	
Preços	
Incentivos Fiscais	
Seguro Safra	
Seguro Defeso	
Educação	
Infraestrutura	

Reassentamento	Políticas de Reforma Agrária
Desapropriação	
Assentamento	
Reforma Agrária	
Regularização Fundiária	Políticas de Regularização Fundiária
Questões Ambientais	Políticas Ambientais
Desmatamento	
Demarcação de Terras Indígenas	Políticas para Populações Tradicionais
Quilombos	
Titulação de Área Quilombola	
Indenização	Políticas Trabalhistas
Seguridade Social	
Questões Trabalhistas	
Direitos Humanos	
Cumprimento de acordos	Políticas de Respeito aos Direitos Humanos
Combate a injustiça e violência	
Libertação de presos	
Impunidade	

Fonte: CPT; Banco de Dados da Luta Pela Terra - DATALUTA (2012). Org. FILETO, V. N. (2019)

A construção da identidade da luta pela terra está alicerçada a complexidade dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. “Conceituamos movimento socioterritorial como aquele que tem o território como trunfo, sendo essencial para a sua existência” (DALPERIO, 2012, p. 03). Esta perspectiva conflui com abordagem defendida por Fernandes (2005). Os movimentos socioterritoriais do campo no Brasil se firmam na manutenção da sua territorialização frente à territorialização do capital (DALPERIO, 2012; PEDON; DALPERIO, 2014). “É no espaço geográfico que são criados os territórios e dentro dos mesmos são constituídas diferentes territorialidades bem como identidades” (DALPERIO, 2012, p. 03). As identidades se materializam no espaço e pela produção de territorialidades se diversifica.

Abordagem socioterritorial relaciona-se a geograficidade dos movimentos sociais tão estudados nas ciências sociais.

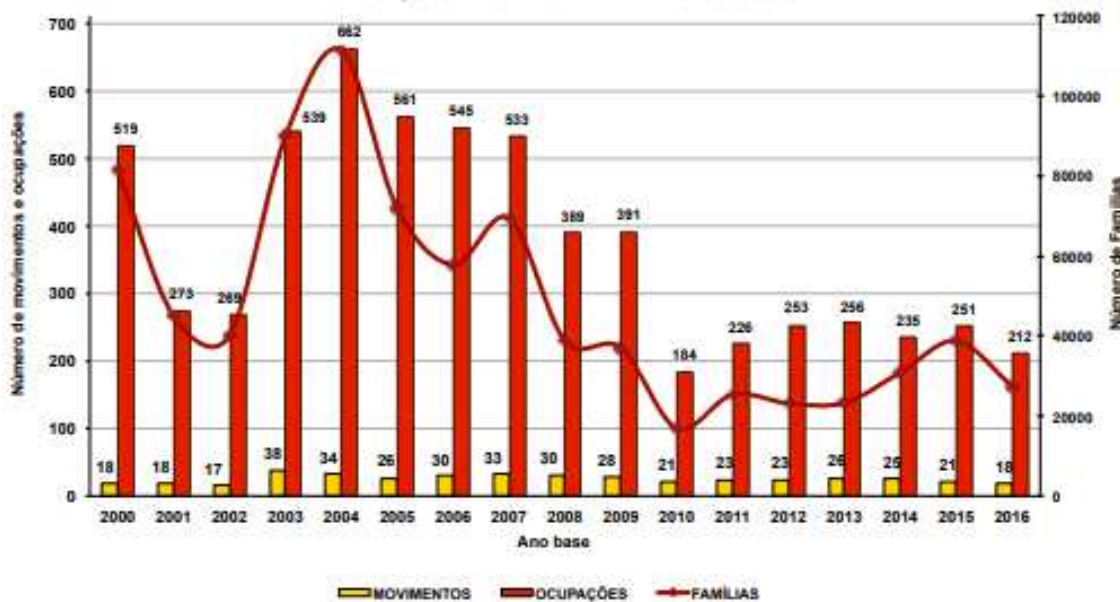
“Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. [...] No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território” (FERNANDES, 2005, p. 32).

Os movimentos socioterritoriais têm como reconhecimento a conquista do território. Os movimentos socioterritoriais territorializam e espacializam a luta pela terra no Brasil. “As ocupações de terras que agrupam famílias de várias partes do país rompem com o localismo e

com os interesses que dificultam a ampliação da luta dos trabalhadores, dessa forma, podem ser considerados como movimento socioterritorial” (PEDON; DALPERIO, 2014, p. 53). Neste sentido identificados os movimentos organizados da luta pela terra se encaixam nesta abordagem. Trataremos estes então como movimentos socioterritoriais do campo. No Gráfico 2 podemos ver a expressividade destes no Brasil na primeira década do século XXI.

Vale ressaltar que no gráfico é colocado o número de movimentos socioterritoriais envolvidos em ocupações. Cada movimento se envolve com mais de uma ocupação. Como afirma Ribeiro (2015) “os seguintes movimentos, articulados pela Via Campesina são considerados como movimentos socioterritoriais: CPT, MAB, MMC, MPA e MST. Enquanto os demais – CONAQ, FEAB, MPP e PJR - são considerados, como movimentos socioespaciais” (RIBEIRO, 2015, p. 13). Pela intencionalidade nas articulações da Via Campesina, é que se notam maiores espacializações e territorializações dos movimentos ligados à organização.

Gráfico 2 - Brasil - Relação dos movimentos socioterritoriais, número de ocupações e número de famílias - 2000-2016



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA (2016).

No século XXI, com a territorialização do capital internacional no campo brasileiro, por meio em da agricultura empresarial, a luta pela terra reinventou suas escalas de resistência e luta.

A partir da articulação da Via Campesina, esses movimentos socioterritoriais conquistaram uma representação mundial. A constituição dessa articulação tem possibilitado aos movimentos camponeses a organização de ações conjuntas em escala mundial, bem como a troca de experiências no que se refere aos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária e no enfrentamento com políticas impostas por instituições nacionais e supranacionais, como por exemplo o processo de mercantilização da reforma agrária, denominado Banco da Terra, implantado pelo Banco Mundial em convênio com governos das Filipinas, África do Sul, Brasil, Colômbia, Guatemala e Chile (FERNANDES, 2004, p. 10).

É necessário neste contexto considerar a multidimensionalidade da organização da luta pela terra. Mesmo que articulados em escala internacional, mediados predominantemente pela Via Campesina, não perdem sua autonomia na escala local.

Cada movimento atua independente e tem seus posicionamentos, específicos. Especialmente em relação aos direitos humanos, pauta cara nos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. No Quadro a seguir, é notável extensa quantidade de movimentos ativos. Dos alinhados a Via Campesina apenas três levantam politicamente a pauta do movimento LGBT. São eles, para além do MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).

Quadro 3 - Brasil - Número e siglas dos movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações por ano no período de 2000-2016

ANO	MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS	QUANTIDADE
2000	CAA, CONTAG, COOTERRA, CPT, CUT, FETRAF, LOC, MBUQT, MLST, MLT, MST, MT, MTB, MTR, MTRST, MTRSTB, MTRUB, UFT	18
2001	ACRQBC, ACUTRMU, ASA, ATUVA, CLST, CONTAG, CPT, CUT, LCC, LOC, MAB, MLST, MLSTL, MLT, MSST, MST, MT, MTR	18
2002	CCL, CETA, CLST, CONTAG, CPT, LCP, LOC, MAST, MCC, MCST, MLT, MST, MSTR, MUST, MUT, RACAA-SUL, USST	17
2003	CAR, CETA, CONTAG, CPT, FERAESP, FETRAF, GRUPO XAMBRE, LCP, LOC, MAB, MAST, MLST, MLT, MLTRST, MMA, MNF, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MSO, MSST, MST, MSTA, MSTR, MTA, MTAAMT, MTB, MTBST, MTL, MTR, MTSTCB, MUB, DLC, OTC, QUILOMBOLAS, SINPRA, ST, STL, UAPE, VIA CAMPESINA	38
2004	ACRQBC, ADT, ARST, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, LCP, MAB, MAST, MLST, MLT, MMA, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MPT, MSONT, MSST, MST, MTB, MTD, MTL, MTR, MTRSTP, MTS, MTST, MTV, MUST, MUT, OLC, OTC, QUILOMBOLAS, VIA CAMPESINA	34
2005	ACRQBC, AMPA, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, FST, LCP, MAST, MCNT, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MPRA, MST, MTA, MTD, MTL, MTR, MUB, OAC, OLC, QUILOMBOLAS, TUPÁ 3E	26
2006	ACRQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, FRUTO DA TERRA, FUVI, LCP, LOC, MAB, MAST, MATR, MBUQT, MLST, MLT, MMA, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPRA, MPST, MST, MTAAMT, MTD, MTL, OITRA, QUILOMBOLAS, TUPÁ 3E, UNIDOS PELA TERRA, VIA CAMPESINA	30
2007	ACRQ, ASTECA, ASTST, CETA, CONAQ, CONLUTAS, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, LCP, MAB, MAST, MLST, MLT, MLUPT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MPRA, MPST, MST, MTA, MTB, MTL, MTRST, MTST, OITRA, OLST, UNITERRA, UST, VIA CAMPESINA	33
2008	AST, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FATRES, FERAESP, FETRAF, LCP, MAST, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MRC, MST, MST da BASE, MTB, MTD, MTL, MTL-DI, MTP, MTRSTB, MTST, OLST, QUILOMBOLAS, RC, UNASFP, UNITERRA, VIA CAMPESINA	30
2009	AMIGREAL, ASPARMAB, AST, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, GERAIZEIROS, LCP, MAB, MAST, MATR, MCP, MLST, MLT, MMC, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MST, MST da BASE, MTD, MTL, MTST, QUILOMBOLAS, TEFRA LIVRE, VIA CAMPESINA, UNITERRA	28
2010	ABUST, CETA, CODEVISE, CONTAG, CPT, CUT, FERAESP, FETRAF, MCP, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MST, MST da BASE, MSTR, MTL, MTR, MTST, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA	21
2011	ATR, CETA, CONTAG, CUT, FERAESP, FETRAF, MAB, MAST, MLST, MLT, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPRA, MST, MST da BASE, MTD, MTL, MTST, OI, QUILOMBOLAS, UNITERRA, Vazanteiros em Movimento: Povos das Águas e das Terras Crescentes, VIA CAMPESINA	23
2012	ATR, CETA, CONTAG, CPT, CUT, FETRAF, LCP, MAST, MATR, MCR, MLST, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MRC, MST, MST da BASE, MST Independente, MTL, MTTDS, OI, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, VT	23
2013	ATR, CONTAG, CPT, CUT, FAF, FETRAF, FLTDC, FTL, MAB, MAST, MATR, MBST, MLST, MOQUIBOM, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPP, MST, MST da BASE, MTAAMT, MTL, MVTC, OI, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, VT	26
2014	CETA, CONTAG, CPT, FNL, LCP, MAB, MAF, MAST, MBST, MLST, MLT, MNU, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPA, MPST, MST, MST da BASE, MT, MTD, MTR, OI, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE, VIA CAMPESINA, VT	25
2015	ARPCT, ATR, CETA, CONTAG, FNL, LCP, Liga Camponesa dos Pobres do Norte de Minas, MAF, MCP, MLST, Movimento Dois de Dezembro, Movimento Geraizeiro Guardião do Cerrado, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPST, MST, MTEM, PESCADORES, QUILOMBOLAS, OI, TERRA LIVRE, VT	21
2016	ASMPA, ATR, CETA, CONTAG, CPT, FNL, LCP, MAB, MAST, MOVIMENTOS INDÍGENAS, MPP, MRL, MST, MSTB, MTAAMT, OI, QUILOMBOLAS, TERRA LIVRE	18
Total no período¹ = 137		

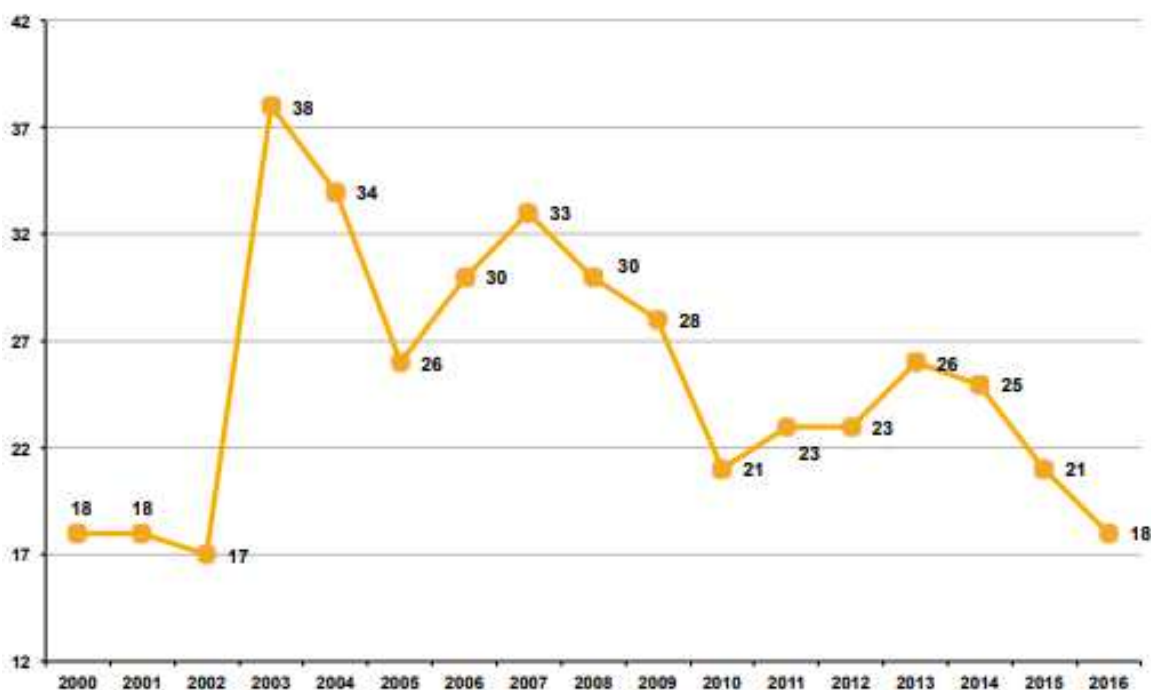
Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA (2016).

É possível identificar no quadro a participação dos movimentos socioterritoriais do campo em ocupações na primeira década do século XXI. Destes, todos os anos fora detectada a participação do MST. Da Via Campesina, a partir de 2004. Dos movimentos ligados a Via Campesina nota-se maior territorialização a partir de 2004. Terão movimentos mais territorializados, e movimentos menos territorializados. Isso será condicionado pelos caminhos

seguidos por cada um dos movimentos, por suas escolhas e abordagens. Em relação à diversidade da produção de territorialidades, que julgo ser uma parte da consolidação dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil que optaram por diversificar suas agendas de luta. “Hoje, frente aos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades” (FERNANDES, 2005, p. 26). É notável que os movimentos ligados a Via Campesina se estruturam e organizam sua resistência com mais efetividade no século XXI.

Entre os movimentos socioterritoriais do campo mais territorializados no Brasil “podemos destacar os movimentos: MST tendo atuado em 24 estados brasileiros, CONTAG presente em 20 estados, Movimentos Indígenas atuando em 19 estados, a CPT com a participação em 12 estados, OTC e Via Campesina respectivamente presente em 9 estados” (DALPERIO, 2012, p. 09). O que faz destes mais expressivos é sua característica particular de vincular a luta local com a luta nacional no processo de territorialização (PEDON; DALPÉRIO, 2014). No Gráfico 3, a seguir, é possível observar a evolução dos movimentos socioterritoriais no Brasil a partir dos anos 2000. Com pico em 2003, é possível perceber que a organização e resistência dos movimentos neste século não vêm surtindo efeito na sociedade, havendo constantes decréscimos desde então.

Gráfico 3 - Brasil - Evolução dos Movimentos socioterritoriais - 2000-2016



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA (2016).

Sobre os problemas latentes para a questão agrária o papel dos movimentos sociais e da academia são os mais importantes na constituição de resoluções. A abordagem socioterritorial vem como uma forma de facilitar o planejamento do desenvolvimento rural no Brasil, por representarem os sujeitos da luta pela terra. Neste sentido a complexidade se dá na necessidade de estudos continuados haja vista que os movimentos socioterritoriais do campo estão na frente dos conflitos do campo que, como já observado se transforma no espaço a partir do tempo. “Mesmo com as diferentes políticas adotadas pelos governos, os movimentos socioterritoriais não deixaram de atuar, ora ocorrendo um refluxo da luta, ora avanço” (DALPERIO, 2014, p. 18). Aqui Dalperio (2014) nos permite constatar que o decréscimo notado no Gráfico 3 não significa o fim da luta dos movimentos socioterritoriais no Brasil.

Quando se fala em movimentos socioterritoriais, falamos dos mesmos atores sociais vinculados a algum movimento social. No nosso caso estamos tratando especificamente dos sujeitos da luta pela terra. Aqui então reafirmamos que os movimentos da luta pela terra, são movimentos sociais e movimentos socioterritoriais, o que difere é a abordagem: o primeiro é

preocupação das ciências sociais e outras humanidades, e o segundo vinculado especificamente à geografia.

A geografia dos movimentos sociais, na abordagem socioterritorial no evidencia que a territorialização de tais movimentos é condicionada pelas políticas públicas. Por não haver um projeto de Estado no país, que está mais vinculado a planos de governo, os movimentos estão condicionados aos representantes vigentes que podem ser a favor ou contra a reforma agrária popular. Isso não a de mercado que já se encontra amplamente defendida e territorializada.

A vinculação dos movimentos sociais à geografia me parece ser importante ao se preocupar com a materialização destes no espaço. Entender a espacialização e a territorialização destes se faz necessária para a construção da ciência geográfica. Para colocá-la em movimento e assim contribuir para o entendimento do planejamento rural brasileiro ainda assombrado por uma violenta questão agrária é preciso considerar que a Geografia enquanto ciência precisa se comprometer a estudar os movimentos sociais.

Os movimentos socioterritoriais do campo comparecem como uma estratégia metodológica pertinente para a análise geográfica dos movimentos sociais pela sua ânsia por território. O MST é o mais expressivo entre estes. O conceito de movimentos socioterritoriais se funda também na produção e manutenção de territorialidades dos movimentos sociais, é aí que parece pertinente ligar a inserção da pauta LGBT no movimento.

Fernandes (2005) aborda a dinâmica da produção e manutenção das territorialidades nos movimentos socioterritoriais do campo:

A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território. [...] O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade. [...] A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma. (FERNANDES, 2005, p. 28).

Então podemos afirmar que a produção de territorialidades LGBT Sem Terra é condicionada pela produção da identidade LGBT Sem Terra, pois como já vimos a territorialidade é produzida na escala especialmente do simbólico. É uma identidade territorial vista sua existência ser conflitiva dentro do próprio movimento, no qual, reunindo relatos, Mariano e Paz (2018) evidenciaram uma marginalização na história das pessoas LGBT dentro de assentamentos, acampamentos e nas representações políticas do MST (MARIANO; PAZ, 2018).

O trabalho de base, como foi importante para visibilizar as pautas de gênero fora também para as pautas da diversidade sexual. A luta política do MST através dos seus espaços coletivos, animam e fortalecem o empoderamento das pessoas LGBT Sem Terra. A estrutura organizativa do MST desencadeou um processo de formação de consciência.

2. ESPACIALIZAÇÃO LGBT NOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO CAMPO BRASILEIRO

2.1.HISTÓRICO DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL

Existem relações homoeróticas e identidades transexuais no território brasileiro desde antes da colonização portuguesa. Os indígenas brasileiros como afirmam Gomes e Novais (2013), nas tribos em geral tinham práticas homossexuais, e em algumas tribos indígenas a transexualidade era cultuada como uma divindade evoluída espiritualmente.

Entretanto, não é nosso objetivo compreender a história das relações homoeróticas no Brasil, mas contextualizar as marcas históricas da organização das pessoas LGBT em movimento, e como isso vai adentrar a estrutura dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. Para tal, será necessário entender a evolução das relações socioespaciais das pessoas LGBT que culminou na realidade atual.

2.1.1. Antecedentes a ditadura militar: sociabilidade LGBT invisível

Historicamente as pessoas LGBT passam por constante marginalização por meio do discurso médico-legal. Para Trevisan (1986) esta marginalização foi intensificada pelo confinamento psiquiátrico-policial. “Os sexologistas nos anos 1930 adotaram seletivamente teorias europeias que consideravam a homossexualidade patológica, embora mantendo um construto analítico que pressupunha a dicotomia ativo/passivo.” (GREEN, 2000, p. 32-33). Essa dicotomia pregava uma maior subalternidade de quem fazia o papel de passivo da relação. Condenavam os dois, mas o papel passivo é mais vergonhoso. Falaremos sobre os motivos disso mais a frente.

Das relações homossexuais na modernidade parece importante para o debate que nos propomos a fazer a partir da notável migração de pessoas do campo e de pequenas cidades para grandes cidades a partir da década de 1930 endereçando mais liberdade para reproduzir a vida homoerótica como afirma Parker (2002). Sobre este processo Green (2000) afirma que

Para alguns jovens que fugiram do controle e coordenação da família, dos parentes e de uma cidade pequena em busca do anonimato das metrópoles, a amizade baseada numa identidade compartilhada e em experiências eróticas similares propiciou laços mais fortes que os sanguíneos. (GREEN, 2000, p. 33-34)

Podemos identificar aí um processo incipiente de organização através de laços afetivos. Como ainda afirma o historiador, estas migrações ocorreram predominantemente por motivos sociais e culturais.

Os sistemas sexuais e de gênero nas pequenas cidades e áreas rurais operam num contexto de diferentes estruturas sociais, culturais e econômicas (PARKER, 2002). Isso dificulta a reprodução da vida sexual, que é exaltada como uma possibilidade nas grandes cidades. Foi nas cidades de São Paulo, do Rio de Janeiro e Belo Horizonte que registraram as primeiras organizações de pessoas LGBT (GREEN, 2000; PARKER, 2002). Mesmo que o contexto parecia progressista, em relação à modernização das relações sociais aliadas a urbanização intensa, o discurso médico legal moderno ainda patologizava a homossexualidade, e o Estado brasileiro adotou tal discurso.

O êxodo rural, processo que ocorreu no Brasil como vimos no capítulo anterior, expulsou pessoas que viviam no e do campo para compor o quadro de trabalhadores das fábricas e de moradores das periferias. Este processo apenas foi possível pela necessidade de modernização do campo para produção e, por conseguinte, reprodução ampliada do capital agrário, aliada a manutenção da dominação das grandes produções monocultoras. Por outro lado, sublimou-se a vida urbana como um espaço de modernização das relações sociais.

O contexto que se inicia na década de 1950, como afirma Green (2000) e Parker (2002) uma intensa migração de homossexuais que viviam no campo e enxergavam na cidade uma forma mais livre para expressão da vida homossexual. Como também afirma Trevisan (1986), nas cidades as relações homossexuais reduziam-se a marginalidade e a condenação moral.

Publicitar as relações homoafetivas era terminantemente proibido. Os espaços privados eram acionados para reprodução da vida homossexual. Era necessário frequentar bares que aceitavam a sociabilidade gay, e as relações homossexuais (PARKER, 2002). Grande parte destes espaços, como afirma Green (2000), eram administrados por pessoas gays. Vale ressaltar que a centralidade das vivências nos estudos se encontram na vida gay haja vista que neste

momento as mulheres experimentavam menor liberdade sexual. E as pessoas trans vivenciavam uma realidade de invisibilidade que incluía até registros históricos.

Como ainda trata Green (2000), no fim dos anos 1950 estes espaços de sociabilidade eram escassos. Não havia bares nem restaurantes que atendiam exclusivamente o público gay, tampouco para relações sexuais entre dois homens. “Aqueles que quisessem ir a uma casa noturna ou a um bar para interagir mais abertamente com outros homossexuais tinham de ‘ocupar’ um dado estabelecimento até que fossem pressionados a sair do local pela intervenção dos clientes, dos leões-de-chácara, do gerente ou do proprietário” (GREEN, 2000, p. 261). Além disso, por mais que não havia leis que condenavam a homossexualidade, estes bares sempre foram caso de polícia (TREVISAN, 1986).

A marginalidade estava ligada também a raça e classe (TREVISAN, 1986; GREEN, 2000). “Uma renda confortável também era capaz de fornecer a privacidade necessária para encontros românticos ou sexuais, e homens mais ricos podiam até mesmo comprar, discretamente, favores sexuais quando necessário” (GREEN, 2000, p. 37). As praças públicas com pegação⁷ eram extremamente higienistas neste contexto, tendo a própria polícia como ator necessário. Os dados coletados sobre o encarceramento gay em São Paulo e no Rio de Janeiro mostram que as pessoas presas por prática homossexual eram pobres e/ou negras (GREEN, 2000). Trevisan (1986) afirma que era permitida uma homossexualidade *clean*, que consistia em existências menos reivindicatórias. Esta realidade perdura até hoje, com configurações socioespaciais mais complexas, como iremos nos debruçar mais a frente.

“No início dos anos 1960, alguns empresários no ramo das casas noturnas perceberam que havia um mercado para locais que atendessem exclusivamente aos homossexuais, e começaram a mudar as políticas que desestimulavam a inclusão de uma clientela gay” (GREEN, 2000, p. 262). Assim, começaram a expandir as opções de espaços de sociabilidade gay nas grandes cidades: São Paulo e Rio de Janeiro. Neste contexto, as mulheres lésbicas já ocupavam mais ativamente estes espaços. Entretanto, a repressão era recorrente (TREVISAN, 1986).

Com espaços privados que aceitavam homossexuais, e espaços públicos mais democráticos, como as praias e praças que possibilitaram a reprodução da vida homossexual, a

⁷Gíria original de homossexuais masculinos, que surgiu no Brasil na década de 1990 para designar os atos libidinosos que eram praticados em espaços públicos e privados e marcavam a sociabilidade gay neste contexto.

organização se tornou mais fluida e possível. A transexualidade neste contexto era vista como anomalia, apenas aceita durante a noite para compor o quadro da prostituição, e durante eventos culturais e festas na qual eram vistas como carnavalescas materializadas na figura da transformista (TREVISAN, 1986; GREEN, 2000).

2.1.2. Opressão as pessoas LGBT na Ditadura militar

O governo militar tinha aversão aos homossexuais. O discurso de aversão à homossexualidade só aumentou e houve repressão nos espaços privados de sociabilidade que existiam (GREEN, 2000). Nos tempos da ditadura militar, uma questão nos instiga na construção desta pesquisa: o pensamento da esquerda sobre sexualidade especialmente ao seu posicionamento a respeito da homossexualidade. Além de endereçar a discussão para como o Estado tratou a homossexualidade e à reprimiu no período militar, que também será suscitado principalmente por identificar que há motivações relacionadas ao processo de organização do movimento LGBT, quero focar em como a esquerda tratou as pessoas LGBT durante a história e se apropriou da causa para se reproduzir.

Vai ser importante considerar a vida de uma pessoa gay que participou de tudo isso ativamente: Herbert Daniel. Em sua biografia, “Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel” escrita por Green (2018), obra em que o autor contextualiza brilhantemente as dinâmicas sociais dos tempos que Daniel viveu, contribuindo expressivamente para a compreensão da vida gay na esquerda brasileira no período militar é perceptível que a esquerda neste contexto era em geral muito homofóbica. Como afirma Green (2018) “Seu confronto com a atitude conservadora da esquerda diante da homossexualidade nos anos 1970 e 1980 ajudou a construir as bases para as interações do movimento LGBT com os políticos progressistas e o governo do final do século XX e início do século XXI” (GREEN, 2018, p. 24). Confluimos plenamente com esta afirmação.

Herbert Daniel, nascido em Barbacena, entra na carreira política no movimento estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) onde, em 1964, ingressou para cursar medicina. Nestes tempos, questionava-se sobre sua sexualidade. Participava das movimentações contra o regime militar que eclodiu no ano que ingressou na universidade, agindo ativamente nas

organizações da esquerda. Até então não se sentia seguro de assumir sua homossexualidade por motivos pessoais, sociais, mas também políticos pois a homossexualidade na década de 1960 ainda era considerada imoral e perversa na sociedade em geral e na esquerda brasileira. Não era aceito ser gay nem no movimento revolucionário e é possível perceber que isso se deve também pela hegemonia masculina e branca da esquerda da época (GREEN, 2018).

Evidenciando as raízes de tal realidade da esquerda brasileira, Green (2018) continua:

Seguindo perspectivas tradicionais compartilhadas pelo movimento comunista internacional, a homossexualidade era considerada produto da decadência da burguesia, que desapareceria após a queda do capitalismo e a decorrente instauração de uma sociedade socialista ou comunista. Os líderes da Revolução Cubana defendiam a mesma posição, o que levou a produzirem campanhas repressivas contra gays e lésbicas, no início da década de 1960 (GREEN, 2018, p. 63).

É notável pelos registros históricos que o pensamento que cercava a esquerda brasileira era bastante homofóbico.

Predominava aquelas que condenavam a homossexualidade masculina, pois seria responsável pela feminilização do homem e, assim, por romper a construção da masculinidade revolucionária que se encontrava no cerne das autoimagem dos militantes. [...] entretanto alguns pensavam diferente (GREEN, 2018, p. 64).

Os pensamentos contrários à posição da esquerda homofóbica provavelmente contribuiu para adentrar as questões de gênero e sexualidade nas estruturas dos movimentos sociais no fim do século XX e início do século XXI. No entanto, nos últimos anos da década de 1960 não era possível se autoproclamar socialista e gay pela hegemonia do pensamento da esquerda brasileira (GREEN, 2018).

Herbert Daniel participou da luta armada contra a ditadura militar. Participou de diversos embates contra a polícia, foi declarado terrorista e foi procurado pela polícia. Tem uma sorte e tanto de não ter sido preso e torturado haja vista que muitos de seus companheiros da época não tiveram a mesma sorte. Ao mesmo tempo em que se tornava liderança da esquerda revolucionária, abdicou da vida homossexual. Herbert guardou o segredo de ser homossexual para continuar sendo aceito por sua identidade de guerrilheiro. Grupos políticos de direita e de esquerda evitavam se relacionar com grupos políticos gays (GREEN, 2018). Não se tem ideia de quantas pessoas passaram pelo mesmo processo que Daniel, no sentido em que Herbert só

assumiu a homossexualidade no final dos anos 1970 no exílio, muitos ainda se guardaram no armário.

Este contexto também era bastante machista. Em 1966 já havia questionamentos a respeito da identidade gay ser ligada a feminilidade, especialmente sobre os termos bixa e ‘boneca’. Os gays reivindicavam o direito de serem tratados como homens que faziam sexo com homens (TREVISAN, 1986; GREEN, 2000). A sociedade exibia um padrão duplo, que permitia a promiscuidade sexual aos homens, mas esperava que a pureza moral das mulheres ainda prevalecesse.

Por outro lado, a derrota da igreja, e o avanço no acesso dos contraceptivos emanciparam mulheres e vivenciaram uma abertura da sociedade sobre a liberdade sexual. A arte também foi uma forma muito efetiva de colocar em pauta as sexualidades e diversidade sexual.

Novas correntes como tropicália, provocaram debates aquecidos e controversos acerca da influência estrangeira sobre a produção cultural nacional. Cantores como Caetano Veloso não apenas revolucionaram a música popular, mas também expandiram as fronteiras de expressões de gênero aceitáveis, ampliando barreiras de representações tradicionais de masculinidade e feminilidade (GREEN, 2018, p. 71).

Como afirma Trevisan (1986) adentra-se o debate da homossexualidade através dos movimentos artístico culturais da época, como é o caso da Tropicália.

Em 1969 ocorria a revolta de StoneWall, a primeira movimentação pelos direitos LGBT registrada no mundo. Em 1969 eclodiram movimentos de mulheres feministas que desafiavam o machismo da esquerda. Em 1971 na França, era fundada a Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR). A FHAR pode ser considerada a primeira organização coletiva homossexual de esquerda. Pela realidade da época, era uma organização autônoma e não se alinhava aos movimentos tradicionais da época, mas alinhava com o pensamento socialista visto que grande parte dos integrantes veio de movimentos tradicionais da esquerda (GREEN, 2018). A pauta da FHAR tem em si uma oposição à estrutura capitalista. Criticavam a guetificação gay como se fosse uma forma do capitalismo inserir os homossexuais enquanto nichos de mercado e ao mesmo tempo segregar a classe homossexual. Esta pauta evidencia que o movimento LGBT nunca foi exclusivamente da esquerda.

Em escala mundial viam o Brasil como um país permissivo em relação a homossexualidade através da carnavalização deste debate (TREVISAN, 1986; GREEN, 2000).

Ver homens vestidos de mulheres, expressando sexualidades dissidentes através de uma feminilidade exacerbada (para o padrão masculino da época) durante o período do carnaval, fazia os estrangeiros acreditarem que a vida gay no Brasil era possivelmente tranqüila. Entretanto “quando as fantasias do carnaval são despidas e a vida retoma seu curso normal, surge um quadro um tanto diferente da tolerância em relação aos homossexuais no Brasil” (GREEN, 2000, p. 23-24). O conservadorismo perante a sexualidade se reinventou historicamente, sempre condicionado a fatores externos mediados por necessidades circunstanciais (TREVISAN, 1986).

O ocidente experimentou nos anos 1970 uma abertura estrutural nas discussões sobre gênero e sexualidades. Entretanto a sociabilidade LGBT é determinada pela política e pelos contratos sociais de cada Estado-Nação. Na Europa e nos Estados Unidos, no início da década de 1970 o movimento homossexual começava a se estruturar com mais veemência. No Brasil germinava algumas mobilizações, mas em um contexto de ditadura militar com repressão policial extremamente agressiva, a vida homossexual se reduzia aos espaços privados, especialmente da vida noturna. Até a década de 1970 não existia até então uma organização política estruturada que pautava a homossexualidade (GREEN, 2000). As mobilizações escassas que existiam eram motivadas pela garantia da segurança para reprodução da vida homossexual. Vale lembrar que neste contexto, as mobilizações que pautavam a diversidade sexual não inseriram o debate da transexualidade.

Trevisan (1986) nos ajuda a pensar a construção da identidade gay no Brasil. Para o autor a constituição desta identidade passa pela interseção entre a identidade homossexual e a identidade do brasileiro. Por mais que considere as objeções sobre a construção de uma identidade gay, ele entende que não há como, em nossa sociedade negar uma denominação a este modo de vida que é definido como subversivo.

A primeira onda do movimento brasileiro de gays e lésbicas emergiu em 1978, ano que é também associado ao início da lenta transição da ditadura para a democracia. Em 1978 o movimento que viria a se autodenominar LGBT era conhecido como movimento homossexual (GREEN, 2018). Tanto o movimento de luta pela terra e LGBT, no decorrer da transição da ditadura para a democracia caminhavam paralelamente. Foi nos idos de 2015 que houve a possibilidade de agrupar duas agendas.

Ensaivavam uma abertura política e isso dava muita esperança de uma realidade melhor para as pessoas homossexuais. Havia espaços políticos que debatiam a causa, como é o caso do Jornal informativo Lâmpião da Esquina (TREVISAN, 1986). No grupo que fundou o jornal havia alguns homossexuais. “O Lâmpião defendia a causa homossexual, negra, feminina, indígena e a do meio ambiente, o que era bastante inovador no Brasil daquela época” (GREEN, 2018, p. 18). No mesmo ano era criado o Grupo Somos⁸, a primeira organização coletiva do movimento homossexual no Brasil.

Em fevereiro de 1979 foi organizada uma mesa de debates sobre minorias na Universidade de São Paulo (USP), e o Grupo Somos foi convidado para participar da atividade no que dizia respeito à pauta da homossexualidade. “Os integrantes do somos replicaram que a esquerda era homofóbica e hostil com suas demandas” (GREEN, 2018, p. 235). Com esta afirmação, a partir daqui nos consideramos seguros em dizer que a esquerda brasileira neste período era homofóbica.

O movimento homossexual de esquerda geralmente criticava o sectarismo. Foucault foi grande influenciador de ideias dos atores do movimento da época e ainda faz parte dos cânones da filosofia das sexualidades. “Os doze grupos que compunham o movimento homossexual naquele momento foram construídos com base no apelo para que homens e mulheres assumissem o desejo sexual pelo mesmo sexo, desafiando as atitudes preconceituosas e a condenação moral da sociedade” (GREEN, 2018, p. 270). Além disso, os gays e lésbicas da esquerda enxergavam que a homofobia na ideologia no Brasil havia sido superada, e o respeito à diversidade sexual só seria possível com a revolução. Este pensamento ainda se aproxima bastante da realidade atual, entretanto, diferentemente da realidade atual, parte da esquerda naquele contexto ainda hostilizava as identidades homossexuais.

Como afirma Parker (2002), o Brasil se inseriu no capitalismo moderno a partir do desenvolvimento dependente. Se de um lado este processo veio a dificultar a reprodução da luta pela terra, por outro lado, parece que foi positivo para a reprodução da vida homossexual.

Ao arrancar homens e mulheres da economia familiar e jogá-los no mercado, o desenvolvimento capitalista industrial desvalorizou a família tradicional como

⁸O Somos foi um grupo em defesa dos direitos das pessoas homossexuais, fundado em 1978. O Somos era formado por artistas, estudantes e intelectuais da época que se organizaram através do Boletim Lâmpião de Esquina. É considerado pela literatura como o primeiro grupo brasileiro do Movimento LGBT.

uma unidade econômica e resultou numa nova ênfase no individualismo e na força de trabalho individual como essencial para as idéias de troca econômica. As implicações sociais, demográficas e psicológicas dessas mudanças foram abrangentes: a transformação da família no lugar de produção econômica para o *locus* de segurança emocional e afeição e o declínio constante nas taxas de natalidade à medida que a procuração desvinculou-se gradualmente do prazer sexual como a característica básica da vida sexual, a ênfase crescente de uma pessoa autônoma como chave para a felicidade, e assim por diante. A medida que os métodos pré industriais de produção deram lugar a formas mais modernas de crescimento industrial e à urbanização associada, estas mudanças se combinaram para criar um contexto social, político e econômico em que homens e mulheres atraídos por seu próprio sexo podiam começar a moldar uma identidade pessoal e um modo de vida baseado em seus sentimentos sexuais (PARKER, 2002, p. 165 grifo do autor)

A modernização das relações sociais na América Latina e no Brasil é bastante específica, comparados ao mundo anglo-europeu. Por ter uma peculiaridade relacionada ao desenvolvimento dependente, influem nas relações sexuais as intersecções de raça e classe de forma mais acentuada. Neste sentido, há uma complexidade maior na constituição das identidades sexuais. É preciso considerar sistemas globais de organização das pessoas homossexuais.

2.1.3. Redemocratização e organização do movimento social LGBT no Brasil

O recorte que abarca o fim dos anos 1980 e década de 1990 é determinante no que diz respeito à organização das pessoas LGBT no Brasil. Vale lembrar a concomitância com a institucionalização dos movimentos da luta pela terra, como vimos no capítulo anterior. Sobre a liberdade sexual já notava uma abertura nos últimos anos do governo militar. A abertura política da transição democrática deu fôlego para os movimentos sociais e várias pautas ascenderam.

A sexualidade, como qualquer outro aspecto da vida humana, ficou cada vez mais sujeita a processos de mudança em rápida aceleração, e quase sempre bastante disjuntivos, que ocorreram no contexto da globalização excepcionalmente complexa que marcou as décadas finais do século XX (PARKER, 2002, p. 17).

É importante salientar que consiste em uma dialética cultural que processualmente possibilitou a reprodução da vida LGBT. Neste contexto os movimentos de esquerda, pelo menos enquanto posição política já se alinhava com os movimentos feministas e homossexuais. Inspirados pelas organizações internacionais e o progresso das pautas sociais fomentadas

principalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Carta Internacional dos Direitos Humanos, e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que neste contexto já haviam desconsiderado a homossexualidade enquanto doença (GORISCH, 2014). Como afirma Gorisch (2014) os representantes Brasileiros nos conselhos da ONU se aproximavam ideologicamente da Liga Árabe, defensora fiel do combate à homossexualidade.

Como expõe Green (2000) em uma pesquisa feita em 1993 mais de 50% dos entrevistados romperiam uma amizade caso esse amigo fosse homossexual. As manifestações de ódio também eram presentes nos altos índices de homicídios motivados por homofobia: 130 assassinatos em 1993. Este material foi organizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), mais consolidada organização do movimento gay no Brasil. Quando falamos dos homicídios motivados pela transfobia os dados são ainda mais assustadores.

A preocupação com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) foi um dos motivos maiores de ascensão do movimento LGBT nos anos 1990. Várias organizações neste contexto foram criadas, e muitas conseguiram se firmar com a ajuda do Estado brasileiro que injetou recursos para projetos de combate à contaminação do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) (PARKER, 2002). A luta a partir daí centralizou no direito à saúde. A peste gay, como ficou conhecida a AIDS no Brasil, criou um grande estigma principalmente com homens gays, travestis e militantes do movimento de combate ao HIV. As Organizações Não Governamentais (ONG) serão a materialização da institucionalização do movimento LGBT no Brasil. Estas buscavam o Estado para conseguir legitimar sua luta, e conseguir apoio para levar a frente suas pautas.

É importante salientar que neste mesmo contexto, onde a saúde se tornava uma preocupação latente do movimento homossexual, não havia como desconsiderar mais as pessoas travestis e transexuais, que eram até então invisibilizadas. Já marginalizadas pela estrutura social do território brasileiro, nos movimentos de combate ao vírus HIV elas só foram inseridas quando houve um encontro com a demanda homossexual. A AIDS contaminava predominantemente homens gays, mas especialmente transexuais em sua maioria negras, pobres (GREEN, 2000), e/ou em situação de prostituição (NOGUEIRA; CABRAL, 2018). Como afirmam Nogueira e Cabral (2018) foi entre o final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 que nasce a possibilidade

de um debate público sobre transexualidade e travestilidade. Isso se deve ao incentivo estatal as ações de combate a contaminação do vírus HIV.

A AIDS foi um catalisador da organização política das travestis no Brasil, apenas com a mudança nas políticas relativas à epidemia, através da elaboração e da divulgação do conceito de vulnerabilidade que marca os anos 1990, é que elas passaram a considerar como objeto de mobilização política outros aspectos de sua vida (NOGUEIRA; CABRAL, 2018, p. 09).

Assim que é criada a Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), com uma organização autônoma e que levanta a bandeira da travestilidade e da transexualidade. A associação ia além da contaminação pelo vírus HIV, levando a discussão da ampla exclusão de pessoas travestis e transexuais. Como afirmam Nogueira e Cabral (2018), a organização do I Congresso Nacional de Travestis e Liberados no Rio de Janeiro pela ASTRAL, que contou com 95 participantes de cinco estados, espalhou o movimento trans para todo o Brasil.

Até então o movimento homossexual no Brasil não estava diretamente ligado ao movimento de travestis e transexuais. “Foi em 1995 que, pela primeira vez, organizações de travestis participaram formalmente de um espaço do movimento, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Em seu âmbito criava-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)” (NOGUEIRA; CABRAL, 2018). A partir daqui percebemos que começa a constituir uma identidade do movimento LGBT que entre idas e vindas ainda perdura no território brasileiro.

2.1.4. A constituição da identidade LGBT no Brasil

Muitos, dentro e fora da produção científica e do movimento LGBT, ainda questionam sobre a latência e a coerência da sigla que trouxemos. Atualmente, com a emergência das teorias pós-estruturalistas do gênero e das sexualidades⁹ várias portas foram abertas para que novas identidades surgissem e se reivindicassem sua visibilidade na sigla que materializa a organização

⁹ Os estudos pós-estruturalistas de Michel Foucault, Judith Butler, Scott são chave. Estes estudos vão basicamente se opor das perspectivas essencialistas que tratavam da sexualidade humana. De maneira geral, podemos dizer que para a corrente essencialista, o sexo e a sexualidade se limitam a sua base conceitual biológica. De outro lado, para a perspectiva pós-estruturalista o gênero e a identidade sexual são interpretações sociais estruturadas a partir desta base biológica. Entretanto nem o sexo biológico e nem a sexualidade estão, conceitualmente, livres de influências culturais.

dos movimentos da diversidade sexual. Entretanto, confluímos para esta pesquisa, com a perspectiva da unidade em que a sigla LGBT operacionaliza a noção de um movimento que tem como foco a luta pela conquistas de direitos à diversidade sexual.

Não desconsideramos (muito pelo contrário) a imensidão que constitui a sexualidade humana, especialmente as sexualidades subalternizadas pela estrutura social hétero-cis hegemônica. No entanto, para o processo de conciliação de tal realidade com a necessidade de pautar a diversidade sexual no escopo das políticas públicas, nos parece válida a utilização da sigla LGBT. Por autodenominar-se LGBTs Sem Terra, compreendemos que seguir por esta perspectiva é mais inteligente e coerente para com os objetivos da pesquisa.

Neste sentido, as pessoas LGBT, são pessoas que não se encaixam no padrão sexual hegemônico e vivenciam as opressões por representarem uma sexualidade diversa, e o movimento LGBT é a organização das pessoas que resistem a tal padrão e reivindica o direito à diversidade sexual.

O grupo social LGBT ainda vivencia um contexto de vulnerabilidade social. Este contexto na atualidade é fruto de um processo histórico imerso à exclusão. Grande parte da vivência LGBT na América Latina é expressa pela repressão à homossexualidade e a transexualidade. Tal repressão gera uma resistência que constitui uma identidade através da organização, que está em movimento. Esta identidade é identidade do movimento. Trataremos dela enquanto identidades LGBT.

Segundo Camarotti (2009) “é inegável que a questão da identidade foi, e até hoje é, uma parte constitutiva do movimento LGBT, bem como um elemento subjacente às reivindicações mais contemporâneas do movimento, a exemplo da luta pelos direitos à conjugalidade e à parentalidade” (CAMAROTTI, 2009, p. 34). As identidades LGBT reivindicam não serem estigmatizados e/ou oprimidos pela sua sexualidade. O movimento LGBT se estrutura pela luta por reconhecimento social e a favor da diversidade sexual.

O movimento LGBT é acoplado na literatura como parte dos novos movimentos sociais.

Os novos movimentos sociais procuram mobilizar a opinião pública a seu favor através da mídia e do protesto como mecanismo de pressão sobre os órgãos e políticas estatais; atuam de forma descentralizada, aberta e fluida, constituindo-se como redes de troca de informação e cooperação. Representam uma verdadeira transformação na forma de fazer política, a partir da sociedade civil,

e não apenas por meio da política oficial, de luta pelo poder nas estruturas do Estado. Com a atuação dos novos movimentos sociais, passam a ser valorizados, em detrimento das determinações macroestruturais, os fatos conjunturais do cotidiano (CAMAROTTI, 2009, p. 36).

O cotidiano evidencia formas e processos condicionados pela conjuntura. Historicamente o Movimento LGBT fez apontamentos que explicitavam a realidade repressora que por séculos inviabilizou a existência nítida e natural das pessoas que não se enquadravam nas hetero-cis normas impostas pela estrutura social.

“Tal definição trouxe para o movimento LGBT um dos principais norteadores de suas práticas: a necessidade de promover uma transformação cultural para desconstruir as concepções usuais acerca da homossexualidade, marcadas pelas idéias de pecado, doença, crime e promiscuidade, e que serviram como pano de fundo para a desconsideração do homossexual enquanto um sujeito portador de direitos” (CAMAROTTI, 2009, p. 47).

Os direitos humanos e o reconhecimento do Estado evidenciam a efetividade da luta do movimento LGBT, mesmo que a passos lentos. O Brasil é um país colonizado até na constituição de direitos humanos. O Brasil desrespeita todos os tratados e acordos internacionais ligados aos direitos humanos LGBT. O Brasil lidera o ranking de assassinatos LGBT no mundo e ainda não há políticas públicas que avance acerca destes problemas (GORISCH, 2014).

No século XXI as relações humanas se tornam mais dinâmicas com a globalização, e a popularização das teorias pós-estruturalistas da sexualidade, a teoria queer¹⁰ em específico. As pautas identitárias entram e cheque. A bissexualidade se mostra como pauta a partir do discurso das homossexualidades ortodoxas. A compreensão dos debates a respeito da diversidade sexual vai se tornar mais complexa. Para tal entendimento, que conflui com os objetivos desta pesquisa, vamos nos debruçar sobre as noções de “masculinidades” e “feminilidades” ainda muito plurais e em aberto, porém necessárias para compreender em que se fundamenta o debate da diversidade sexual.

Trataremos aqui das feminilidades e masculinidades no que consiste em sua latência para a compreensão do debate da diversidade sexual. A existência destas noções nega a binaridade de

¹⁰A teoria queer começou a ser desenvolvida a partir do final dos anos 80 por um seguimento de pesquisadores estadunidenses, com destaque a sistematização desta, Judith Butler. Tal teoria define que a realidade binária do gênero é firmada através de normas sociais impostas. Através da noção de performatividade a teoria queer aponta que as normas impostas pela estrutura heteronormativa são limitadas e não comportam a complexidade que confere a sexualidade humana.

gênero haja vista a pluralidade de formas de experiências masculinidades e feminilidades. Esta noção ganha forma com os estudos de Michel Foucault, Teresa de Lauretis, Judith Butler e Donna Haraway (SILVA, 2009a). Estas tecnologias de gênero consideram que as relações sociais de gênero são muito mais profundas que a simples diferenciação sexual (LAURETIS, 1987).

Butler (1990) vai além, ao tratar das performances do gênero, defendendo o binarismo enquanto uma construção social e que tal binarismo não comporta a complexidade das possibilidades do corpo de expressar o gênero. Negar toda a construção social do gênero é complexo. Neste sentido as feminilidades e masculinidades se mostram como formas viáveis de fazer a proposta teórico-metodológica pós-estruturalista de Butler possível. Para ela não é a relação feminilidades x masculinidades, mas feminilidades + masculinidades que constrói as identidades de gênero das pessoas. Esta concepção desvenda várias interrogações sobre quem não se encaixam nas hétero-cis normas e não existiam socialmente.

É preciso considerar que os corpos têm feminilidades e masculinidades distintas e plurais, que constituem a diversidade que é o ser humano. Entretanto há uma estrutura que delimita muito bem o que é masculino e feminino dicotomicamente. O senso comum que a mulher, por si só, já diz o que é e para que serve: ela é a mãe, a dedicada, sensível, organizada, submissa, respeitosa, comedida, contida faz parte da marca das feminilidades tradicionais que eram entendidas apenas como o oposto subverso das masculinidades tradicionais (COUTO, 2010).

É preciso entender que as masculinidades estão alinhadas a marcas e símbolos socialmente construídos. A hegemonia das masculinidades tradicionais foi materializada pela estruturação do patriarcado. O regime patriarcal é baseado na hierarquia de gênero. Este regime tradicionalmente edificou uma aversão social à tudo que é representado pelo feminino e uma superestima ao que é representado pelo masculino (Bourdieu, 2003). Esta hierarquia viabiliza também as relações conflituosas da atividade e da passividade. Trataremos a ideologia que reproduz este regime de patriarcado¹¹.

Para Parker (2002) ser ativo é uma forma de exercer uma identidade sexual mais próxima das hétero-cis normas do patriarcado. Os gays se identificam com processos tradicionalmente

¹¹ Para Saffioti (2004) o gênero nunca será neutro pois é carregado de ideologia. Tal ideologia estampa em nossa sociedade uma estrutura de poder e dominação em que o masculino impera sobre o feminino. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito.

femininos ao se relacionar com homens. As lésbicas negam suas feminilidades tradicionais a não se submeter às práticas heterossexuais. As identidades de gênero transexuais produzem existências extremamente subalternizadas na hierarquia estabelecida pelo patriarcado por seus corpos com atuações ainda mais transgressoras. Essa hierarquia é imposta muito violentamente.

Como afirma Green (2000), o homossexual efeminado, bixa, torna-se indicador que diferencia seu próprio comportamento “desviado” e o comportamento masculino “normal” de um homem “verdadeiro”. Ser bixa é visto como as representações dos corpos presentes no movimento LGBT evidenciam a intensidade das feminilidades reproduzidas e a negação das masculinidades hegemônicas. Pessoas nascidas no corpo masculino que negam as masculinidades impostas, expressando exacerbadas feminilidades sexual e socialmente. Pessoas nascidas em um corpo feminino que negam as feminilidades impostas e ousam expressar masculinidades sexual e socialmente. Existir para estas pessoas é estar incompatível com o patriarcado. A repressão exercida pelas existências destas é extremamente violenta.

O patriarcado se materializa no espaço e no tempo. As pessoas LGBT são hostilizadas em determinados espaços, isso é condicionado por masculinidades afetadas. Bimbi (2017) utiliza o futebol para exemplificar a ação violenta das masculinidades afetadas. O Futebol é um espaço de repressão e estigma a homossexualidade por imperar a masculinidade afetada, que nega todo e qualquer tipo de prática da feminilidade por pessoas do sexo masculino.

Nas LGBT Sem Terra, isso fica muito evidente, ao optarem por se tratarem enquanto *as* LGBT Sem Terra, no feminino. É importante salientar que onde se encontra a intersecção do movimento LGBT no campo brasileiro se dá na luta pela terra. O território do campesinato que se encontra a luta pela terra tem especificidades notáveis pelo seu cunho progressista. Isso será suscitado mais a frente.

No capítulo introdutório do Primeiro Relatório Mundial da ONU Sobre a Defesa dos Direitos Humanos, há uma afirmação de que em todas as regiões do mundo, pessoas sofrem violência e discriminação por sua orientação sexual (GORISCH, 2014). A vivência LGBT não está desprendida do espaço, nem do tempo (PARKER, 2002; SILVA, 2009a; ORNAT; 2008). A forma com que se estrutura a sociabilidade das pessoas LGBT está condicionada aos processos socioespaciais. Nesta perspectiva precisamos de cuidado para compreender que a organização das pessoas LGBT durante a história é conduzida à luz do seu tempo.

O debate da diversidade sexual tem a sua agenda política situada no combate ao patriarcado. O patriarcado é o fundador da heteronormatividade. A heteronormatividade nega a diversidade sexual e dificulta a reprodução da vida das pessoas LGBT. Este processo se expressa comumente pelo discurso e está espacialmente localizado. Neste sentido a Geografia se apresenta enquanto uma possibilidade teórica metodológica de compreensão das relações que circundam este debate.

2.2. GEOGRAFIA DAS SEXUALIDADES E AS LGBT SEM TERRA

2.2.1. As Geografias do Movimento LGBT no Brasil

A Geografia tem muito a contribuir com o debate da diversidade sexual. A perspectiva geográfica é específica, isso não se pode perder de vista. A análise geográfica tem em sua contribuição mais direta na regionalização do mundo através da sexualidade. Como os Estados tratam esta questão. Neste sentido primeiro recorte geográfico passível é o ocidente e oriente. Outro recorte é o norte-sul, especialmente tratando da América Latina, que tem especificidades notórias e consideráveis em uma análise geográfica das espacialidades LGBT Sem Terra. A América Latina é vista como devassa a cultura dos trópicos, para a cultura eurocentrada tem uma identidade nacional racializada (SILVA, 2009a).

Mais um recorte necessário é o de classe, que condiciona várias realidades espaciais. Fazer este recorte parece importante para comportar a especificidade da identidade LGBT Sem Terra. Militantes da luta pela terra no Brasil, além de compor a classe trabalhadora, ainda configuram-se enquanto camponesas. O outro recorte geográfico é o rural-urbano. Neste caso diz respeito a uma identidade camponesa ressignificada histórica e politicamente na identidade da luta pela terra que tem suas especificidades suficientemente pontuadas no capítulo anterior.

Os primeiros trabalhos da Geografia que envolvia as sexualidades eram pautados na cartografia de espaços gays e lésbicos, em uma perspectiva materialista. Com o tempo, as centralidades dos trabalhos levaram a compreensão das culturas sexuais e para evidenciar a

exclusão e a marginalização de determinado grupos sociais, frutos da homofobia nas atividades econômicas e políticas.

A Geografia Cultural é o campo de estudos que se inserem as dinâmicas socioespaciais do movimento LGBT atualmente. Mas é possível levar este debate para outros subcampos da ciência geográfica. Os primeiros estudos trabalhavam na área da Geografia Econômica, Geografia Política. Vários estudos se debruçam sobre as dinâmicas espaciais urbanas que consideram as pessoas LGBT. E a Geografia pode também contribuir na compreensão da regionalização das políticas públicas para a população LGBT, e da cultura LGBT no mundo. Este estudo contribui para inserir este debate também na geografia agrária. A perspectiva voltada para o olhar para o indivíduo e o grupo social LGBT, suas experiências de opressão em corpos marcados pela sexualidade é uma forma de inserir o debate geográfico, haja vista que estas estão inseridas na relação espaço e tempo.

Tradicionalmente a literatura sempre se preocupou com a vivência homossexual predominantemente. E quase exclusivamente preocupando com as dinâmicas urbanas, ignorando o rural, ou colocando-o como um espaço atrasado que impossibilita as relações homossexuais. Como afirma Nogueira e Cabral (2018), a causa da falta de estudos sobre a transexualidade se dá pela exclusão das pessoas trans dos ambientes acadêmicos.

Os estudos sobre LGBT na América Latina começam a aparecer a partir dos anos 1982 (PARKER, 2002). Como afirma Parker (2002), a experiência sexual é condicionada por relações de poder. A ciência geográfica em sua tradição acabou por ignorar diversas existências espaciais. Espacialidades não-brancas, femininas e homossexuais foram desconsideradas e/ou consideradas inadequadas para a análise geográfica (RATTS, et. al. 2016). Segundo Silva (2009a) isso é fruto de uma produção hegemonicamente produzida por homens brancos heterossexuais.

A Geografia anglófona foi a primeira a se preocupar com este tipo de estudo, vinculada à perspectiva espacial de Doreen Massey. A Geografia brasileira historicamente negou a inserção das pautas identitárias. “Sendo assim, as análises incluem, simultaneamente, as relações econômicas e político-culturais que, de forma complexa, associam classes, etnias, raças e sexualidades em configurações específicas no tempo e no espaço” (SILVA, 2009a p. 24). É assim que a Geografia brasileira nos anos 1990 vai adentrar ao debate da diversidade.

Influenciadas pelas teorias pós-coloniais, pós-estruturalistas e psicanalíticas, as geografias feministas associadas às críticas das mulheres negras, de gays, de lésbicas ao perfil universal e elitizado dos movimentos sociais e aprofundaram seu caráter plural, ao abordarem desde as microgeografias do corpo até as relações transnacionais, em variadas perspectivas de análise, abrindo caminho para os estudos das sexualidades a partir da teoria queer, das políticas econômicas e ambientais, baseadas nas críticas ao modelo de globalização instituído (SILVA, 2009a, p. 43).

No Brasil as discussões que estão relacionadas à diversidade sexual vão ser inauguradas com a tradução do campo das *feminists geography* e da *queer geography*. Traduzidas para o português, as Geografias feministas e das sexualidades tem influencias teórico-metodológicas pós-estruturalistas. A Geografia das sexualidades é uma dissidência das Geografias feministas construcionistas que até então dominava os espaços acadêmicos da União Geográfica Internacional (UGI) (SILVA, 2009a).

A Geografia das sexualidades no campo em que vamos nos debruçar para entender nosso objeto está em constante (re) construção, e no Brasil é a proposta metodológica mais prática de infiltrar geograficamente no debate da diversidade sexual. A Geografia das sexualidades, como sua própria fundação anuncia, é retroalimentada pela teoria queer de Judith Butler. “A teoria queer, portanto, além de sua importância capital em reconhecer a formação de comunidades e culturas sexuais, é um espaço teórico no qual se pode evidenciar a exclusão e a marginalização de determinados grupos sociais nas atividades econômicas e políticas, frutos da homofobia” (SILVA, 2009a, p. 44).

A Geografia das sexualidades se pauta na espacialização da desconstrução da linearidade sexo/gênero/desejo. A geografia das sexualidades abrange os desejos, as identidades e as condutas sexuais que são estabelecidas no processo de regulação social cotidiana, e, sendo assim, a sexualidade é vivida temporal e espacialmente de diferentes formas. (SILVA, 2009b) As produções das geografias queer de tradição anglófona, e das sexualidades no Brasil tradicionalmente produziu sobre as corporalidades gays e lésbicas. Depois com as corporalidades trans. Não se preocuparam com as dinâmicas socioespaciais do movimento político LGBT em si.

A proposta teórico-metodológica da Geografia das sexualidades inclui alguns cuidados. Estes cuidados se referem às noções de posicionalidade e reflexibilidade do pesquisador. A posicionalidade do pesquisador se refere à de que posição geográfica, social, política está seu

olhar. É preciso ter a consciência de que toda pesquisa é posicionada. Este é fundamental para mostrar um dado político da pesquisa.

O saber produzido sobre uma dada realidade reúne as motivações das pessoas envolvidas, que se expressam a partir delas, gerando, portanto, uma versão sempre parcial. Os efeitos produzidos desse encontro de motivações expressas, por sua vez, realimentam a própria realidade estudada, num fluxo contínuo (SILVA, 2009b, p. 103).

Ou seja, para se debruçar em estudos que estejam ligados epistemologicamente a geografia das sexualidades é preciso considerar a posição do pesquisador bem como a parcialidade intrínseca da racionalidade humana em relação a pesquisas envolvendo processos sociais.

A reflexibilidade se apresenta a partir da noção de posicionalidade. A reflexibilidade incorpora a necessidade da postura reflexiva da pessoa que pesquisa em relação aos seus resultados, já que as relações de poder inerentes ao processo investigativo implicam a produção de hierarquias. As versões da realidade produzidas por nós, pesquisadores, têm maior poder de fazer valer suas ideias frente aos demais saberes sociais (SILVA, 2009b).

O campo da Geografia das sexualidades no Brasil inicialmente se preocupou em estudar as culturas sexuais e evidenciar a exclusão e a marginalização de determinados grupos sociais, frutos das ações violentas do patriarcado nas atividades econômicas e políticas. Assim, os pesquisadores identificados com a noção de diversidade sexual passaram a compreender o gênero como um processo de construção/desconstrução em contextos espaciais e temporais diferenciados e marcados por relações de poder. (ROSSI, CHIMIN JUNIOR, 2009) Este caminho que seguiremos, pois as motivações do movimento LGBT estão diretamente ligadas com o debate da diversidade sexual.

Há uma gama de estudos na área da Geografia das sexualidades, entretanto ainda é notável uma hegemonia gay. Vale salientar aqui também que há uma hegemonia urbana nos estudos publicados. Tentaremos então aqui contribuir com uma análise voltada para as espacialidades das pessoas LGBT Sem Terra que se organizam nos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil. Uma perspectiva inédita para a ciência geográfica.

2.2.2. Espacialidades LGBT Sem terra

Estudos que se debruçam em entender a sexualidades no rural brasileiro existem poucos. Especialmente antropológicos. Na Geografia realmente, no que consta no repositório de dissertações e teses, é o primeiro trabalho que se debruça nas dinâmicas espaciais do movimento LGBT no rural brasileiro.

Segundo Parker (2002) há um modelo tradicional de paisagem sexual que domina o rural brasileiro. Ele ainda insiste que a cultura tradicional rural brasileira é a grande causadora da homofobia no Brasil. A modernização do território brasileiro, a rápida urbanização e a globalização das relações humanas são os motivos pela abertura para a reprodução das pautas do movimento LGBT.

Parker (2002) afirma que há influências culturais do mundo rural no Brasil, mesmo com a população predominantemente urbana. O rural é visto como o motivo da herança cultural tradicional brasileira. O território brasileiro está imerso a um sistema cultural com normas tradicionalmente hegemônicas. Elas são muito visíveis pelas leis e políticas do Estado brasileiro, mas, sobretudo nos discursos da cultura popular (PARKER, 2002). A luta pela terra em destaque na nossa pesquisa compõe o rural brasileiro com uma forma contra hegemônica da estrutura moderna do capitalismo agrário.

É preciso pensar a heteronormatividade e considerando que inclui o gênero como uma construção discursiva. O espaço compõe a realidade heteronormativa podendo também, por outro lado, subvertê-la. Afinal, é por meio das ações espaciais concretas desempenhadas pelos seres humanos que se dão as contínuas transformações socioespaciais.

Na vida cotidiana concreta, as performances de gênero são exercidas muitas vezes por corpos dissonantes do modelo hegemônico preconizado. O argumento desta perspectiva é que o gênero, construído permanentemente, é também produzido pela sua desconstrução, pois, enquanto representação, o gênero se faz nas relações humanas, e o espaço é fundamental nesse processo de construção/desconstrução (SILVA, 2009b, p. 99).

Se o espaço está impregnado pela heteronormatividade, logo é hostil para quem não se adequa a linearidade sexo, gênero e desejo. O caminho é a naturalização das noções de feminilidade e masculinidades na contemporaneidade. É nesta naturalização que se encontra as

motivações atuais do debate da diversidade sexual que é reinventado e reproduzido nos discursos da identidade produzida pelo movimento LGBT no Brasil.

As LGBT Sem Terra¹² estão inseridas na dinâmicas espaço-temporal. Elas se inserem como auto-organização coletiva, dentro dos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina, que produzem um espaço específico, uma identidade específica, da luta pela terra, como tratamos no capítulo anterior. É um campo conectado, globalizado, socialista.

Quando falamos de espaço, é possível pensar em várias nuances. Realmente, para esta pesquisa, na perspectiva da geografia das sexualidades, é preciso considerar a multidimensionalidade do espaço (SILVA, 2009a). Neste sentido é preciso considerar que além de inseridas no espaço da luta pela terra, as LGBT Sem Terra estão em negociação com alguns outros espaços: o espaço rural brasileiro, o espaço cotidiano, os espaços públicos e privados que habitam e reproduzem sua vida. Poderia considerar todos estes e mais ainda outros, entretanto sendo fiel aos objetivos da pesquisa, nos limitamos a compreender as negociações do espaço político dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil na qual os alvos desta pesquisa são militantes ativas. Levamos o debate então para a dimensão espacial política, não entrando em questão as relações cotidianas, que demandariam pesquisas muito mais cuidadosas e aprofundadas.

O espaço político da luta pela terra parece ser progressista. Entretanto, os movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina, até pelo contexto em que inserem a pauta LGBT em sua agenda políticas e a forma que tem o feito, e das pautas levantadas pela auto-organização LGBT Sem Terra ainda carregam as heranças homofóbicas tanto do campo brasileiro os discursos heteronormativos da reforma agrária deixam violentos a espacialização das pessoas LGBT Sem Terra.

Como consta no “Caderno de Formação 5: Diversidade Sexual no MST – elementos para o debate”, produzido pelo MST (2017) o projeto de reforma agrária que o movimento defende inclui o combate ao patriarcado identificando este como um produto do capitalismo. Neste sentido, o homem enquanto provedor traz a noção de proprietário da mulher, numa perspectiva e dominante no espaço. O caderno evidencia que o patriarcado ainda está presente e impera no cotidiano do movimento, e é muito violento com as pessoas LGBT (MST, 2017).

¹²Ver Mariano e Paz (2018).

Os estudos produzidos no Brasil sobre a geografia das sexualidades consideram a relação espaço-tempo, e espacialidades que podem ser conflituosas, defendendo através da abordagem socioespacial alguns conceitos interessantes para pensar as espacialidades LGBT Sem Terra. Os conceitos que identificamos latentes e inclui para este estudo foram os conceitos de espaço do armário, espaço paradoxal e interseccionalidade.

2.2.2.1. O espaço do armário

O armário é popularmente conhecido por ser o lugar onde fica trancada sua liberdade sexual. Sair do armário neste sentido representa assumir sua identidade sexual e encarar as adversidades de não se enquadrar no padrão heteronormativo. A compreensão do armário enquanto espaço na perspectiva geográfica é trazida por Brown (2000). O autor traz uma proposta metodológica de analisar as experiências espaciais de corporalidades queer através da noção do que é o armário. Bruno Bimbi (2017) vai se preocupar em conceituar o que é o armário e o que ele representa para as pessoas LGBT na perspectivada comunicação social. Neste sentido, me propus a fazer uma combinação destas duas perspectivas para entender como este conceito se faz possível para a análise espacial da militância LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo.

Bimbi (2017) afirma não há uma primeira vez para entrar no armário, pois já nascemos nele. O autor também defende a abordagem de que são vários armários, o primeiro a ser pontuado por ele é o interior. Outros dois armários pontuados por ele é o da família e da muralha entre o público e o privado. Sobre como agem as pessoas dentro do armário Bimbi (2017) dispara: “Não fazer nenhum comentário, não dizer nada, não responder a qualquer pergunta, não demonstrar nada que, direta ou indiretamente, por ação ou omissão, revele sua orientação sexual [...] para muitas pessoas gays e lésbicas é um esforço de todos os dias” (BIMBI, 2017, p. 27).

O espaço do armário vai ser construído em torno de nós mesmos discursivamente desde antes do nascimento como afirma Brown (2000), confluindo com a ideia de que não escolhemos e nem entramos no armário, ele se constrói a nossa volta. O autor também afirma que o espaço do armário é multidimensional e age distintamente em várias escalas, dialogando com Bimbi

(2017) sobre a teoria de que há vários armários em torno de nós com a ressalva de que o espaço do armário é uno, mas flexível.

A própria existência do armário derruba a teoria de que é uma escolha. Se fosse por escolha, não havia porque se esconder (BIMBI, 2017). O armário por vezes é utilizado como escudo para se passar como inserido aos espaços que as masculinidades afetadas são hegemônicas e estão presentes em quase todos os lugares. Bimbi (2017) considera uma boate gay como um espaço onde é possível sair temporariamente do armário. Isso se dá pela fragilidade da imposição das masculinidades afetadas. A resignificação dos espaços na globalização contribuiu para reprodução da vida LGBT, haja vista que aumentou os espaços de sociabilidade.

Tentar entender a constituição da identidade LGBT Sem Terra é passar pelo espaço do armário. A hostilidade no espaço rural brasileiro em relação às sexualidades dissidentes já foi pontuada em outro momento, sabemos da sua intensidade. Na estrutura política dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil é notável uma preocupação maior com as pautas identitárias, talvez por isso a abertura às pautas da diversidade sexual e de gênero.

Se há reivindicações para aceitação e se há motivos para se esconder, há negociações de poder e, sobretudo onde se esconder. O esconderijo para Brown (2000) e para Bimbi (2017) é o armário, espaço em que as LGBT Sem Terra se propõe a combater. Este combate é regulado por relações conflituosas. Estas relações se materializam no espaço e torna mais complexa a compreensão das espacialidades LGBT Sem Terra. Uma noção pertinente é considerar que as espacialidades elas se organizam em posição relacional. Os espaços, do ponto de vista relacional, formam uma grade densa e complexa que impede ou dificulta que os grupos dissonantes da sexualidade hegemônica produzam seus próprios discursos espaciais, os quais são permitidos apenas em algumas circunstâncias específicas (SILVA, 2013, p.158).

Há espaços nos quais discursivamente os grupos dissonantes da sexualidade hegemônica são proibidos de entrar. Esta realidade espacial é considerada através da noção de espaço interdito. O espaço interdito é concebido como o efeito da ordem discursiva espacial em que práticas regulatórias são desempenhadas por aqueles que se julgam dentro da ordem e possuem o poder de exercê-la, bem como o de estabelecer as formas com que determinados sujeitos devem ser excluídos (SILVA, 2013).

As LGBT Sem Terra, entretanto, trazendo para a escala do espaço político, afirmam que se espacializam através de ações que são muito importantes para o processo de emancipação do movimento. Não limitar-se ao armário, levantar a bandeira colorida na luta pela terra no Brasil, e participar ativamente de espaços políticos é produzir resistências no espaço. Assumir uma identidade de gênero e uma orientação sexual diferentes daquelas impostas pela sociedade capitalista é um ato político, na medida em que confronta a ordem social estabelecida.

Para a compreensão das dinâmicas espaciais na inclusão da pauta LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil, é mais coeso focar nos conceitos de espaço paradoxal e de interseccionalidade.

2.2.2.2.Espaço Paradoxal

Como já foi explicitado algumas vezes, as relações de gênero e sexualidade são conflituosas, e estas não se desvinculam da produção do espaço. O acesso ao espaço é estabelecido geralmente através de códigos ligados ao gênero e a sexualidade e delimitado pelas hetero-cis normas como frutos do patriarcado tradicionalmente hegemônico materializadas discursivamente. Entretanto, negar a existência de determinados grupos é perigoso no sentido em que se produz uma resistência.

Espacialmente, as experiências corporificadas queer se opõem a esta estrutura e estabelece relações de poder entre os atores hegemônicos, e contra-hegemônicos da estrutura que impera o patriarcado. Neste sentido as negociações que geram esta relação são bastante diversas e materializada de várias formas. Para a pesquisa é importante ponderar sobre a organização do movimento LGBT, que é em sentido amplo, a materialização da luta pelos direitos humanos LGBT e pela diversidade sexual.

Como já pontuado, o Brasil lidera o ranking de assassinato de pessoas LGBT no mundo. Neste mesmo sentido há uma noção de que o rural brasileiro tradicionalmente tem uma cultura bastante machista e LGBTfóbica. Por muitos autores foi levantada a ideia de que a reprodução da vida homossexual era somente possível nos grandes centros urbanos, ideia esta que não está tão equivocada.

O espaço paradoxal é delimitado por relações de poder que evidenciam a pluralidade de identidades e as recorrentes negociações e conflitos por espaço. Dentro de uma identidade podem existir sujeitos diversos que resistem às regras impostas hegemonicamente no espaço. Quem está no poder discursivamente, não está todo o tempo, pois a espacialização é um processo em movimento. Este movimento gera fissuras do centro a margem, estão sempre em negociação, pois não há relação de poder unilateral e estão sempre em tensionamento, às vezes na margem, às vezes no centro. Isso vai depender de que fator está sendo pontuado. O palco deste movimento é o espaço, que neste contexto, é paradoxal (ROSE, 1993).

No Brasil este conceito foi trabalhado por Rossi e Chimin Junior (2009) ao tratar dos adolescentes em conflito com a lei, trabalhando com a pluralidade das masculinidades e como há negociações espaciais de homens jovens negros e pobres que resistem a espaços hegemonicamente masculinos, porém embranquecidos, e elitizados, através da criminalidade (ROSSI; CHIMIN JUNIOR, 2009). Foi trabalhado também por Ornat (2008) ao tratar das espacialidades travesti na prostituição. O autor avalia que as travestis na prostituição têm que em um momento vivenciar a exclusão e marginalização, e em outro dominar através da relação com homens, geralmente heterossexuais e casados, que pagam para ter relações sexuais e às vezes afetivas com elas.

As identidades vivenciam o espaço contraditoriamente ao que corpos com sexualidades dissidentes evidenciam com sua existência. Para reprodução de sua vida é necessária a resistência. As relações sociais contraditórias, que demandam negociações de poder materializadas no espaço, são paradoxais. Como afirmam Rossi e Chimin Jr (2009)

o espaço comporta diferenciações internas e que nele haverá sempre a presença dos outros em relação aos grupos que mantêm centralidade na configuração das relações de poder. Esses outros, ainda que oprimidos, podem elaborar táticas desconstrucionistas da ordem instituída e, assim, desestabiliza-la ou subvertê-la. Neste sentido, as noções de centro e margem são fundamentais para a compreensão da posicionalidade diferencial dos sujeitos em relação às espacialidades. Isto é, da relação entre os sujeitos emergem possibilidades de rearticulação, estratégias de resistência e de reposicionalidade por meio do espaço (ROSSI; CHIMIN JR, 2009, p. 219).

A construção dos espaços de auto-organização nos mostram a latência da compreensão da inserção do debate LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil. A auto-organização e a criação do grupo de estudos LGBT Sem Terra são formas de

atuar nos espaços políticos do movimento, negociando estes espaços com outras frentes que em parte impregnados pelos discursos espacializados da heteronormatividade, deslegitimam, reduzem e/ou impedem a espacialização LGBT Sem Terra. O próprio processo de estruturação destes espaços é produto de relações paradoxais, quais foram necessários entrar nos espaços de representação sem levantar a bandeira do movimento LGBT, para conseguir levanta-la.

A resistência é necessária para configuração das relações espaciais paradoxais. Como afirma Silva (2013)

há uma universalidade em termos de conquista espacial que se caracteriza como uma estratégia subjetiva de tornar invisíveis os outros oprimidos e capturados dentro do território. Entretanto, a invisibilidade dos 'outros' não implica a sua inexistência. Pelo contrário, só se justifica o uso da força no processo de luta e, portanto, o oprimido age através de seus atos de resistência (SILVA, 2013, p. 122).

A resistência das pessoas LGBT no MST é explicitada em diversos âmbitos como veremos no próximo capítulo. Há muitas pessoas LGBT que vivem no campo brasileiro, e também na luta pela terra, mas diversos fatores socioespaciais fazem estas se desmobilizem. Para a pesquisa o enfoque é dado para as pessoas que partiram para o enfrentamento e construíram a identidade LGBT Sem Terra, condicionada também por apoio de forças externas.

A ação de atores externos na produção do espaço também condiciona as relações de poder e de negociação de espaços. Todas estas movimentações só se dão com a justificativa da exclusão histórica das pessoas LGBT do campo brasileiro. Relações expressas por forças hegemônicas vinculadas ao patriarcado e ao capitalismo. A complexidade da identidade LGBT Sem Terra, se dá pelas possibilidades dos eixos de opressão que ela está exposta espacialmente.

O espaço paradoxal é complexo, envolve variadas articulações e dimensões e se constitui em uma interessante construção metodológica na geografia. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas, também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre 'nós' e os 'outros' devido à sua plurilocalidade no território. Qualquer posição é imaginada não apenas por ser localizada por múltiplos espaços sociais, mas também por ambos os pólos de cada dimensão (SILVA, 2013, p.123-124).

Ou seja, a multiplicidade de espaços sociais marcados historicamente por discursos vai possibilitar diversas experiências espaciais. Estas experiências são de dominação e subversão, especialmente quando delimitadas discursivamente e reguladas por relações de poder. Sobre a

dimensão social que se encontra a identidade LGBT Sem Terra, é que se mostra latente a compreensão da interseccionalidade LGBT Sem Terra.

2.2.2.3.A interseccionalidade LGBT Sem Terra

Presenciamos cotidianamente várias formas de opressão de formas mais variadas possíveis, discriminações por raça, gênero, orientação sexual, por religião, condições físicas, psíquicas, classe, nacionalidade região geográfica, pela posição geográfica. Porém, estas experiências não são necessariamente autônomas, ou agem sozinhas. Existem formas de opressão que se cruzam, se sobrepõem, se interseccionam.

A análise interseccional tem então sua relevância ao contribuir com a produção de uma noção mais coerente e mais complexa das relações sociais no que diz respeito à estrutura da sociedade que é de dominação por determinados grupos e de subalternidade para outros a partir da sua identidade socioespacialmente construída. Por identificar que existem vários grupos, tanto dominantes quanto subalternos é que conseguimos começar a mensurar a complexidade das relações sociais e a importância da noção de interseccionalidade.

O conceito de interseccionalidade é inserido no contexto das ciências sociais por Crenshaw (1991) ao defender a ideia de que as mulheres negras teriam uma experiência social diferente do que as mulheres brancas (que neste contexto vivenciaram uma efervescente produção de debates feministas), ao apontar o patriarcado além de opressor no tocante das relações de gênero, também se expressavam nas relações de raça e classe. Além de Kimberle Crenshaw, Angela Davis também deu bastante atenção à construção do debate que permeia o conceito, sobretudo no que tange às relações de classe, que surge então a partir do debate das feministas negras fundamentadas pelas ideias marxistas.

Entretanto o conceito de interseccionalidade não se limita ao caso das mulheres negras. Essa sobreposição nas experiências de opressão pode ser identificada através das construções sociais de gênero, sexualidade, religião, raça/etnicidade, das condições físicas e psíquicas de determinados sujeitos, etc.. A partir daí o conceito ganha credibilidade e amplitude no campo das

ciências humanas, trazendo concepções mais encorpadas e artifícios mais coesos para entendimento da sociedade, dos sujeitos e do espaço.

Valentine (2007) e Brown (2012) introduzem o tema na ciência geográfica argumentando que é necessário dar atenção às experiências interseccionais dos sujeitos que se inserem espacialmente. Rodó-de-Zárate (2014) também contribui para a discussão da interseccionalidade na Geografia sugerindo aos estudos interseccionais uma metodologia chamada Mapas de Relevô. No Brasil, destacam-se os estudos pioneiros de Silva e Silva (2014a) ao aparelhar esta discussão a Geografia brasileira.

Sobre o desenvolvimento da discussão que abarca o conceito interseccionalidade é muito interessante destacar que tanto Crenshaw (2004) quanto Silva e Silva (2014a; 2014b), todas autoras mulheres, pioneiras no debate em seus ditos contextos, se sentiram desafiadas a tratar desta noção por demandas materializadas por meio de suas vivências e da militância das autoras.

Neste sentido, vamos tentar compreender como a noção de interseccionalidade vinculada a Geografia das sexualidades contribui para o entendimento das espacialidades produzidas pelas LGBT dos movimentos socioterritoriais do campo ligados a via campesina no Brasil. A lógica desta relação se funda na experiência de processos contínuos de subalternidade no contexto da luta de classes onde são colocados como sujeitos sem terra, e no contexto da sociedade patriarcal que também, como já apontado por diversos estudos, se insere contraditoriamente tais movimentos.

Para entender o significado e amplitude do conceito de interseccionalidade buscamos primeiramente a sua conceituação básica. No dicionário de língua portuguesa a palavra intersecção significa corte; cruzamento. (GOMES, 1999, p. 214) O sufixo “dade” é descrito por Cunha (1999) como morfológicamente advinda do sufixo acusativo do latim “itatis”. Este por sua vez é formador de substantivos abstratos, que possibilita as noções de corte e cruzamento serem compreendidas de forma mais amplas, complexas e abstratas.

O conceito de interseccionalidade da forma que é discutida atualmente pelas ciências humanas fora fundada por Crenshaw (1991) ao buscar entender as diferentes experiências sociais de gênero e raça, apontando como distintas as relações das mulheres com o patriarcado e o machismo a partir do recorte racial. Em um de suas exposições, a professora conta como se sentiu desafiada a tratar de questões em torno das opressões de raça e gênero. Crenshaw (2004),

mulher negra, expõe que tudo começou em uma visita a Harvard na qual fora acompanhada de um amigo ao encontro de outro amigo também negro que fora o primeiro a participar de uma agremiação na dada universidade. Ao chegar, pensaram na possibilidade de sofrerem discriminação racial deixando explícito que caso ocorresse algo do tipo, dariam meia volta. O amigo anfitrião então direciona aos amigos dizendo que eles não poderiam entrar pela porta da frente. Neste sentido o amigo que estava em sua companhia retrucou que não entraria, sendo esclarecido pelo anfitrião que o problema não era serem negros, mas sim por Kimberle ser mulher (CRENSHAW 2004). Neste sentido ela conta:

Aí veio a surpresa, meu colega disse: ‘Ah, então não tem problema: vamos entrar pela porta dos fundos’. E enquanto dávamos a volta no edifício para entrar pela porta dos fundos, fiquei pensando que, embora tivéssemos assumido uma postura de solidariedade contra qualquer discriminação racial, essa solidariedade simplesmente havia desaparecido quando ficou claro que a discriminação não era racial, mas de gênero (CRENSHAW, 2004, p. 08).

A partir da situação de violência sofrida pela autora que ela se desafiou a dedicar-se a tais fenômenos. Trouxe essa situação, pois nos chama muita atenção o contexto com que a noção de interseccionalidade toma forma. Como a autora no mesmo texto afirma por muito tempo os direitos humanos se limitaram a discutir as relações de gênero e as formas de discriminação racial em estreita amplitude e como problemáticas distintas (CRENSHAW, 2004). Entretanto ela coloca que “isso significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero.” (CRENSHAW, 2004, p.09) Ou seja, não há como uma mulher negra, distinguir as suas experiências de mulher e de negra, as duas condições sociais unidas é que constroem a sua identidade que te insere em um contexto de experiências sociais interseccionais.

Sobre a sistematização do conceito de interseccionalidade Crenshaw (2002) afirma que

é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002 p. 177)

Importante registrar que o conceito de interseccionalidade vai ganhar corpo com os estudos baseados nas experiências sociais das mulheres negras, sobretudo pela reivindicação das intelectuais negras por visibilidade. Neste universo outras duas autoras são relevantes, são elas

Angela Davis e Patricia Hills Collins. Estas autoras tiveram suas carreiras marcadas por pautarem a experiências de cruzamento entre raça e gênero em perspectivas diferentes, mas com papéis expressivamente próximos. Uma aproximação entre as duas autoras que vale destaque é o apontamento de que o surgimento da discussão interseccional é muito mais antigo que sua sistematização. A construção dessa ideia se refere, sobretudo, ao posicionamento de Sojourner Truth uma mulher escravizada que no século XIX fez nos EUA um discurso que ficou conhecido com “*Ain’t I a woman?*”. Na ocasião ela evidenciou as formas de opressão que sofre a mulher negra, em um contexto que as mulheres brancas já levantavam algumas demandas que em parte estavam sendo atendidas, como o caso do direito ao voto por exemplo e as mulheres negras continuavam sendo subjugadas.

Davis (2013) no seu livro *Gênero, Raça e Classe* traz o discurso de Sojourner Truth que em uma parte dispara: “Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravatura, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher?” (DAVIS, 2013, p. 50). A autora trata em seu livro de toda a trajetória das mulheres negras, desde o que ela chama de o legado da escravatura traçando um parâmetro do que vivenciavam as mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos, até a o papel das mulheres no mercado de trabalho no pós-revolução industrial em escala mundial, dando por um momento destaque a relação entre apartheid sul africano com a opressão sofrida pelas mulheres negras desempregadas que eram privadas de ocuparem espaços públicos (DAVIS, 2013).

Como afirma Ribeiro (2016) Angela Davis ainda não tinha como objetivo em seu trabalho sistematizar o conceito de interseccionalidade. No entanto sua obra foi substancial para que o conceito ganhasse forma nos trabalhos de Crenshaw, sobretudo em sua tese de doutorado de 1989 (Ribeiro, 2016, p. 101). Por fim Davis (2013) traz um aporte para as teorias feministas classistas de influência marxista ao atestar que “o único passo significativo de libertação da escravatura do serviço doméstico foi de facto em países socialistas. As mulheres trabalhadoras, por isso têm um especial e vital interesse na luta pelo socialismo.” (DAVIS, 2013, p.171)

Collins (2013) reforça a distinção entre as mulheres brancas e as mulheres negras mediante a defesa da noção do mulherismo (tradução para o português do termo *womanist* cunhado por Walker (1983), confrontando até, de forma sutil a noção de feminismo negro integracionista, muito defendido pelas feministas marxistas. Para a autora, o termo feminismo já

está relacionado a brancura e, mesmo que o termo “feminismo negro” altera relativamente à estrutura do movimento, o diálogo das feministas negras com o feminismo branco obstrui certas demandas específicas das mulheres negras. O mulherismo para a autora se aproxima de uma identidade nacionalista negra, concentrando a força das mulheres estritamente nas suas demandas. A abordagem nacionalista negra também apoia uma superioridade moral negra sobre os brancos por conta do sofrimento negro” (COLLINS, 2017).

Por tratar da problemática estrutural na opressão sofrida pelas mulheres negras sugerindo fugas para esta, ela trata bastante das formas de organização para articulação de demandas próprias. Neste sentido é que ela contribui diretamente para a operacionalização do conceito de interseccionalidade, entendendo que é preciso reconhecer as próprias identidades ativas dentro da comunidade negra e até nos enquadramentos de gênero e classe dentro da mesma comunidade. Ao tratar das intelectuais negras Collins (2013) coloca que estas exploraram por muito tempo esse espaço privado e oculto da consciência da mulher Negra, das ideias interiores que permitem às mulheres negras aguentar e, em muitos casos, transcender o confinamento das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade que se interseccionam. Esta passagem explícita por meio dessa consciência particular na identidade das mulheres negras, que as fizessem deixar passar tantas outras intersecções que as distinguem. É neste ponto que noto uma firme defesa da importância de se pautar a interseccionalidade nas particulares experiências sociais.

Outra contribuição interessante de Collins (2013) para a operacionalização do conceito de interseccionalidade foi, para além de elencar, problematizar outras formas de opressão a serem cruzadas além da intersecção raça-classe-gênero. Para a autora, o movimento negro foi muito importante para que se pudessem viabilizar debates interseccionais, pois

muitas das mesmas instituições da sociedade civil Negra também perpetuaram ideologias racistas, sexistas, elitistas e homofóbicas. Esse mesmo período de dessegregação total da sociedade dos Estados Unidos estimulou uma dessegregação paralela no interior da sociedade civil Negra, na qual mulheres, pessoas da classe trabalhadora, lésbicas, gays, bissexuais e indivíduos transgêneros e outras subpopulações anteriormente subjugadas começaram a falar abertamente.” (COLLINS, 2013, p. 07)

É neste ponto que marca o pioneirismo do movimento negro. Para além de dar voz às experiências interseccionais de gênero e classe, deram também às de sexualidade, pouco pautadas na literatura sobre o conceito. Essa dessegregação paralela da sociedade, que colocado

no contexto do território brasileiro, vai ser importante para compreender a abertura das discussões interseccionais nos movimentos de luta pela terra.

Uma última contribuição de Collins que merece destaque neste texto é a noção de Espaços Seguros. Historicamente, os espaços seguros eram “seguros” porque representavam lugares nos quais as mulheres Negras podiam analisar assuntos que nos preocupavam livremente. Estes espaços para a autora são construídos com a ampliação da visibilidade dos discursos empregados pelas mulheres negras tendo maior aceitação, como é o caso das mulheres negras no Blues. Para além a preocupação dada ao termo é que não seja entendido como um movimento separatista (COLLINS, 2013).

No Brasil, o conceito de interseccionalidade na geografia vai ganhar espaço no livro organizado por Joseli Maria Silva e Maria das Graças Nascimento Silva, “Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na análise espacial”. Na dada obra, vários textos vão tratar da temática em diversas perspectivas através de pesquisas bastante interessante, ampliando o campo de discussão que até então se limitava as experiências das feministas negras e lésbicas.

A Geografia que trata das interseccionalidades é uma perspectiva de influência pós moderna. As geografias feministas e das sexualidades em específico, que vão alavancar o conceito de interseccionalidade na ciência geográfica tem influências de teóricos pós-estruturalistas como bell hooks. Silva e Silva (2014a) apontam os atores que envolveram o conceito de interseccionalidade na Geografia. Segundo as autoras a geógrafa Gill Valentine teve papel central neste processo aproximando o conceito da análise espacial por afirmar que a Antropologia e a Sociologia não a faziam coerentemente (SILVA e SILVA, 2014a).

Brown (2012), faz um apanhado de todas as contribuições relacionadas à inserção do conceito de interseccionalidade na ciência geográfica fazendo proposições bastante latentes. Ele propõe uma análise mais complexa no que diz respeito à relação do conceito de interseccionalidade com as espacialidades atreladas às diversas relações sociais. Para o autor, as experiências das mulheres negras foram importantes para o desenvolvimento do conceito, mas não pode se limitar a estas. Neste sentido propõe que o uso do conceito precisa ser ampliado explorando todas as intersecções possíveis. É aí que as representações de identidades dos sujeitos LGBT passam a ser considerada no conceito interseccionalidade, pela via da análise espacial.

Brown (2012) que se faz bastante importante para a relevância da geografia das sexualidades no contexto da interseccionalidade LGBT Sem Terra é a de o conceito de interseccionalidade, na perspectiva geográfica, ao debaterem as questões de raça e sexualidade abarcam as construções identitárias produzidas através das concepções de nação, imperialismo e globalização. Por considerar tais questões que se amplia as possibilidades de sobreposição de identidades bem como a produção mais diversa desta, produzindo assim diversidade de identidades tanto de dominação, quanto de subalternidade.

Silva e Silva (2014b) se preocupam em defender a categoria espaço como dinâmico e multidimensional. Saliento que, como explicitam as autoras este debate foi fomentado pela demandas levantadas na plenária final do I Seminário Latino-americano de Geografia e Gênero (SILVA; SILVA, 2014b). Na plenária final do evento, segundo as autoras, duas grandes críticas foram feitas:

A primeira era de que as sexualidades deveriam aparecer no título do evento, já que o gênero não determina o desejo e as suas formas de expressão corporal. A segunda crítica foi o pequeno protagonismo da raça enquanto componente das relações de gênero, notadamente na sociedade brasileira, profundamente marcada pela diversidade e desigualdade racial (SILVA e SILVA, 2014b, p, 15).

Identificamos que estas críticas foram um alerta para o desenvolvimento das geografias feministas e das sexualidades na ciência brasileira. É uma percepção de que os estudos não estavam alcançando a complexidade das relações espaciais que é compromisso de quem se propõe a compreender estes processos. “A geografia que envolve interseccionalidades, gênero e sexualidades nos desafia ao diálogo, à reflexão e à troca de saberes e conhecimentos sobre as configurações espaciais e as complexidades do viver em tempos atuais” (SILVA e SILVA, 2014b, p. 15).

Os cientistas interessados em construir a geografia de que trata as autoras esta se comprometendo com processos extremamente latentes e atuais e que necessitam de rigorosidade metodológica e dinamicidade teórica, exemplo disso é Rodo-de-Zarate (2014) que propõe a metodologia dos Mapas de Relevô. Um desafio que abarca riscos, barreiras e contradições necessárias à produção de conhecimento. São muitas as indagações que precisam ser feitas para costurar a literatura existente sobre a geografia das sexualidades para compreender a interseccionalidade das LGBT Sem Terra.

A geografia das sexualidades produzidas na América Latina traz artifícios em suas construções teóricas bastante interessantes para corroborar com o uso da interseccionalidade na análise espacial. Entretanto, os estudos ainda que sejam muito importantes focam recorrentemente as questões do gênero, problematizando em sua grande parte o papel das mulheres e sua relação com o patriarcado interseccionando com as opressões de classe e raça.

Feliciantonio (2014) em um dos textos do livro dispostos a discutir a interseccionalidade queer através da migração, afirma que existe uma relação do “armário” trabalhado na geografia por Brown (2000), sobretudo no que diz respeito a sair deste, com a migração campo-cidade, e que essa perspectiva binária já está superada (FELICIANTONIO, 2014).

A migração tratada por Feliciantonio (2014) nos ajuda a fundamentar as resiliências das pessoas LGBT Sem Terra. A análise proposta pelo autor inclui uma multiplicidade de fatores (por exemplo, de imagens, desejos, afetos, a busca de identidade) que para ele é reconhecida por deslocar migrantes queer. Para o debate que me cerca, considerar estes fatores será necessário para compreender o processo inverso que foca o autor.

Uma noção importante para entender a interseccionalidade LGBT Sem Terra é a proposição de McDowell (1999) que avalia a relação do lugar com a produção de espaços da diferença.

As distâncias sociais nem sempre precisam de um afastamento geográfico, e os ocupantes dos mesmos espaços "cartesianos" podem viver em lugares diferentes. Além do que tem sido chamado de lugares relacionais - formado pelas relações sociais entre grupos e indivíduos - a escala espacial é acessada e desce, como um conjunto de ações sociais que conectam, de maneira diferenciada para os diferentes habitantes, o local com o regional ou nacional com o global (MCDOWELL, 1999, p. 17).

Ou seja, as pessoas LGBT Sem Terra por certo tempo, se afastaram da construção identitária que os cerca pela estrutura que se insere as relações sociais no espaço rural. As relações no campo são fundadas na estrutura familiar cristã e com masculinidades hegemônicas presentes que atuam discursivamente por meio do patriarcado. Neste sentido, notamos a produção de lugares diferentes que são retratados pelo antropólogo através da conceituação de ética dos afetos mal-ditos, abarcando todas aquelas relações sexuais camponesas que não têm como destino à reprodução utilitária em moldes camponeses ideais, oficiais, naturalizados (ROGERS, 2006). A tal resiliência identificável na existência dos LGBT Sem Terra.

A consideração de McDowell (1999) ainda se mostra necessária para entendermos como ocorre o processo de construção da interseccionalidade LGBT Sem Terra. Notamos uma aproximação da noção de lugares relacionais com o conceito de espaços seguros produzido por Collins (2013) que para a autora são espaços, não necessariamente materiais, produzidos pelas mulheres negras tenazes para o empoderamento destas e que possibilitem ampliar suas conquistas. Estes espaços ao unirem pessoas, demandas, anseios através de suas intersecções constituem lugares que por sua vez estão em constante disputa, com os grupos hegemônicos, se tornando relacionais em toda sua complexidade.

Pensando a noção de lugares relacionais podemos chegar a um ponto chave para entender as experiências das pessoas LGBT Sem Terra como interseccionais. Primeiramente, consultamos novamente Brown (2013), por definir as interseccionalidades que podem ser trabalhadas pela geografia das sexualidades. Para o autor, como já explicitado, é preciso considerar as experiências de opressão pelas sexualidades subalternizadas (que consideramos neste texto abarcadas nas demandas afirmadas pela população LGBT), pelas relações de classe e, as opressões relacionadas a ideia de nação, imperialismo, etc. (muito comuns pelas identidades nacionais racializadas, pela relação de subalternidade entre o campo e a cidade).

Segundo Alves (2012) combinando a consideração de que há multidimensionalidades no espaço com a relação campo-cidade, torna mais complexa análise geográfica no século XXI. A perspectiva de que existe um *continuum* entre estas estruturas é defendida, pensando que há então dentro destas ruralidades e urbanidades que ideologicamente subverte o primeiro. Neste sentido, os trabalhadores rurais sem terra, por se afirmarem sujeitos do campo se impregnam socialmente do estigma dessa relação de subversão entre campo e cidade.

Esta relação parece estar muito próxima com a noção de classe, porém acreditamos que estas se interdependem, pois defendo que há questão da classe envolvida na população camponesa. Segundo Medeiros (1997) o MST que fez parte dos movimentos camponeses pela redemocratização nos anos 1970 e 1980, eram movimentos ligados à reforma agrária, com enfoque na distribuição popular da terra. “Para o MST, os interessados num processo de reforma agrária são todas as categorias de trabalhadores rurais, desde camponeses com pouca terra, camponeses sem terra, assalariados rurais e subempregados urbanos.” (MEDEIROS, 1997, p. 17)

Compreender se é possível utilizar tais conceitos na análise da inserção do debate LGBT na luta pela terra, só será respondido com uma análise dialética e empírica da resistência das pessoas LGBT que estão inseridas nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro, haja vista que alinhados a uma luta internacional, materializados a via campesina, se mostram já progressistas com limites mensuráveis pelos produtores dos discursos LGBT Sem Terra.

3. ESPACIALIDADES LGBT SEM TERRA NOS MOVIMENTOS

SÓCIOTERRITORIAIS DO CAMPO NO BRASIL

Os movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil, como já nos empenhamos em apontar, trataram de forma pioneira sobre os assuntos que permeiam as pautas do movimento LGBT dentro da luta pela terra. Com um enfoque inequivocamente centrado no MST, que inaugura este debate e o institucionaliza no Brasil, principalmente com a criação do grupo de estudos auto organizado LGBT Sem Terra, buscamos então adentrar a este debate de forma mais profunda na perspectiva geográfica.

Durante a pesquisa, a centralidade foi dada ao MST haja vista seu pioneirismo. Quando foi identificada a inserção deste debate na Via Campesina em 2017 enxergamos uma ampliação no horizonte do recorte e objeto do estudo. A partir daí, compreendendo a perspectiva internacionalista da luta pela terra no Brasil e fundamentados pela abordagem socioterritorial para compreensão deste fizemos um rastreamento dos movimentos ligados a Via Campesina no Brasil.

Detectamos que existem quatro movimentos que estão alinhados a perspectiva internacionalista da luta pela terra aliada a Via Campesina: o MST, o MPA, o MAB e o MMC. Estes movimentos também têm em suas premissas a divulgação frequente das suas ações e agendas nos meios de comunicação alternativos, haja vista a marginalização da luta pela terra nos meios de comunicação de massa. Nos últimos cinco anos os sites destes movimentos ganharam centralidade na divulgação e documentação de suas atividades.

A coleta foi feita a partir da disponibilização das reportagens hospedadas nos sites dos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil em questão, que inserem a pauta do movimento LGBT em suas agendas. Com isso, no I Encontro Latino americano de Movimentos socioespaciais e socioterritoriais, evento promovido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), em uma mesa de debate sobre movimentos feministas e LGBT na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) questionamos uma militante do MMC sobre a participação e a organização das mulheres lésbicas e trans no movimento. Fomos

surpreendidos com a resposta de que esta agenda não faz parte do movimento até então. Por este motivo seguimos com os três movimentos restantes para a análise do material coletado.

Em nosso projeto de pesquisa, no que confere a problemática, nos fizemos algumas perguntas que neste capítulo nos preocuparemos em responder: (1) Como os sujeitos do campo, inseridos na luta dos Movimentos Socioterritoriais ligados a Via Campesina, se posicionam em relação às pautas de sexualidade dentro da estrutura de tais movimentos? (2) Como se articula os movimentos coletivos LGBT a partir da estrutura organizativa dos movimentos e quais são suas principais reivindicações? (3) Como se expressam estas novas territorialidades? A nossa metodologia está comprometida com nosso posicionamento epistemológico. Neste sentido, a partir de tais premissas chegamos aos resultados desta pesquisa que segue este capítulo.

3.1. Reportagens enquanto narrativa da produção de espacialidades LGBT na luta pela terra

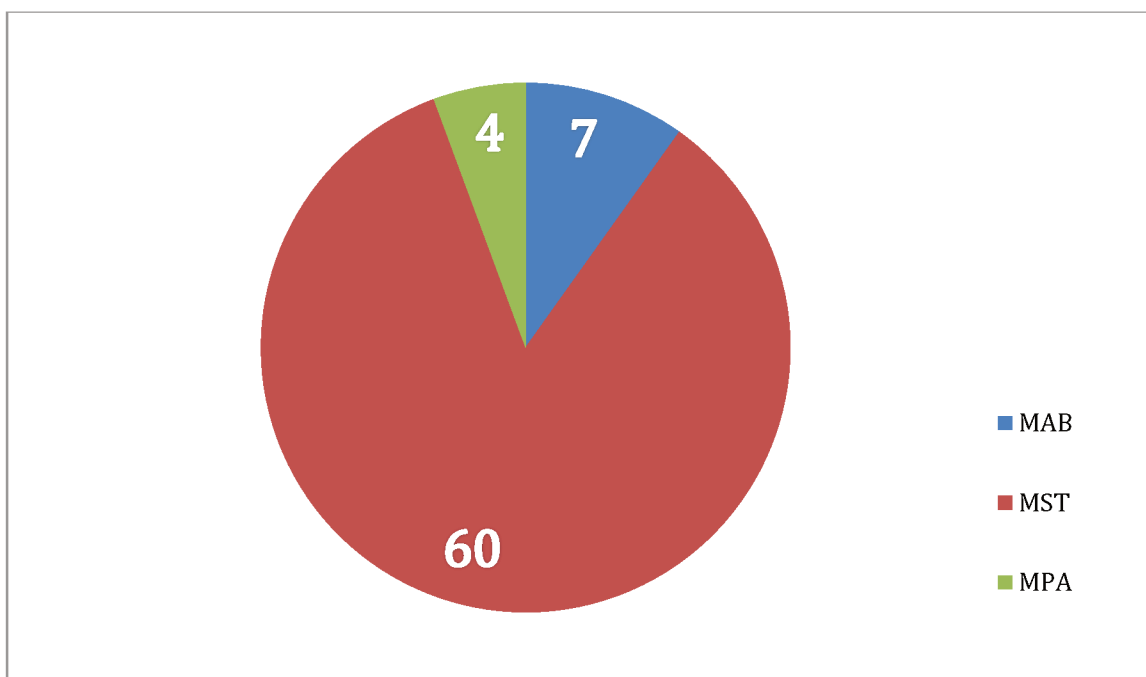
A internet e os meios de comunicação como espaços de visibilidade vêm se tornando cada vez mais comuns. Utilizar do ciberespaço como estratégia de espacialização e territorialização se tornou parte do cotidiano da estrutura política dos movimentos. A criação e estruturação cada vez mais complexa dos coletivos e setores de comunicação dos movimentos são provas disso. É só entrar no site que se buscada a temática ela se encontra presente em vários textos jornalísticos. Tais estratégias vêm remontando a concepção de identidade da luta pela terra que neste cenário insere as questões de gênero e sexualidades no contexto da organização para a luta que é inerente a produção de tal identidade.

Há uma potencia no material coletado pela sua estrutura geralmente padronizada e com conteúdo extremamente informativo. Desde 2015 os movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil alimentam os seus sites com uma frequência variada de movimento para movimento. Sobre as publicações relacionadas à diversidade sexual e o movimento LGBT, a frequência varia ainda mais, com destaque para o MST que atua com uma frequência considerável.

Para elucidar melhor sobre a promoção do debate da diversidade sexual e do movimento LGBT nos movimentos em questão, produzimos quadros com todas as reportagens coletadas munidas de data, do título e uma chamada, que no caso do MST é o subtítulo da reportagem, e no caso dos outros movimentos se dá através de uma introdução ao que se trata no corpo da reportagem.

Ao todo, de 2015 a 2019 foram coletadas 71 reportagens nos sites do MST, do MPA e do MAB. Como é possível identificar no gráfico a seguir, o MST se destaca na produção sobre a temática, haja vista sua estruturação mais complexa, composta por um coletivo auto organizado e um grupo de estudos que fora criado no I Seminário “o MST e a Diversidade Sexual” como já salientado no capítulo anterior. Enquanto o MST tem 60 reportagens publicadas, o MAB tem 7 e o MPA conta com apenas 4 reportagens publicadas.

Gráfico 4 – Brasil – Reportagens que envolvem o tema LGBT coletadas nos sites dos movimentos socioterritoriais ligados à via campestina por movimento – 2015-2019



Org.: FILETO, V. N., 2019.

Nos quadros a seguir é possível visualizar as chamadas das reportagens coletadas nos sites dos movimentos. É perceptível a predominância do MST. O quadro 5 acomoda as reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT no Site do MST. É possível enxergar que há uma regularidade na publicação de reportagens sobre a temática. Desde 2015, pelo menos seis reportagens foram publicadas anualmente. Vale lembrar que isso também se deve pela organização do Setor de Comunicação do movimento, que é relativamente bem estruturado.

Quadro 4 – Reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT no site do MST – 2015 - 2019

DATA	TÍTULO DA REPORTAGEM	SUBTÍTULO DA REPORTAGEM
19 Mar 2015	Na luta contra homofobia, Juventude Sem Terra pede o fim da violência	Para Beth Rocha, travesti e acampada, construir mecanismos que garantam uma sociedade igualitária perpassa o respeito às diversas identidades.
20 Mai 2015	Sem Terra vão às ruas na 1º Marcha baiana contra LGBTfobia	Os espaços de luta e debate realizados durante o Maio da Diversidade cumpriu o objetivo de alertar a sociedade baiana sobre os crimes de homofobia.
19 Jun 2015	Em parceria com a UENP, acampados participam do projeto “Sexualidade em Movimento”	Foram realizadas ações em educação em sexualidade, saúde, cultura, meio ambiente, trabalho e produção de artesanatos.
29 Jun 2015	Atividade discute diversidade sexual e identidade de gênero na ENFF	O Brasil é primeiro colocado no ranking mundial de mortes de LGBT.
11 Ago 2015	Sou gay, sou lésbica, sou trans, sou bi, sou Sem Terra, sou humano, sou como você	Sem Terra realizam seminário “O MST e a Diversidade Sexual”, e acreditam que a incorporação de lutas identitárias também faz parte do amadurecimento do movimento.
21 Set 2015	Juventude Sem Terra desafia educadores a avançar na luta contra a LGBTfobia nas escolas do campo	A intervenção provocou a desconstrução sobre o ser homem e ser mulher, propondo construir uma sociedade de iguais baseada em valores socialistas.
6 Jan 2016	LGBTs debatem os desafios enfrentados na construção da Reforma Agrária	"Vivemos um cenário político que é preciso agregar todos os trabalhadores, que estão nos assentamentos e acampamentos, nos debates em torno da construção da Reforma Agrária em nosso país".
13 Jan 2016	Formação e a luta são desafios apontados pelos LGBT Sem Terra	O debate ocorreu na 1º Roda de Conversa realizada durante o 28º Encontro Estadual do MST na Bahia.
29 Jan 2016	“Sou uma mulher trans, Sem Terra, pedagoga e comprometida com a luta pela Reforma Agrária”	O dia 29 de janeiro é marcado como o Dia da Visibilidade Trans e tem o objetivo de ressaltar a importância da diversidade e o respeito para o Movimento Trans em todo país.

13 Jun 2016	MST emite nota sobre atentado homofóbico e fundamentalista nos EUA	o documento, o Movimento se solidariza com as vítimas e se compromete no combate à LGBTfobia.
16 Dez 2016	MST contra homofobia: nota de solidariedade ao deputado Jean Wyllys	A homofobia e as agressões de Bolsonaro são reflexos do poderio das bancadas fascistas e reacionárias que dominam o Congresso Nacional.
20 Dez 2016	MST realiza IV assembleia LGBT no Ceará	A atividade teve como um dos objetivos centrais a construção de novas relações de gênero dentro do MST.
17 Jan 2017	MST na Bahia se levanta contra LGBTfobia	O painel aconteceu nesta última quarta-feira e foi mediado por Erivan Hilário, da direção nacional do MST e do coletivo LGBT Sem Terra.
2 Fev 2017	Coletivo LGBT Sem Terra lança o 1º caderno de formação para militância	Em 37 páginas, diversos temas são desenvolvidos, como a história da luta do Movimento LGBT.
2 Mai 2017	Paraná realiza 1º curso de formação em corpo, gênero e sexualidade	Curso terá mais duas etapas durante o ano, e reúne cerca de 30 pessoas.
8 Mai 2017	Liniker e Os Caramelows levam diversidade à Feira Nacional da Reforma Agrária	Artista lotou o Parque da Água Branca, em São Paulo, no último dia do evento, organizado pelo MST.
21 Jun 2017	Esvaziamento da democracia e dos direitos LGBTs estão conectados, aponta seminário	Reformas em curso são algumas das medidas que intensificam violações de direitos. População LGBT rural ainda luta por visibilidade.
05 Jul 2017	LGBT Sem Terra realizam curso de formação política no nordeste	Participantes debateram sobre a sexualidade humana, o patriarcado, a história do movimento LGBT, além dos desafios na luta pela Reforma Agrária Popular.
27 Jul 2017	MST cria peça teatral sobre realidade das mulheres e da comunidade LGBT	Iniciativa é do Grupo de Teatro ‘Peça Pro Povo’, constituído em 2005 pelo MST no Rio Grande do Sul.
11 Ago 2017	Coletivos da Paraíba realiza atividades da 8ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra	Atividades ocorrem desde o dia 7 até o próximo dia 15 de agosto em diversas regiões do estado.
18 Ago 2017	Via Campesina inicia o debate sobre a diversidade de gênero e orientação sexual	Pela primeira vez na história da Via Campesina, sujeitos LGBTI* debatem aberta e internacionalmente sobre a diversidade de gênero e orientação sexual.
4 Nov 2017	LGBT Sem Terra: uma identidade de luta	Fruto da auto-organização dos sujeitos LGBT dentro do movimento, o MST tomou como decisão política pensar e articular o processo de fortalecimento das lutas e visibilidade dos LGBT Sem Terra.

10 Nov 2017	MST lamenta a morte de Felipe Doss e se solidariza com amigos e familiares	Militante LGBT foi mais uma vítima do extermínio da juventude negra nas periferias.
14 Nov 2017	A vida não é abstrata, é estrutural	Novembro chegou, e com ele a memória de Luta e Resistência do povo Negro que transpassa o calendário há mais de 400 anos.
20 Dez 2017	LGBTs Sem Terra realizam assembleia Encontro Estadual no Ceará	Objetivo da assembleia foi construir novas relações de gênero dentro do MST, fomentar a discussão entre os sujeitos LGBTs e consolidar um coletivo no estado de Ceará.
30 Jan 2018	Livro sobre diversidade sexual e gênero no Brasil é lançado em SP	O lançamento aconteceu na editora Expressão Popular e contou com a participação de militantes e convidados.
07 Mai 2018	Rosana Maria: sou LGBT Sem Terra e ponto final	Assentada pernambucana afirma sua sexualidade sem vergonha de ser feliz.
17 Mai 2018	Dia Internacional Contra a Homofobia: entidades lançam manifesto pela igualdade e contra a violência	Acreditamos que a unidade das forças democráticas, populares e dos movimentos que lutam contra todas as formas de opressão é fundamental para vencer o autoritarismo organizado.
18 Mai 2018	Sem Terra soma-se ao mutirão de solidariedade para população LGBT do DF e Entorno	A arrecadação dos alimentos tem o objetivo de ajudar LGBTs que estão enfrentando um cenário complexo de extrema vulnerabilidade na capital federal e seu entorno.
02 Jul 2018	3ª Turma do Curso de Formação Política para LGBTs Sem Terra ocorre em Fortaleza	Curso organizado pelo Coletivo LGBT Sem Terra reúne 50 participantes de estados do Norte e Nordeste.
09 Ago 2018	Hércules Santos: negro, gay e do candomblé na luta pela diversidade	Para o militante, o debate LGBT tem avançado dentro dos movimentos populares, mas ainda é preciso discutir preconceito contra religiões afro-brasileiras.
12 Ago 2018	Diversidades de povos e os mesmos objetivos, reforma agrária, democracia e Lula Livre	Conheça um pouco dos diversos perfis de marchantes que segue rumo a Brasília.
29 Ago 2018	"Tem existido resistência das mulheres negras lésbicas das quebradas", diz ativista	Cinthia Abreu, da Marcha Mundial das Mulheres, diz que a luta contra a lesbofobia tem partido das periferias.
29 Ago 2018	Dia da Visibilidade Lésbica: existir e resistir pelo direito de amar	29 de agosto é a data escolhida para representar o combate a lesbofobia no Brasil.
28 Set 2018	Mulheres, LGBTs e juventude do MST se juntam à mobilização #EleNão	O MST convoca amplamente seus militantes, apoiadores e amigos dentro e fora dopais a se engajarem neste momento decisivo da luta de classes. Dia 29 são espera dos atos em pelo menos 24 estados.

21 Out 2018	“Eles têm a sensação de que a violência contra nossos corpos é algo legitimado”, diz presidenta da ABGLT	Simmy Larrat acredita o maior desafio da escalada de violência que o Brasil vive hoje é não se encastelar em seu próprio medo.
23 Out 2018	É preciso ter a coragem de dizer: liberdade	Plenária Popular das LGBTI+ contra o Fascismo aponta a unidade e a luta como desafios da conjuntura.
13 Mar 2019	UFPR e Escola Latino americana de Agroecologia formam la turma de Licenciatura em Educação	Estudantes de cinco estados brasileiros se formaram esta semana, na Lapa-PR.
17 Mar 2019	Pelo direito de viver: primeira deputada negra trans toma posse em São Paulo	Nascida em Pernambuco e vivendo em SP há 16 anos, a educadora Erica Malunguinho recebeu 55.423 votos nas eleições de 2018.
27 Mar 2019	“Nós não voltaremos para o armário”	LGBT Sem Terra, com luta e resistência coletiva, fala sobre os desafios da luta pela terra, alinhada a construção da liberdade sexual.
04 Abr 2019	MST se solidariza a Erica Malunguinho e repudia fala transfóbica de deputado do PSL	Durante sessão nesta quarta-feira (3), Douglas Garcia disse à colega que "expulsaria uma transexual do banheiro debaixo de tapa".
11 Mai 2019	MST do Paraná realiza curso sobre mulheres, agroecologia e diversidade sexual	A formação se concentrou no fortalecimento organizativo das mulheres e das LGBTI's, discutindo a formação política, intercâmbios na área da Agroecologia e o trabalho de base.
17 Mai 2019	Movimentos populares lançam manifesto contra a LGBTfobia	Neste Dia Internacional contra a LGBTfobia, organizações rurais e urbanas denunciam crimes de ódio e clamam pela vida.
05 Jun 2019	LGBTs Sem Terra participam de curso de formação política no RS	Atividade reuniu em torno de 35 militantes do MST da região Sul do Brasil.
19 Jun 2019	A luta também une	Próximo ao 28 de junho, Dia do Orgulho LGBTI, conheça a história de luta, amor e resistência de Isabel e Lúcia.
22 Jun 2019	Militante LGBT Sem Terra atua na organização de jovens do campo	“Organizar a Juventude Sem Terra é organizar também as e os LGBT”, afirma militante na Paraíba.
25 Jun 2019	Igrejas e Comunidades LGBTI+ realizam Congresso em São Paulo	Movimentos sociais do campo e das cidades, representantes religiosos e pessoas LGBTI+ discutem fundamentalismo e exclusão em nome da religião
26 Jun 2019	“O amor é lindo demais para ser odiado”	Jovem integrante do Coletivo LGBT Sem Terra no Rio Grande do Sul fala sobre a luta em busca de respeito e liberdade.
28 Jun 2019	Stonewall, conquistas e desafios das manifestações LGBTs	50 anos após a manifestação que deu origem ao dia do Orgulho LGBT, observamos os desdobramentos do evento até os dias atuais.

11 Jul 2019	MST realiza 1o Encontro de Gênero e Diversidade Sexual na região de Campinas (SP)	"Que nada nos defina, que nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre!", já escreveu Simone de Beauvoir.
23 Jul 2019	Mulheres e LGBTI+ são alvos do fundamentalismo no governo Bolsonaro	"A política 'bolsonarista' libera a violência de forma geral", afirma Débora Nunes, doMST.
25 Jul 2019	Mulheres trans Sem Terra e a participação política	Andrade e Lins falam sobre a construção de suas sexualidades e a participação na luta pela reforma agrária
11 Ago 2019	Arte para revolucionar: Juventude Sem Terra e a cultura no MST na Batalha das Ideias!	Na luta de classes, a juventude tem que se posicionar bem e ter muita capacidade de iniciativa.
20 Ago 2019	Contra a transfobia e por Aline, resistiremos!	Nota de pesar da militante Aline da Silva, travesti Sem Terra que residia no acampamento Malhada.
18 Out 2019	Pátria Livre de todas as formas de opressão	O Curso para Militantes LGBT Sem Terra recebi nesta quinta-feira (17), a mesa Diversidade Sexual na Via Campesina
19 Out 2019	"Se não tiver LGBT, não pode ser nossa revolução"	Durante curso LGBT Sem Terra, mesa debate desafios para a resistência LGBT diante da atual conjuntura
24 Out 2019	Por que precisamos entender a interseccionalidade?	A importância de (re)conhecer a si mesmo e ao outro em suas diferenças para uma sociedade mais igualitária
26 Out 2019	Cultura Drag e a resistência LGBT	Maria Rojava, Mary Gambiarra e Raykka Rica falam sobre a cultura Drag, durante o XVIII Curso LGBT Sem Terra
10 Dez 2019	Manifesto Conjunto no Dia Mundial dos Direitos Humanos	Movimentos Sociais reivindicam: "Queremos mais Direitos Humanos, para todos e todas"
10 Dez 2019	MST realiza Feira Estadual da Reforma Agrária no Rio de Janeiro	Povos na luta por terra, água e florestas comercializam produtos saudáveis na capital carioca

Fonte: www.mst.org.br. Org.: FILETO, V. N.

No quadro 6 e 7 temos as reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT no MPA e no MAB. Estes movimentos contam com quatro e sete reportagens respectivamente. Observando os quadros é possível que ainda não haja uma regularidade na publicação de reportagens sobre a temática, limitando a datas representativas, manifestos coletivos e eventos pontuais. Para além, podemos notar no caso do MAB que há um ensaio de organização engatado no fim de 2017, período que a Via Campesina firma o compromisso de inserir as pautas do

movimento LGBT em suas agendas de luta de caráter internacional. No caso do MPA, todas as reportagens são no ano de 2018, e até então não existem novas publicações a respeito.

Quadro 5 – Reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT no site do MPA – 2015 - 2019

DATA	TÍTULO DA REPORTAGEM	DESCRIÇÃO DA REPORTAGEM
17 Mai 2018	“Parem de nos matar”: o Brasil é o país que mais mata LGBTs na América Latina	Hoje, 17 de maio, Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia trazemos a memória e a luz do debate o extermínio de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs) no Brasil. A data é de luta e resistência, mas também de denuncia as graves violações de direitos humanos da população LGBTs no Brasil.
27 Jun 2018	Encontro debate sobre Gênero e Diversidade Sexual na Paraíba	A ONG LGBT do Brejo Paraibano deu um importante passo, que foi realizar seu Primeiro Curso de Formação Diversidade Sexual e Identidade de Gênero no último final de semana, dias 25 e 26 de junho, na Casa Familiar Rural (Sede da ACAJAMAN), município de Alagoa Nova, estado da Paraíba. Os camponeses e camponesas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e representantes da Frente Brasil Popular-PB se fizeram presente, em especial dos municípios de Pilões, Alagoinha, Areia, Campina Grande, Alagoa Nova e da Igreja da Comunidade Metropolitana de Cabedelo.
25 Out 2018	Padres emitem carta conjunta abordando a defesa da democracia e reafirmando a necessidade de uma cultura da paz	Religiosos católicos são veementes em criticar os movimentos políticos conservadores que dão origem a um novo fascismo em todo o mundo e denunciam os riscos que a democracia brasileira corre a partir da escolha do eleitorado neste domingo.
17 Dez 2018	Carta do I Encontro Nacional das Juventudes do Cerrado	Somos milhares. Reunidos em Hidrolândia, Goiás, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 2018, representando todos os estados do Cerrado brasileiro, somos diversos. As Juventudes do Cerrado são preta, indígena, quilombola, feminista, camponesa, sem-terra, atingida por mineração e barragens, quebradeira de coco, pescadora, vazanteira, LBGTQ+, fundo e fecho de pasto, raizeira, benzedeira, agricultora familiar, geraizeira, ribeirinha, extrativista e tantas outras múltiplas identidades que viemos aqui reforçar.

Fonte: www.mpa.org.br. Org. FILETO, V. N.

Quadro 6 – Reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT no site do MAB – 2015 - 2019

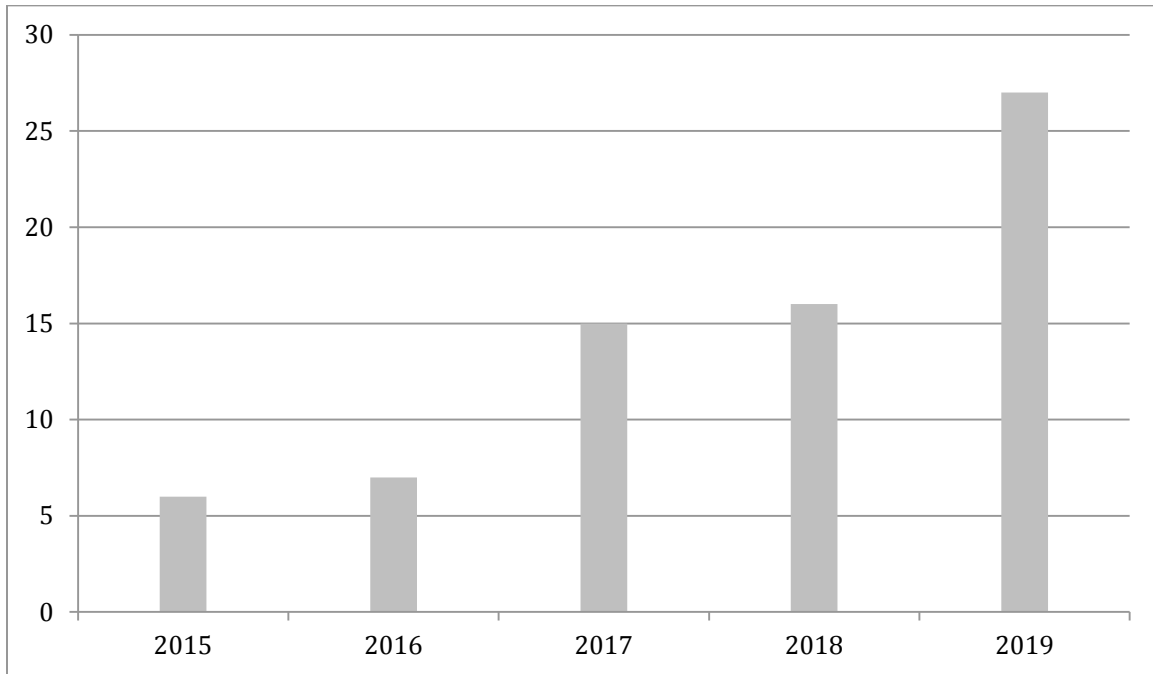
DATA	TÍTULO DA REPORTAGEM	DESCRIÇÃO DA REPORTAGEM
-------------	-----------------------------	--------------------------------

29 Ago 2016	O 3º Acampamento Nacional do Levante vai acontecer de 5 a 9 de setembro em BH.	O jovem sempre foi um expoente na luta popular. Nesse momento decisivo de disputa, em que o país vive um golpe, com diversos retrocessos que caem diariamente na conta dos trabalhadores brasileiros, 7 mil jovens se reúnem numa ação de retomada do país.
29 Jun 2017	Por uma sociedade mais justa e livre de preconceitos-Somos atingid@s LGBTT	Nesse dia 28 de junho é comemorado o Dia do Orgulho LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersex), data celebrada e lembrada mundialmente e que marca um episódio ocorrido em 1969 na cidade de Nova Iorque que ficou conhecido como Rebelião de Stonewall.
05 Out 2017	Somos atingidos, somos diversidade	Coletivo de diversidade sexual realizou sua primeira plenária durante Encontro Nacional do MAB, que ocorreu no Rio de Janeiro.
15 Abr 2019	Decreto de Bolsonaro prevê extinção do Comitê de Cadastro dos atingidos	Para o Movimento dos Atingidos por Barragens, dissolver o Comitê de Cadastro Socioeconômico significa abandonar novamente os atingidos "na boca do leão".
17 Mai 2019	Movimentos populares lançam manifesto contra a LGBTfobia	Movimentos Populares lançaram hoje (17) um manifesto conjunto no Dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia. Leia o documento completo:
24 Mai 2019	Vitória: maioria no STF vota a favor de criminalizar práticas de LGBTfobia no Brasil	o Supremo Tribunal Federal retomou a votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26) que questiona a ausência de uma legislação protetiva para a população LGBT. A ação reivindica também que o STF considere o Congresso Nacional omissor pela demora em votar normas constitucionais específicas que equipare os casos de LGBTfobia ao crime de racismo.
02 Jul 2019	Seminário LGBTI+ acontecerá em Rondônia	O Seminário LGBTI+: Diversidade e gênero: construindo propostas para uma reforma política inclusiva acontecerá em Porto Velho (RO) e contará com a presença de autoridades locais para discussão de propostas inclusivas na reforma política.

Fonte: www.mab.org.br. Org.: FILETO, V. N.

Por fim, chamamos atenção para a frequência geral dos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil que inserem pautas do movimento LGBT em suas agendas políticas. Desde 2015, quando foi registrada a primeira reportagem no site do MST sobre o combate a homofobia nos acampamentos e assentamentos da luta pela terra, experimentam um constante aumento nas publicações a respeito da temática tratada. Como indica o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Reportagens que envolvem pautas do movimento LGBT publicadas pelos movimentos socioterritoriais do campo ligados a Via Campesina no Brasil por ano – 2015-2019



Org.: FILETO, V. N., 2019. Fonte: www.mst.org.br

O sujeito da luta pela terra se insere em um contexto social e se encontra em um processo de interações direta ou indiretamente com outros sujeitos, com outros grupos sociais, com diferentes questões ideológicas e políticas, e toda a complexidade que envolve a sociedade. Por este processo de interações contínuas o sujeito e seu grupo social constituem-se em espaços e momentos histórico-sociais determinados. Suas enunciações têm sentidos em conformidade com os aspectos socioculturais que englobam as condições de produção e que redefinem sua identidade e também a do grupo (FERNANDES, 2007).

Nas reportagens tem muitas imagens que elucidam ainda mais as informações que trazem os textos. Quando não trazem unicamente a imagem como uma paisagem de visibilidade ou que expõe a inserção imagética do movimento LGBT no âmbito dos movimentos de luta pela terra. Chamamos estas de paisagens coloridas. Na nossa análise apenas anunciamos os discursos, mas não nos debruçamos sobre ele. Seguimos nossa análise pelo viés do questionamento que visa

compreender de que forma os movimentos estão representando os corpos/sujeitos LGBT Sem Terra?

3.2.Espacialidades dos sujeitos LGBT na luta pela terra no Brasil

É considerada espacialização as ações no âmbito do território dos movimentos e as representações políticas que são materializadas com frequência nos movimentos através da ocupação de posições de poder no âmbito dos setores, direções e coordenações locais, regionais, estaduais e nacionais. A espacialização é um processo necessário para a territorialização.

Há uma linearidade na formação e organização. Mas as reivindicações estão intrínsecas as ações propostas pelos agentes da inserção da pauta LGBT na luta pela terra. Considerando a força da auto-organização LGBT Sem Terra, podemos afirmar que são estes mesmo sujeitos que suscitam a importância de tratar da temática de diversas maneiras com frequência.

3.2.1. Linha do tempo de ações das LGBT na luta pela terra nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro (2015-2019)

A primeira ação noticiada em 2015 diz respeito a uma agitação feita pela juventude sem terra na marcha estadual do MST da Bahia no dia 17 de março de 2015 manifestando-se contra a homofobia. Homens vestiam roupas femininas e mulheres com roupas masculinas questionando as normas de gênero e orientações sexuais. Chamamos atenção para a intervenção especificamente por problematizar a homofobia para os participantes da marcha, bem como evidenciar a inserção de tal debate na estrutura do movimento e sua adesão haja vista a quantidade significativa de participantes.

A segunda ação foi noticiada no dia 17 de Maio de 2015, dia internacional da luta contra a homofobia, em que Sem Terras participaram da primeira marcha baiana contra LGBTfobia. O que mais chama atenção nesta notícia, especialmente em comparação com a anterior, é o dinamismo das pessoas LGBT Sem Terra que enquanto sujeitos políticos e de luta participam enquanto LGBTs na luta pela terra e Sem Terras no Movimento LGBT.

No dia 19 de Junho, a terceira ação noticiada ocorreu no estado do Paraná, mais exatamente no acampamento Herdeiros da Luta no município de Porecatu. Esta diz respeito a um Projeto de Extensão da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) com enfoque em corpo gênero e sexualidades. O que chama atenção nesta ação é a participação da Universidade enquanto um facilitador na inserção do debate de gênero e sexualidades e a recepção por parte dos assentados que parece ser bastante amistosa e empolgada. “Estou com 73 anos e nunca vi uma coisa tão bonita como agora” comentou José Carneiro que vive no assentamento. (PORTAL PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO, 2015 p. 01).

No dia 28 de Junho de 2015 data em que é comemorado o dia do orgulho LGBT ocorreu uma Roda de Conversa sobre diversidade sexual e identidade de gênero na ENFF em Guararema – SP. Participaram pessoas de organizações de vários lugares da América Latina evidenciando a articulação com a Via Campesina e sua perspectiva internacionalista desde então (MARIANO; PAZ, 2018). Aqui germinava o primeiro seminário MST e a Diversidade Sexual.

No segundo semestre de 2015, entre os dias 7 e 9 de agosto especificamente, ocorreu na ENFF o I Seminário “O MST e a Diversidade Sexual” que visava discutir as opressões de gênero e sexualidades dentro do movimento. O Seminário reuniu 35 militantes de 13 estados do Brasil (MARIANO; PAZ, 2018). O Grupo de estudos sobre diversidade sexual foi criado e a formação política das militantes LGBT Sem Terra se tornou parte integrante da auto-organização, além da reivindicação para a adoção da liberdade sexual como pauta integrante do MST.

Neste foram dadas as diretrizes para uma auto-organização LGBT Sem Terra. Estas diretrizes foram sistematizadas no Documento I Seminário “O MST e a Diversidade Sexual”. Na reportagem publicada no site do MST sobre o evento vários pontos são problematizados além de visibilizar a existência de algumas pessoas LGBT Sem Terra. Sobre o evento um militante afirma na reportagem:

Esse encontro visibiliza o LGBT, sujeito da luta no campo. Esse é um passo fundamental no sentido de reconhecer que na nossa base social, na nossa militância e na direção política do Movimento eles estão presentes. E mais do que isso, demonstra uma postura concreta de luta contra a face conservadora que fortalece o racismo, a homofobia, o machismo e todo o tipo de preconceito. Por isso, esse é um marco histórico dentro do MST, é uma marcha que avança e que não pode retroceder (SILVA, 2015, p. 02).

No documento produzido no evento, vários pontos são abordados, mas confluindo com a afirmação do militante citado chamamos a atenção para a falta de interesse em segregar o movimento com estas demandas colocadas. A proposta é de integralizar as pessoas LGBT do MST para uma articulação revolucionária. Um dos pontos do documento propõe dialogar com as demais organizações da classe trabalhadora como sujeito coletivo, tendo como perspectiva o projeto de classe, a nossa identidade Sem Terra e o projeto da Reforma Agrária Popular.

Já em 2016 a primeira ação noticiada se refere à ocorrência da 1º Roda de Conversa LGBT Sem Terra no 28º Encontro Estadual do MST da Bahia no dia 11 de Janeiro. Aqui é apontada pela até então integrante da Direção Nacional na Bahia Beth Rocha que “o termo popular é uma tática e caminho para agregar diversos elementos, inclusive a luta contra a LGBTfobia” (Coletivo de Comunicação do MST da Bahia, 2016b, p. 02). Entendemos que esta estratégia se mostra muito relevante e com o alcance a níveis institucionais.

No dia 29 de Janeiro, dia da Visibilidade Trans, foi publicada uma reportagem sobre Dê Silva mulher trans, pedagoga e militante do MST do Mato Grosso no site do movimento. A atenção da reportagem se volta para a construção da visibilidade das pessoas trans dentro no MST, a conscientização dos integrantes do movimento em escala nacional sobre as relações de gênero e sexualidade e demarcando mais uma vez o início de um novo caminho para o MST.

Ainda sobre a demarcação da inserção da temática no movimento, esta também é apresentada através de notas de solidariedade. Desta vez o MST emitiu nota sobre o caso PULSE em que condena a violência homofóbica e fundamentalista que atingiu o povo norte-americano no dia 12 de Junho de 2016, quando 50 pessoas foram alvo de um atentado numa boate LGBT, em Orlando-EUA. No dia 16 de Dezembro do mesmo ano o MST emitiu outra nota na qual manifesta seu repúdio à perseguição ao mandato do deputado federal Jean Wyllys (PSOL), expresso no pedido de suspensão por 120 dias de seu exercício, solicitado por Ricardo Izar (PP/SP), relator do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Na nota o movimento acusa o pedido de suspensão motivado pelo ato do Deputado Jean Wyllys, gay e militante político do movimento LGBT, de cuspir no rosto do até então Deputado Jair Messias Bolsonaro que fez apologia à ditadura militar durante a votação do Impeachment da presidenta eleita Dilma Roussef.

A primeira ação noticiada pelo MAB foi uma chamada para o 3º Acampamento Nacional do Levante que aconteceu entre os dias 5 e 9 de setembro de 2016 em Belo Horizonte - MG. Tivemos oportunidade de participar do acampamento no qual foi um espaço de amplo debate da pauta LGBT e de classe incluindo a luta camponesa. Militantes do MAB, MST, MPA e diversos outros movimentos estavam presentes em espaços que tratavam da questão da diversidade sexual.

Em dezembro de 2016, no assentamento Santana Monsenhor Tabosa, cerca de cem LGBT na luta pela terra participaram da IV assembleia LGBT Sem Terra que aconteceu durante o 29º Encontro Estadual do MST no Ceará. A atividade teve como um dos objetivos centrais a construção de novas relações de gênero dentro do MST. Pouco se falou no texto publicado do que foi discutido durante a assembleia demonstrando determinada rigurosidade na auto-organização.

No dia 11 de Janeiro de 2017, o MST da Bahia promoveu no seu 29º Encontro Estadual um painel para debater diversidade sexual que foi mediado por Erivan Hilário, da direção nacional do MST e do coletivo LGBT Sem Terra. Vale lembrar que no ano de 2015 já houve uma primeira agitação no Encontro Estadual, no ano anterior houve uma roda de conversa e neste ano o painel. Isto demonstra certa regularidade na produção de espaços que possibilitem a inserção das pessoas LGBT na luta pela terra no movimento.

No dia 27 de Janeiro no Ceará ocorreu o Lançamento do Caderno de Formação nº 5. Na ocasião houve uma roda de conversa, mas o que mais chama atenção é o conteúdo do material intitulado “Diversidade Sexual no MST: Elementos para o debate” que situa bem o leitor do real papel da militância LGBT Sem Terra. Iniciado com o logotipo do movimento e uma chamada que diz “O Patriarcado destrói, o Capitalismo faz a guerra, o sangue LGBT também é Sem Terra”, o caderno é dividido em sete partes: A primeira situa o leitor sobre o contexto da organização LGBT Sem Terra estabelecendo como marco de início o ano de 2013. A segunda se limita a conceituar e diferenciar “gênero”, “identidade de gênero” e “orientação sexual”, além de problematizar alguns termos relacionados como “heterossexismo” e “patriarcado”. A terceira expõe o processo de luta do movimento LGBT. No fim da justificativa do porquê de se discutir diversidade sexual no MST é explícito que se esconde a sexualidade no movimento.

Os sujeitos LGBT de nosso Movimento estão nos assentamentos, nos acampamentos, nas trincheiras lutando pela Reforma Agrária Popular, pela transformação social e não podemos mais aceitar que tenham que esconder quem são para serem aceitos em nossa organização. O sangue LGBT também é sangue Sem Terra! (MST, 2017, p. 08)

A quarta traz as formas de inserção e os desafios para tal que o movimento tem. Nesta, ele traz os caminhos para ultrapassar os desafios em questão e traz também os avanços.

Esse assumir-se dos sujeitos Sem Terra LGBT tem provocado o Movimento a debater o assunto através de seminários, intervenção nas marchas e atos políticos, rodas de conversa e troca de experiências. Assim como as significativas mudanças no cotidiano do movimento, os casamentos igualitários e os filhos destes casais, os beijos sem medo, rompendo os padrões impostos pela sociedade. (MST, 2017, p. 21)

Dentro de todas as movimentações vitoriosas, a mais relevante deles até então são as modificações nas normas gerais no MST reconhecendo as pessoas LGBT na luta pela terra ao incluir a orientação sexual e identidade de gênero como não determinante para participação no movimento e ao se colocar contra a violência contra as pessoas LGBT na luta pela terra, como é possível visualizar no Quadro 4.

Quadro 7 - modificações das normas gerais no MST com o reconhecimento das LGBT Sem Terra

<p>1.3 Natureza do MST: <i>participam no Movimento, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos, jovens e crianças.</i></p>
<p>3.6 Educação e Cultura: <i>os membros devem combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, identidade de gênero e orientação sexual, etc.</i></p>
<p>3.7 Direitos Sociais <i>combater todas as formas de violência contra as mulheres, crianças e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis), penalizando exemplarmente seus praticantes.</i></p>

Fonte: MST, 2017.

A quinta parte do Caderno de Formação traz algumas expressões comuns ao movimento LGBT que se fazem importantes para se incluir tal debate. Na sexta, é explicitado como movimentos de esquerda alinhados ao MST vem tratando da pauta e na sétima parte vem anexado o documento do I Seminário “O MST e a Diversidade Sexual”.

Entre os dias 28 e 30 de abril de 2017 aconteceu um curso sobre corpo gênero e sexualidade em parceria com a UENP em Maringá. Mais uma vez vemos a parceria com a universidade como um instrumento válido para pauta gênero e sexualidade atuando diretamente com os camponeses assentados, combatendo o problema pela base.

No dia 08 de Maio de 2017 durante a Feira Nacional da Reforma Agrária em São Paulo ocorreu o show da Liniker e os Caramelows. Teve entrevista com a cantora trans que se mostrou compactuada com a luta e trouxe enfaticamente a mística como instrumento importante. No fim do show houve uma intervenção do Coletivo LGBT Sem Terra com falar e hasteamento da bandeira no movimento LGBT. Em julho de 2017 mais uma vez a arte é acionada para tratar do assunto no qual é noticiado no site do MST um circuito de apresentações teatrais no estado do Rio Grande do Sul com a temática de gênero, sexualidade e raça promovida pelo grupo de teatro “Peça pro povo”.

No dia 29 de Junho, um dia após a comemoração do dia internacional do orgulho LGBT, em 2017 militantes LGBT na luta pela terra, vindos de diversos estados do Brasil, realizaram entre os dias 29 de junho e 3 de julho, o primeiro Curso de Formação de Militantes LGBT Sem Terra, no Centro de Formação Paulo Freire, em Caruaru, Pernambuco.

No mesmo dia 29 o MAB publica um texto trazendo considerável visibilidade da temática para o movimento: “Somos atingid@s LGBTT!”. Uma parte do texto dispara “Os LGBTT do Movimento dos Atingidos por Barragens também se somam essa luta, somos lutadores e lutadoras, e na nossa luta de cores e amores somos transformadores da realidade, e se desafiamos a organizar os LGBTT atingidos para contribuir no projeto popular com diversidade” (MAB, 2017, p. 01). Estabelecemos aqui o marco da organização das LGBT do MAB. Em outubro fora noticiada que o Coletivo de diversidade sexual realizou sua primeira plenária no dia 04, durante Encontro Nacional do MAB, que ocorreu no Rio de Janeiro. Acontecimentos que evidenciam a continuidade na organização das LGBT do movimento.

A primeira vez na história da Via Campesina que foi debatido internacionalmente sobre a diversidade de gênero e orientação sexual aconteceu em um espaço paralelo auto-organizado durante a 7ª Conferência Internacional do movimento, realizado em Julho em Derio, País Basco. Na Declaração de Euskal Herria¹³ firmada na Conferência inclui a agenda do movimento LGBT em suas frentes de mobilização mesmo que informalmente. O que chama atenção aqui é o pioneirismo do Brasil na institucionalização da pauta da diversidade sexual na luta pela terra em escala internacional.

Outra ação que evidencia a organização das LGBT na luta pela terra nos espaços de representação política do movimento LGBT foi a participação no 14º Seminário LGBT do Congresso nacional no dia 13 de Junho de 2017. Neste espaço foi debatido junto a representantes da causa em patamares estatais e de diversos outros setores da sociedade os caminhos que serão seguidos pelo movimento LGBT. Militantes LGBTs na luta pela terra trouxeram as suas demandas, e apresenta os desafios de viver enquanto LGBT no campo brasileiro. Thaís Paz que é do Coletivo LGBT Sem Terra esteve presente no Seminário e fez apontamentos interessantes. Como é noticiado por Borges (2017):

Para os LGBTs, os laços para se manter no campo são ainda mais frágeis. Por preconceito, os laços familiares são facilmente rompidos e há dificuldade de acesso ao trabalho – as mesmas dificuldades que vivem a população LGBT na cidade, mas com o agravante de que a permanência no campo já é mais frágil por conta da contradição do agronegócio (BORGES, 2017, p. 04).

Em agosto de 2017, especificamente entre os 08 e 10 ocorreu a 8ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra. Na Paraíba o Coletivo de Juventude do MST realizou diversas atividades. Não há informações diretas sobre, mas está presente por trazer na imagem da chamada uma representação imagética e simbólica do movimento LGBT no espaço através do hasteamento da bandeira do movimento LGBT como é possível visualizar na Imagem 1.

¹³ A declaração de Euskal Herria é a carta oficial da 7ª Conferência Internacional da Via Campesina que ocorreu entre os dias 16 e 24 de Junho no País Basco. A conferência ocorre a cada quatro anos e é o espaço de maior deliberação da Via Campesina.

Imagem 1 - Coletivos da Paraíba realizam atividades da 8ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra



Fonte: MST, 2017.

A próxima ação noticiada em 2017 foi também de solidariedade à causa da diversidade sexual. Desta vez o MST na Bahia emitiu no dia 10 de Outubro de 2017 uma nota em que se solidariza com família e amigos de Felipe Doss, militante do movimento LGBT no estado, assassinado em Salvador. A motivação do crime apontada foi racismo por ser negro e viver na periferia.

No dia 14 de Novembro um texto, publicado no site do MST por Maysa Mathias (2017), intitulado “A vida não é abstrata, é estrutural”. Maysa é LGBT Sem Terra e até então dirigente do setor de Gênero do MST em Minas Gerais. O texto traz diretamente a força do debate da interseccionalidade na auto-organização LGBT Sem Terra. Para ela

o sistema patriarcal-heterossexista, racista e LGBTfóbica são estruturais e funcionais para manutenção do sistema capitalista, que se apropria dos corpos, tempo, consciência e conformam a divisão social, racial e sexual do trabalho, na sociedade capitalista, estabelecendo a ideologia de inferioridade e minando a humanidade dos sujeitos, para continuidade da superexploração, precarização do trabalho e submissão para manter os privilégios da classe burguesa (MATHIAS, 2017, p. 01).

Enquanto militante é interessante perceber como a autora traz a interseccionalidade como fundamento para a inserção das lutas identitárias na estrutura dos movimentos da luta pela terra, sobretudo abarcando o fator classe neste contexto é muito considerável. Por fim, para não nos equivocarmos em expressar um discurso derrotista por parte da autora trazemos a conclusão do texto da mesma afirmando que “desde que o primeiro português pisou no Brasil teve luta e resistência, e assim permaneceremos, de pé, resistindo para que a revolução socialista seja antirracista, feminista, colorida e popular!” (MATHIAS, 2017, p. 02).

No dia 16 de dezembro de 2017 durante o 30º Encontro Estadual do MST Ceará Cerca de 80 LGBTs Sem Terra participaram da 5ª assembleia realizada aconteceu no Centro de Ensino e Treinamento em Extensão (CETREX), no município de Caucaia. Vale lembrar que esta assembleia já foi noticiada. Esta auto-organização feita de forma regular se apresenta como componente fortalecedor da luta das pessoas LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo.

Um marco importante na luta das LGBT na luta pela terra foi o lançamento do livro “Hasteemos a Bandeira Colorida: Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil” no dia 29 de Janeiro de 2018 em São Paulo-SP. O livro é composto de alguns ensaios e artigos que tratam da diversidade sexual em diversos âmbitos especialmente os recortados pela classe. O último texto intitulado “Diversidade Sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na luta pela liberdade sexual.”, já foi citado em capítulos anteriores é de autoria de militantes do MST: Alexandre Mariano e Thaís Paz. O livro também é organizado por Thaís, e Erivan Hilário que por sua vez é também militante LGBT na luta pela terra. A organização da luta através da produção de conhecimento é uma estratégia bastante contundente ao nosso ver.

No dia 07 de Maio de 2018 é publicada no site do MST uma matéria em que é contada a história de Rosana Maria que tem afirmação enfatizada na chamada “sou LGBT Sem Terra e ponto final.” O texto demonstra que há histórias de aceitação dentro do movimento. Faz 13 anos que a carinhosamente chamada de Rosinha decidiu assumir sua homossexualidade à família, aos amigos e ao MST. Ela conta que recebeu um forte apoio de sua mãe, e um compromisso do movimento em respeitar sua sexualidade.

No dia 17 de Maio de 2018, dia Internacional Contra a Homofobia, diversas entidades lançam manifesto pela igualdade e contra a violência. Dentre as entidades que assinaram incluem os movimentos estudados. A ação, inclusive, foi noticiada pelo MST, MAB e MPA. O texto

pauta muito a violência contra as pessoas LGBT ligada ao recorte de classe e o contexto de retirada de direitos já conquistados. É notável que a articulação entre os movimentos LGBT e da luta pela terra são ocasionadas na unidade da luta popular. Outra ação noticiada em continuidade a semana de Luta Contra a Homofobia, no dia 18 de Maio foram entregues alimentos produzidos em assentamentos da Reforma Agrária no mutirão organizado por entidades LGBTs na Biblioteca Nacional de Brasília.

A ONG LGBT do Brejo Paraibano realizou nos dias 25 e 26 de junho seu Primeiro Curso de Formação Diversidade Sexual e Identidade de Gênero na Casa Familiar Rural no município de Alagoa Nova - PB. Integrantes do MPA e representantes da Frente Brasil Popular participaram. A realização do Encontro de Formação foi de fato uma construção coletiva do MPA, LGBTs, comunidades, grupos de jovens e assentamentos que contribuíram desde a alimentação, infraestrutura e organização do evento. É evidenciado neste evento que há uma articulação entre o MPA e o movimento LGBT do estado da Paraíba.

No dia 28 de junho data que é lembrada como o Dia Internacional do Orgulho LGBT, o MST deu início à 3ª Turma do Curso de Formação Política para LGBTs Sem Terra, realizado em Fortaleza - CE, com apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Segundo Irineuda da Direção Nacional, como documentado pelo autor da matéria Igor Jatobá (2018),

O objetivo é apresentar às e aos militantes o acúmulo do Movimento em relação ao tema e os desafios e tarefas colocadas pros sujeitos LGBTs, para que eles possam levar esses debates para as escolas, acampamentos e assentamentos e, inclusive, pros diversos setores do Movimento e para a própria direção nacional (JATOBÁ, 2018, p. 03).

Vale ressaltar que este objetivo é o mais visionário e desafiador de todos. Levar os debates para os assentamentos é levar os debates para a base. Neste momento não estaremos enfocando nesta parte em específico, mas consideramos importante mesmo tendo como objetivo entender a inserção na estrutura política do movimento. Vale colocar também que este é o terceiro curso com este conteúdo. O primeiro ocorreu em Pernambuco, o segundo em São Paulo na ENFF.

No dia 9 de agosto de 2018 foi noticiado o 2º Acampamento Nacional da Juventude Sem Terra em um texto que traz a experiência do jovem Hércules Santos, de 21 anos, Sem Terra, negro, gay, nordestino e do candomblé. Trazer todas estas identidades em um só corpo é muito representativo, noção que o movimento em sua estrutura política tem e ainda possibilita o espaço

de fala para sujeitos com um histórico de opressão e silenciamento muito agressivo. Este com o poder da fala na reportagem decidiu denunciar o racismo dentro do movimento: "Surgiu, dentro do acampamento, essa conversa que a gente não tinha conseguido a posse da terra ainda porque havia um macumbeiro que era o que impedia nossas Bênçãos" (PINA, 2018, p. 02). Na afirmação do militante é visível que há ainda resíduos de opressão rondando os espaços de acampamentos e assentamentos.

Por fim Hércules também traz a consciência necessária para se enquanto pessoa LGBT na luta pela terra: "Sempre houve LGBTs no campo, mas eles nunca podiam se expor muito. Algumas pessoas diziam 'ah, ele é bixa, mas tem compromisso' e a gente conquistava algum espaço. Mas hoje a gente tem um coletivo agindo, o que está sendo muito Maravilhoso." (PINA, 2018, p. 03). Para ele o coletivo é um divisor de águas nas relações sociais dentro do movimento enquanto negro e gay. Em outra notícia publicada no dia 12 de agosto Hercules é utilizado como exemplo da diversidade de povos que compõe a luta e que isso não desconfigura a unidade na luta pela reforma agrária e pela democracia.

No dia 29 de agosto de 2018, dia da Visibilidade Lésbica, são publicadas duas notícias. A primeira intitulada "Tem existido resistência das mulheres negras lésbicas das quebradas" revela a preocupação do movimento com a interseccionalidade e com a representatividade lésbica. A segunda, intitulada "Dia da Visibilidade Lésbica: existir e resistir pelo direito de amar" e evidenciado mais um caso de LGBTs na luta pela terra. Agora um casal de mulheres lésbicas Daiane e Mariana que são assentadas em Catanduvas - SC.

A próxima ação noticiada no site do MST no ano de 2018 se refere ao Curso para Militantes LGBTs Sem Terra, realizado entre os dias 16 e 20/10, na ENFF. No texto é feito um apanhado do que representou a ação: "um momento de unidade e de luta apontou diversos desafios para o Movimento LGBT diante do atual momento político, em que uma onda de violência tem tomado às ruas do país" (NASCIMENTO, 2018 p. 03).

A ultima ação noticiada no site do MST em 2018 mostra a articulação entre as mulheres, LGBTs e MST a partir da mobilização para as manifestações do movimento #EleNão que buscava conscientizar a população brasileira sobre os riscos da vitória do até então candidato a presidência da república Jair Messias Bolsonaro. Na reportagem são anexadas todas as chamadas que foram feitas por diversos grupos de diversos estados do país explicitando o caráter

massificado que foi a ação, revelando a potencia da articulação entre os grupos sociais envolvidos. A última ação noticiada em 2018 no site do MPA diz respeito a I Carta do I Encontro Nacional das Juventudes do Cerrado que inclui dentro da diversidade dos grupos que compunham o evento inclui-se as LGBT na luta pela terra.

A primeira ação noticiada no ano de 2019 corresponde a mais um curso de formação. Desta vez MST do Paraná realizou no dia 11 de março curso sobre mulheres, agroecologia e diversidade sexual. O objetivo do curso se concentrou no fortalecimento organizativo das mulheres e das LGBT na luta pela terra, discutindo o processo de formação política desses públicos, os intercâmbios na área da Agroecologia, da produção e manipulação de alimentos, além de reflexões sobre o trabalho de base nas áreas de Reforma Agrária do Paraná. Nesta ação nos chama atenção como a formação vai além da formação política para empoderamento das pessoas LGBT na luta pela terra se preocupando na inserção destas no contexto da produção e a relação da agroecologia como um método alternativo com outras frentes, dentre elas a Diversidade Sexual.

No mesmo texto em que é noticiado o curso no Paraná tem uma parte, esta já mais ligada ao cenário que as LGBT na luta pela terra atuam com luta e resistência coletiva, os desafios da luta pela terra, alinhada a construção da liberdade sexual. É também listada uma ação bastante considerável: a bandeira LGBT é hasteada durando o 6º Congresso Nacional do MST. É notório que isso está relacionado à legitimação da auto-organização LGBT na luta pela terra.

No dia 04 de abril é publicada uma nota em que o MST se solidariza a Erica Malunguinho e repudia fala transfóbica de deputado do PSL que ameaçou agredir a deputada caso ela entrasse no banheiro feminino. No dia 17 de maio, semelhante ao do ano passado é publicado um manifesto contra a LGBTfobia assinado por diversas organizações da luta popular dentre elas os movimentos estudados. É um sinal da articulação dos movimentos estudados no âmbito da causa LGBT.

Entre os dias 29 e 31 de abril ocorreu o curso de Formação política para LGBTs Sem Terra no Rio Grande do sul. No dia 25 de junho Igrejas e grupos representantes do movimento LGBT realizam Congresso em São Paulo. Nesta segunda ação se torna motivador identificar que as organizações cristãs católicas estão se abrindo para a pauta da Diversidade Sexual. Na notícia é trago até um fragmento da fala de um membro da CPT que considera a articulação entre tais

organizações religiosas com o Movimento LGBT essencial para a humanidade. Estes acontecimentos além de demonstrar uma continuidade na organização das LGBT na luta pela terra, traz a expressividade de tal organização que já forma sujeitos LGBT Sem Terra no estado em que o MST germinou e dialoga com organizações eclesiais que tiveram papel central na institucionalização da luta pela terra como é o caso da CPT enquanto agente de mediação.

O MAB no dia 24 de maio comemorou através de uma notícia publicada em seu site a vitória para o Movimento LGBT com a maioria dos votos no STF a favor de criminalizar práticas de LGBTfobia no Brasil. Para o MAB, a votação do STF foi uma demonstração de que as leis tem que ser pra todos e que a criminalização da homofobia é um passo para que estado avance na proteção das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil.

No dia 02 de junho foi publicada uma reportagem trazendo mais uma experiência LGBT na luta pela terra. Desta vez do Alan que se autodenomina militante LGBT Sem Terra. Ele atua na direção do MST a partir do Coletivo da Juventude desde 2016 trazendo grandes contribuições na organização de jovens de assentamentos e acampamentos na Paraíba. Nesta reportagem o artigo já está em questão: passam a se autodenominar “as” LGBT Sem Terra. Alan tem formação em agroecologia, e segundo ele a Agroecologia é uma forma de produzir comida saudável e romper com o Latifúndio.

Também com formação em agroecologia Priscila integrante do Coletivo LGBT Sem Terra tem uma reportagem ligada a sua experiência enquanto LGBT no MST. Ela ajuda a coordenar o Coletivo LGBT Sem Terra do RS e representa uma vida LGBT camponesa. A resistência camponesa pode ser LGBT e precisa ser reconhecida. Ela é uma pessoa LGBT que movimenta o assentamento em que vive, atuando até então no mercado compondo o quadro da cooperativa.

Em 28 de junho de 2019, é publicada uma reportagem que o conteúdo se fecha a explicar a motivação para a data ser conhecida como o Dia Internacional do Orgulho LGBT. No mesmo dia a 50 anos aconteceu a mobilização contra a polícia que criminalizava até então as práticas homoafetivas. Diversas pessoas gays, transexuais responderam em massa à repressão da polícia em um bar chamado Stonewall Inn, conhecido na época por ser frequentado por pessoas LGBT. Aqui novamente dão visibilidade a pessoas LGBT Sem Terra.

No dia 02 de julho, no site do MAB é publicada uma chamada para o Seminário LGBTI+ que aconteceu em Rondônia. “A proposta final é a formalização de um documento com propostas e compromissos políticos da luta LGBTI+ ao poder público de Rondônia e fortalecer ainda mais a atuação do Coletivo de Diversidade LGBT do MAB/RO” (MAB, 2019, p. 01). No dia 07 é vez do MST noticiar a realiza 1º Encontro de Gênero e Diversidade Sexual na região de Campinas - SP. no dia aconteceu o 1º Encontro de Gênero e Diversidade Sexual da região de Campinas. Participaram da atividade mulheres e sujeitos LGBT oriundos de acampamentos e assentamentos do MST na região. Patricardo, combate ao machismo, LGBTfobia e racismo foram alguns dos temas discutidos.

No dia 22 de Julho ocorreu no Centro de Formação Paulo Freire, localizado no assentamento Normandia, em Caruaru - PE, a abertura da 4o Turma de Feminismo e Marxismo Nordeste e 7o Turma do Curso de Formação Política para militantes LGBT Sem Terra. Levando em consideração os tempos de organização e engajamento é possível reparar e necessário considerar que tem mais curso LGBT do que feministas.

No dia 25 de Julho foi publicada uma reportagem intitulada “Mulheres trans Sem Terra e a participação política” que se tratava da vivência de duas trans que vivem em comunas no Rio Grande do Norte. As duas chamadas “Jhennifer” demonstram através de suas experiências que é uma vivencia desafiadora haja vista que estamos inseridos em um território onde a transfobia é muito agressiva e assassina. Para além vale considerar que estas veem hoje, através da organização que o território do MST vem produzindo cada vez mais espaços seguros para as pessoas LGBT na luta pela terra.

Ainda sobre o desafio de ser mulher trans na luta pela terra, no dia 20 de agosto o MST do estado do Pernambuco publicou uma nota em que lamenta o assassinato da militante Aline da Silva, travesti Sem Terra que residia no acampamento Malhada no município de Arcoverde (PE). Aline integrava o Coletivo de Juventude e era uma jovem atuante nas atividades do Movimento. Por mais que há esforços visíveis do movimento e dos coletivos de implantarem uma ideia de liberdade sexual é perceptível que os desafios ainda são estruturais.

Em nota publicada no dia 29 de agosto o MST do Rio de Janeiro denuncia ameaça de despejo do assentamento Osvaldo de Oliveira. Não existe alguma fala que evidencie a inserção

da pauta LGBT, mas a imagem da chamada da reportagem mostra a realização uma reunião na qual é estendida uma bandeira do movimento LGBT.

Entre os dias 14 a 19 de outubro ocorreu na ENFF mais um curso para Militantes LGBT Sem Terra. Várias notícias foram publicadas sobre o evento, cada uma delas com um foco. No dia 17 aconteceu a mesa “Diversidade Sexual na Via Campesina”. Matheus Além do MPA, Noel Henrique da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Gabriela do MAB, Montserrat Gomez da Via Campesina-Europa e Marina Santos da direção nacional do MST e representante da Via Campesina-Brasil, debateram identidade de gênero, diversidade sexual e o enfrentamento dentro dos movimentos populares. Salientamos aqui a articulação dos movimentos pesquisados entre si e com a Via Campesina, além disso, o compromisso com a pauta da Diversidade Sexual.

No dia 19 aconteceu a mesa “Luta LGBTI+ em tempos de resistência, avanços e retrocessos” durante o último dia do Curso LGBT Sem Terra. A atividade tem como objetivos a formação política, a auto-organização e o aprofundamento sobre a identidade LGBT Sem Terra. O curso reuniu 56 militantes LGBT Sem Terra de 21 estados, contando com a presença de mulheres e homens trans, travestis, bissexuais, lésbicas e gays. Identificamos distorção nas informações entre as duas últimas reportagens: uma fala que o curso ocorreu entre 15 a 18 e outra de 14 a 19. Constatamos que a segunda informação é a mais contundente haja vista que foi noticiada uma mesa no dia 19.

No dia 24 de outubro foi publicado um texto intitulado “Por que precisamos entender a interseccionalidade?” escrito por Fernanda Alcântara (2019). É notório que este foi motivado pelas reflexões do curso LGBT Sem Terra que ocorreu na semana anterior a publicação deste. Ela traz a interseccionalidade para um patamar muito interessante de analisar: considerando eixos da raça, do gênero e das sexualidades. Neste sentido exalta experiências de Maysa Mathias que é mulher negra lésbica, e da deputada Érica Malunguinho que é mulher trans negra. Além disso ainda afirma que as relações exemplificadas são atravessadas pelo eixo classe. “A partir desta opressão e da separação de corpos, da biologização e do enquadramento de que tudo deve estar dentro de uma norma, que é eurocêntrica, branca, heteronormativa, a estrutura capitalista consegue explorar a divisão social, racial, sexual, tudo para o acúmulo de capital”. (ALCANTARA, 2019, p. 03) No dia 26 é publicada uma reportagem com um conteúdo áudio visual anexo, é uma entrevista com três Drag Queens que participam do MST e participaram da

programação do curso, que estava repleta de mística. A reportagem traz claramente a resistência LGBT na luta pela terra.

No dia 25 de outubro foi noticiada a realização do XIII Encontro das Crianças Sem Terrinha do Paraná e teve como debate principal a conscientização sobre a violência sexual. Houve lançamento de livros e debates que problematizavam a importância da educação para combater a violência sexual: conscientizar as crianças sobre sexualidade é visto como um instrumento válido para tal.

10 de dezembro é a última data em que foram noticiadas ações entre 2015 e 2019. Neste dia foram publicadas duas reportagens no site do MST. A primeira se trata de um Manifesto Conjunto no Dia Mundial dos Direitos Humanos em que 139 Movimentos Sociais reivindicam: “Queremos mais Direitos Humanos, para todos e todas”. Na segunda é noticiado que o MST realiza Feira Estadual da Reforma Agrária no Rio de Janeiro entre os dias 9 e 11 e mesmo que não nada escrito referente a intervenções por parte das LGBT Sem Terra é perceptível através dos registros fotográficos que há uma bandeira hasteada na feira como é possível visualizar na Imagem 2.

Imagem 2 - MST realiza Feira Estadual da Reforma Agrária no Rio de Janeiro

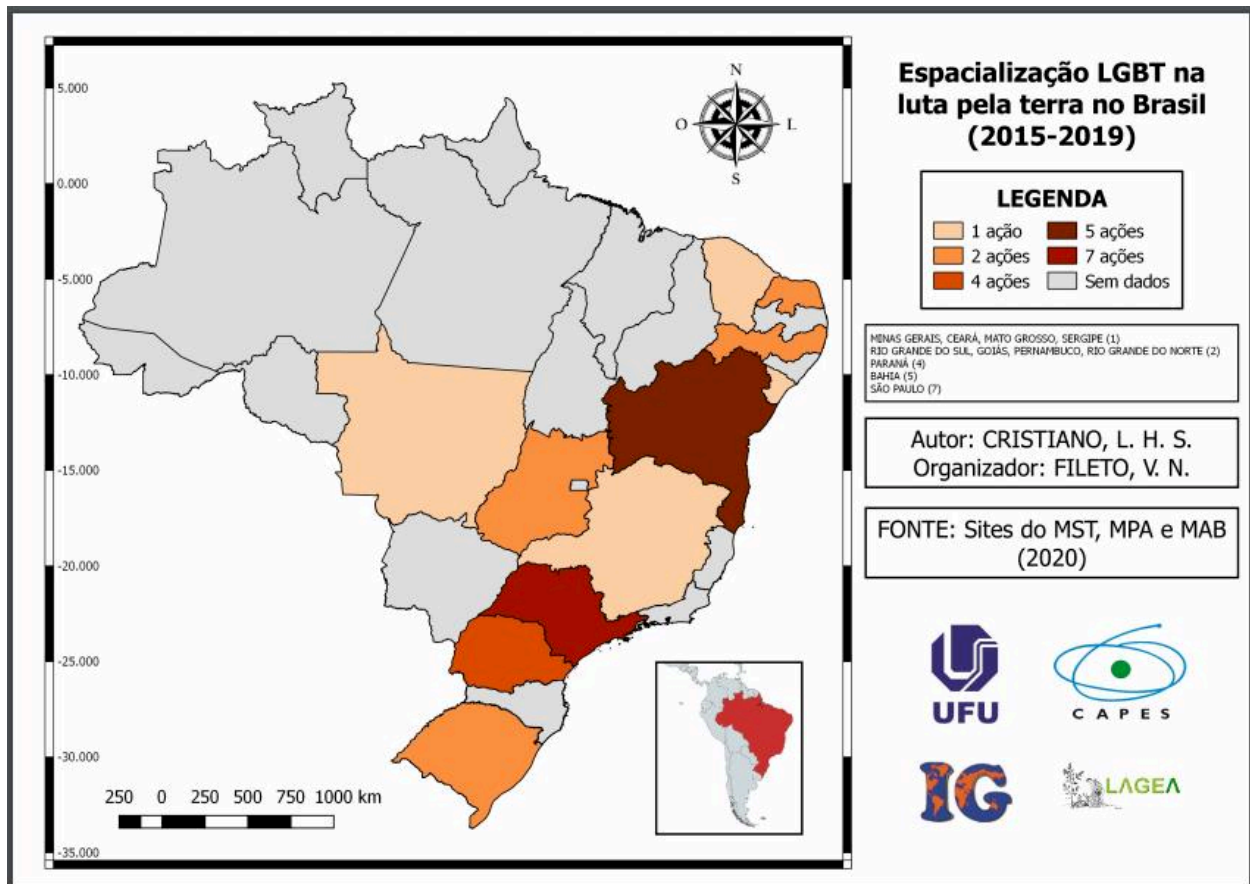


Fonte: MST, 2017.

Nesta linha do tempo foi possível compreender como se deu o processo de organização das LGBT na luta pela terra. Nesta organização, dentro dos objetivos propostos alguns pontos precisam ser salientados: A pauta da classe como parte da organização LGBT na luta pela terra. A solidariedade como causa e consequência da articulação entre os movimentos sociais da luta pela terra e LGBT. Participação nos espaços de decisão dos movimentos por parte das LGBT é decisivo para a existência de tais ações. Os cursos de Formação e auto-organização são as formas de empoderamento e conscientização do grupo para a pauta. Também é possível evidenciar a espacialização LGBT nas paisagens retratadas em alguns textos jornalísticos. Podemos chamá-las de paisagens coloridas.

As ações noticiadas tem indiscutivelmente um caráter espacial como já tratamos no capítulo anterior. Entender tais ações como espaciais se fazem importantes para podermos chegar nos objetivos da pesquisa que se fincam na compreensão geográfica da inserção da pauta LGBT na luta pela terra. Considerando isso, e o recorte temporal da pesquisa, produzimos um mapa na qual é possível visualizar a localização geográfica das ações divididas por estado. São Paulo é o estado com mais ações, isso se deve, sobretudo, a ENFF estar localizada no estado e centralizar a formação de certa forma. O Nordeste é indiscutivelmente a região mais engajada neste debate.

Mapa 2 – Espacialização LGBT na luta pela terra no Brasil – 2015 - 2019



Org.: FILETO, V. N., 2019.

O movimento LGBT na luta pela terra, materializado pela organização LGBT Sem Terra pode também ser entendida em um sentido que vai para além a sua estruturação política do movimento, mesma que esta seja a centralidade do trabalho. As LGBT Sem Terra tem um cotidiano, tem uma vida, e isso se insere no tempo e no espaço. Ou seja, a compreensão da identidade interseccional das pessoas LGBT Sem Terra se expressa na defesa pelo direito de existir, de espacializar-se no movimento.

3.2.2. A luta socialista como instrumento de inserção e legitimação da pauta LGBT na luta pela terra no Brasil

A partir da análise dos textos coletados é possível observar que o maior argumento para a inserção da pauta da diversidade sexual na estrutura política dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil é através da relação entre a violência e o capitalismo. Desde a intersecção gênero, sexualidade e classe, até a equiparação das lutas pela reforma agrária e pela liberdade sexual, o discurso socialista se faz presente recorrentemente na organização das pessoas LGBT na luta pela terra.

Primeiramente vale considerar que a formação para a luta dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil, como já salientado anteriormente, é pautada no modelo socialista. As pessoas LGBT na luta pela terra, inspiradas na organização das mulheres, iniciam sua organização apontando as contradições de um movimento que combate a violência do capital e a prática motivados pelo machismo, pela LGBTfobia, pelo racismo.

Como também salientado anteriormente, tradicionalmente os movimentos de esquerda experimentaram considerável conservadorismo. Como também já tratado neste trabalho Lenin considerava a homossexualidade um desvio burguês. Somente na segunda metade do século XX que o movimento socialista como defensor de um modo de produção contra hegemônico ao capitalismo, que neste mesmo contexto experimentava franca expansão, se apresenta. Na década de 1970 na Europa com a expansão da FHAR que inseriu de forma pioneira o debate da diversidade sexual no contexto socialista ao influenciar militantes exilados no período da Ditadura Militar trouxe o debate de gênero e sexualidade alinhado a esquerda para o Brasil no processo de redemocratização.

No Brasil, como já trabalhado, a candidatura de Herbert Daniel marcou a relação entre os movimentos de esquerda do Brasil e os movimentos ambientalistas e da diversidade sexual. A reação ambígua da esquerda brasileira nos aponta para um desafio da pesquisa: identificar o porquê de inclusão das pautas identitárias sobressair ao contrário que seria manter a característica conservadora da esquerda. Para nós isso ocorre porque está relacionado

diretamente ao avanço da esquerda brasileira que a partir da redemocratização do país era necessário reinventar sua luta e organização em um contexto em que ambas se tornavam mais complexas.

Quando nos alertamos para a significância da luta socialista na organização das LGBT na luta pela terra começamos a nos deparar com algumas questões que nos debruçaremos mais a frente: como se revela o socialismo como instrumento de inserção do movimento LGBT na luta pela terra? Quais os argumentos são centrais na reconstrução do discurso socialista na luta pela terra para a inserção da diversidade sexual? A luta pela terra ou o movimento LGBT que condiciona a organização socialista das LGBT na luta pela terra?

O discurso socialista foi reinventado no Brasil a partir da década de 1990 principalmente com a necessidade de começar a considerar que a classe trabalhadora era diversa. Até então imperava a concepção de que a diversidade identitária não poderia sobrepôr à homogeneização da luta de classes em uma perspectiva binária (classe dominante x classe trabalhadora). Isso começou a refluir pela luta das mulheres trabalhadoras que motivadas especialmente por líderes políticas feministas que acompanharam as lutas feministas na Europa..

A reinvenção do socialismo no Brasil a partir da década de 1990 é materializada através da organização da luta popular. Diversos movimentos, com diversas reivindicações, demandas e agendas se unem através da agenda da luta de classes, agora classes populares. É visível perceber que as primeiras e mais recorrentes articulações entre os movimentos da luta pela terra e LGBT ocorrem por meio da luta popular e pela solidariedade com a luta do outro.

No movimento LGBT a conscientização é feita ao entender que a experiência LGBT camponesa existe e envolve fatores ainda mais problemáticos quando tradicional e homofóbico. Nos movimentos de luta pela terra a estratégia é a diversificação da luta e o dinamismo da estrutura organizacional destes que se apresentam essencialmente na segunda década do século XXI. É sobre este segundo que nos debruçaremos pelo objetivo da pesquisa.

O socialismo no Brasil do século XXI experimenta alto engajamento nas pautas identitárias. A internet tem papel central neste processo, pois facilita a organização alternativa em nível nacional. Em 2015, na primeira ação noticiada que diz respeito a uma intervenção que os homens e mulheres vestiram roupas de gêneros opostos na marcha do Encontro Estadual do MST da Bahia é explicitado no texto o caráter da movimentação foi protagonizada contra o

modelo social machista, patriarcal e capitalista que utiliza e reproduz a violência contra todos. A violência, vista como uma ação dinâmica e de múltiplas nuances, se torna um argumento importante para organização da luta popular por identificar que os produtores de opressão estão articulados entre si.

Na segunda ação noticiada em 2015 em que se trata de uma participação das LGBT na luta pela terra na marcha estadual contra a LGBTfobia na Bahia, é reforçada a importância de se vincular a luta pela terra na luta LGBT e que isso só é possível através do socialismo. “A questão da diversidade sexual e a auto-organização dos sujeitos LGBT's Sem Terra só tem sentido na medida em que se encontra vinculada ao projeto de Reforma Agrária Popular e às lutas mais gerais por transformações sociais e pelo socialismo” (SILVA, 2015, p. 02). Aqui suscitamos um componente importante da organização das LGBT na luta pela terra que está ligada à diversificação da luta popular.

O ponto mais significativo da organização LGBT na luta pela terra se encontra na formação. Essa formação é atravessada pelo socialismo como modelo. Em um texto publicado site do MST um militante LGBT Sem Terra avalia que é preciso aprofundar o processo de formação política e compreender a diversidade sexual que existe dentro da classe trabalhadora. Avaliando a formação política com seu caráter transformador na luta de classes, a militância LGBT na luta pela terra entende que este tipo de formação precisa perpassar pela compreensão da diversidade sexual presente nos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil.

Relacionada à formação política, a produção acadêmica também se torna um componente-chave na expansão da pauta da diversidade sexual dentro dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. “Uma temática que tem ganhado espaço no debate da Reforma Agrária Popular são as relações de gênero e a construção de uma identidade de classe vinculada à dimensão da sexualidade” afirma um dirigente nacional do MST em uma ação noticiada no ano de 2018. Entende-se que a compreensão da classe e do marxismo na produção da identidade da luta pela terra atualmente inclui a dimensão da sexualidade. Isso me parece importante para os questionamentos que permeiam esta pesquisa.

A solidariedade é um ponto importante na articulação dos movimentos LGBT com os da luta pela terra e vice-versa. Como já demonstrado anteriormente, várias notas e textos durante o recorte temporal pesquisado foram publicadas pelos movimentos que se mostram constantemente

e cada vez mais atentos aos acontecimentos ligados a pauta da diversidade sexual. Na nota publicada pelo MST contra o ocorrido na boate pulse consta: “Reforçamos nosso compromisso de lutar por uma sociedade socialista e livre da LGBTfobia” (MST, 2016, p. 02). Além disso, detectamos cartas e manifestos ligados à luta popular que é relacionada com a luta pela terra e o movimento LGBT ao problematizar violência, como noticiado pelo MPA na carta do I Encontro da Juventude do Cerrado em Hidrolândia – GO.

É necessário ressaltar que a pauta da diversidade sexual não está diretamente ligada com a pauta do socialismo. Muito recorrentemente na atualidade se relaciona a pauta da diversidade sexual à luta socialista pelo fato de que ambas são contra hegemônicas. Entretanto cada uma ocupa um determinado espaço que pode sim se sobrepor, mas não necessariamente isso ocorre. No século XXI a agenda da diversidade sexual começa a ser disputada também pelo capitalismo. Motivo que trouxe, a nosso ver, uma preocupação a mais na organização das LGBT na luta pela terra que agora, além de vincular a questão da diversidade sexual ao socialismo, combate os interesses do capital sobre o movimento LGBT. Sobre este cenário um texto coletado no MST aponta que as LGBTs são sujeitos que consomem um determinado tipo de roupa, que frequentam determinados espaços, e o capitalismo passa a produzir mercadoria para isso, transformando a pauta LGBT em mercado. Isso resulta em certa despolitização da bandeira de luta, o que é uma contradição, porque o mercado se propõe a defender o direito das LGBT de ter emprego, de consumir, mas ignora as pautas de raça e de gênero.

Um argumento bastante contundente vindo dos movimentos de luta pela terra para inserção da pauta LGBT através do discurso socialista é a relação próxima de origem entre o patriarcado e o capitalismo. Em um texto coletado afirmam assegurar um projeto de vida para pessoas, que rompem com as imposições patriarcais relativas à sexualidade e identidade de gênero. Neste contexto é válido também inserir o agronegócio que faz parte da estrutura opressora produto da relação do capitalismo e patriarcado.

A marca da organização LGBT na luta pela terra está nas representações das conquistas advindas das lutas travadas durante este processo. Perpassando pela integração do discurso socialista em tal organização, alguns textos deixam explícita a incessante busca pelo respeito dentro do movimento por meio de chamadas como “Pátria Livre de todas as formas de opressão”, fazendo alusão ao grito “Pátria livre, venceremos” do Partido Pátria Livre (PPL) e

“Sem LGBT’s não há revolução” indicando a necessidade de inserir as LGBT na luta pela terra para possibilitar a revolução em moldes legítimos e a luz do tempo.

Por fim, voltamos a uma questão que trabalhamos no capítulo anterior, mas não nos debruçamos como necessário, sobretudo considerando a latência deste a partir da análise dos dados coletados: a interseccionalidade. Neste caso vamos focar nos eixos de opressão ligados a classe, o gênero, a sexualidade, a posição geográfica e a raça. A ordem explicitada é condicionada pela prioridade dada dentro do movimento. A classe é o primeiro eixo considerado que, como já tratado anteriormente, é chave para inserção do debate da diversidade sexual considerando consequentemente o eixo sexualidade. A posição geográfica, como uma proposta de eixo vinda da nossa parte considera que ser camponês na estrutura social do território brasileiro é subversivo a hegemonia urbana. A raça é o último eixo a ser considerado por ter sua inserção nos movimentos estudados extremamente recente e fomentada especialmente pelas mulheres e LGBTs na luta pela terra. O Brasil é um país bastante racista e os movimentos não fogem a esta regra, mesmo que atentos atualmente à pauta, ainda é um desafio. Neste sentido, todos estes debates se integram e o fomento das pautas salientadas se dão interseccionalmente.

O MAB em 2017 se inseriu neste contexto como podemos verificar em texto produzido pelo movimento: “Este é o momento em que a classe trabalhadora precisa estar muito unida para fazer o enfrentamento contra todos esses retrocessos e apontar a importância de debater raça, gênero, diversidade sexual é fundamental” (MAB, 2017, p. 02). Como um complemento, encontramos um trecho de um texto publicado no site do MST em 2018 que trata especificamente da interseccionalidade na luta pela terra: “Para isso, o projeto de Reforma Agrária Popular, que no último período foi colocado como um instrumento de enfrentamento permanente ao agronegócio é base de sustentação das lutas as estruturas de opressão e exploração do capital, como o patriarcado e o racismo” (MATHIAS, 2018, p. 01). É notório que como os outros eixos consideram o racismo opressão articulada ao patriarcado e ao capitalismo.

Uma última articulação entre os movimentos da luta pela terra e LGBT através da luta de classes em uma perspectiva interseccional, que se alargou a partir de 2017, se trata da expansão do conservadorismo no país materializada pela campanha de Jair Messias Bolsonaro nas eleições para presidente em 2018 no qual foi eleito e, o primeiro ano de mandato em 2019. Nunca se mostrou tão necessária a articulação da luta popular. Exemplos disso, os movimentos da luta pela

terra defendem que somos igualmente atingidos pelas consequências de um cenário mundial de agravamento da crise do capitalismo e aprofundamento dos ataques do grande capital aos direitos sociais e a classe trabalhadora, e de um fortalecimento do conservadorismo através do machismo, do racismo, da LGBTfobia, e de outras formas correlatas da intolerância.

O momento atual da conjuntura, de desmonte de um conjunto de direitos adquiridos da classe trabalhadora, de ataque à Reforma Agrária, naturalização da violência às populações de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (LGBTI's), negros, indígenas e mulheres, nos leva a estarmos despertas e atentas, nos organizando e lutando pela vida. (OLIVEIRA, 2019, p. 01)

O governo Bolsonaro tem cumprido o prometido, impondo uma agenda neoliberal que ataca os direitos e a liberdade das “minorias sociais”. Isso vai motivar a organização ainda mais complexa para a luta. Não é atoa que o crescimento na publicação de textos pelos movimentos cresceu tanto nos últimos dois anos. É preciso se mostrar resistente para lutar. Essa resistência nunca foi neste início de século, tão necessária. Por isso, os movimentos LGBT e da luta pela terra, junto com as demais organizações e movimentos de esquerda, em uma perspectiva interseccional, nos próximos períodos tem o desafio de seguir na rua, pautando e lutando contra os retrocessos do governo Bolsonaro, mas também pelas vidas e existência das LGBTs.

3.3. Territorialização das pessoas/sujeitos LGBT da luta pela terra em assentamentos e acampamentos no Brasil

A territorialização da luta pela terra no Brasil, como nos debruçamos no primeiro capítulo se da através da posse da terra. Considerando isso para compreender se já é possível vislumbrar isso para as pessoas LGBT na luta pela terra no Brasil buscamos nos textos evidências para confirmar tal fenômeno. Neste sentido, a intenção foi mapear através de dados subestimados a existência de pessoas LGBT na luta pela terra não só na estrutura política do movimento, mas também nos acampamentos e assentamentos como agentes de produção e apropriação de espaços da reforma agrária.

Como nosso enfoque não está direcionado a experiência dos corpos LGBT em acampamentos e assentamentos, não nos dedicaremos a entendê-las, pois consideramos que esta demandaria outra pesquisa, até mais profunda que essa e com caráter ainda mais antropológico,

não perdendo seu caráter geográfico. Neste sentido, vamos buscar alguns fragmentos de textos coletados para exemplificar a existência destes sujeitos territorializados com fim até de abrir futuras agendas de pesquisa.

Na reportagem que noticia o acontecimento do I Seminário “MST e a Diversidade Sexual” são explicitadas algumas experiências muito motivadoras para a investigação em questão. O texto traz a experiência de Eduardo, que é o primeiro gay assentado da reforma agrária no Ceará. Ele tem um companheiro que vive com ele no assentamento e denuncia a homofobia tanto na estrutura do Estado através da burocracia para o cadastramento de imóveis rurais de casais homoafetivos no MDA. Eduardo chama atenção em seu discurso que, mesmo com tantas denúncias ainda acredita na auto-organização, na resistência e na agitação para transformação do contexto LGBTfóbico que tradicionalmente convive os movimentos de luta pela terra (SILVA, 2015).

Outras experiências são expostas. Romácio Duarte é filho de assentado na Bahia e afirma que ser gay é estar a mercê do preconceito em qualquer lugar. Thiago Hungria é também filho de assentado e atua no setor de gênero do MST e afirma que é preciso compreender de fato os reais desejos e sentimentos para que a partir disso possam entender as LGBT na luta pela terra como sujeitos construtores da sua própria história. Rosana Maria lésbica e do MST de Pernambuco, e Hércules Santos, ambos já citados neste capítulo, também são assentados e compõe o quadro de LGBTs territorializadas na luta pela terra no Brasil.

Vários textos publicados pelo MST trazem especificamente experiências LGBT na luta pela terra. Rosana e Hercules são exemplos de sujeitos territorializados deste. Uma reportagem intitulada “A luta também une” tem este fim. O texto fala sobre a vida de um casal de lésbicas assentadas. Isabel Soares de 34 anos e Lúcia do Socorro de 41, elas estão juntas há 15 anos. Lésbicas, educadoras do campo e trabalhadoras Sem Terra, tem uma família composta por duas mulheres e dois filhos. É muito interessante essa experiência, como a de Eduardo que ressignificam a concepção de família também no contexto da luta pela terra.

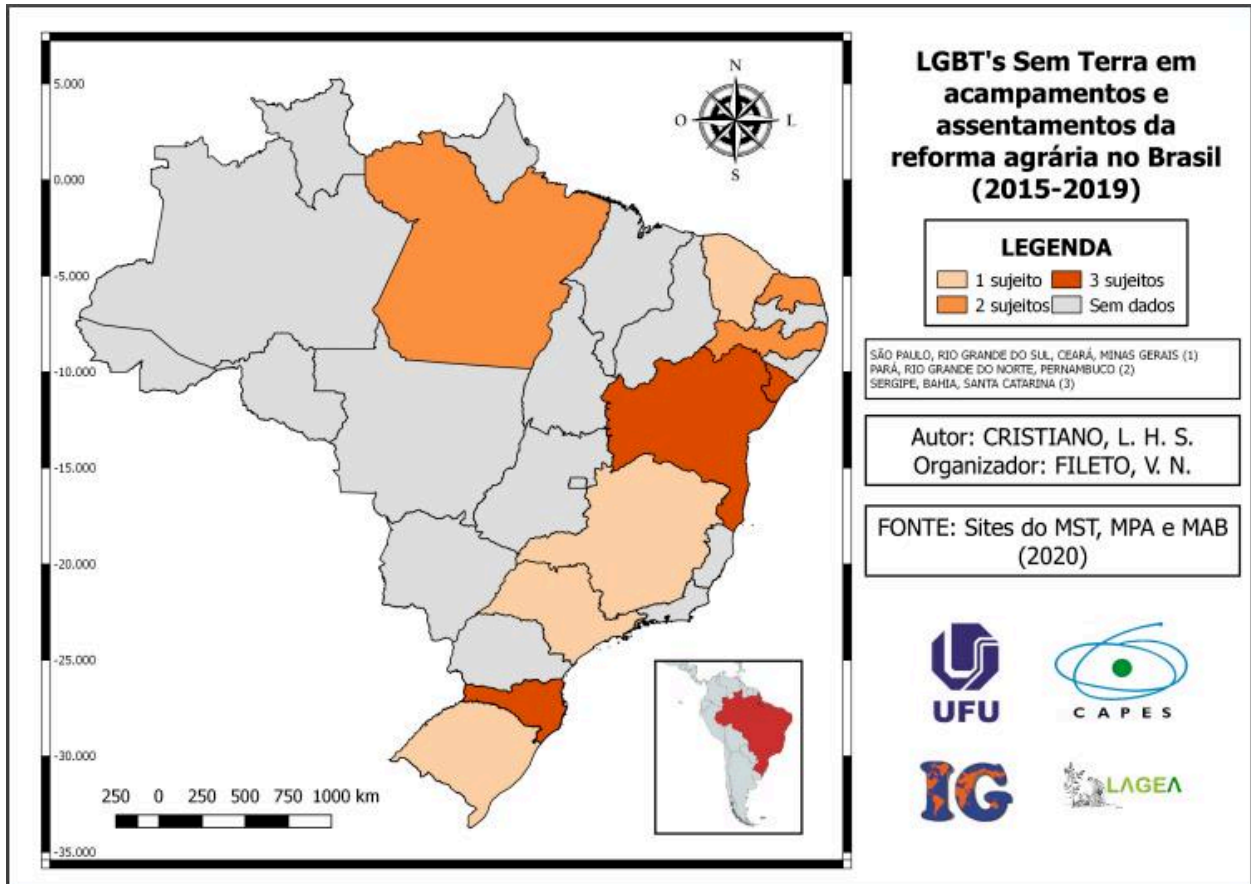
Outras duas experiências LGBT territorializadas na luta pela terra que nos chama atenção é a de Alan Kinson assentado na Paraíba e Priscila assentada no Rio Grande do Sul. Ambos atuam na formação e nos coletivos de juventude dos seus respectivos estados trazendo o debate da forma mais genuína possível: através da participação ativa nas atividades cotidianas dos

assentamentos. Alan estuda agroecologia e ajuda a implantar o sistema no assentamento onde vive com os pais. Priscila trabalha na parte da logística da cooperativa que faz parte o assentamento onde vive com a família. Ambos acreditam que a organização LGBT na luta pela terra precisa se dar na esfera da produção.

As últimas experiências que nos debruçamos qualitativamente também diz respeito a reportagens publicadas pelo MST com fim de expor experiências LGBT na luta pela terra. Estas experiências territorializadas desta vez dizem respeito a duas mulheres trans: Jhennyffer Lins e Jhennyffer Cordeiro acampadas no Rio Grande do Norte. Ambas tiveram experiências positivas relativas à aceitação da família. A primeira inicialmente não foi aceita, mas como ela testemunha, com um mês morando na casa de uma amiga, sua mãe te ligou para que voltasse para a casa. Refletindo sobre a vivência trans nos acampamentos e assentamentos avaliamos uma fala de Jhennyffer Lins como muito importante: “Nós temos que avançar mais [...] ter mais cursos, mais atividades de formação com as LGBT e as famílias assentadas e acampadas. Além disso, precisamos avançar na compreensão da diversidade humana. Eu acho tudo isso muito importante” (LIMA, 2019, p. 05).

No final, entre acampadas e assentadas identificamos 17 pessoas em todo o Brasil, como é possível observar no mapa 3. Como já dito, não temos a preocupação com a veracidade e a intensidade destes dados haja vista os objetivos da pesquisa. Ou seja, o que tentamos aqui foi mensurar a existência de pessoas LGBT nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária. Temos noção que nossa análise é simplista e não busca compreender o cotidiano das pessoas LGBT territorializadas na luta pela terra, apenas buscamos identificar a existência e a resistência delas.

Mapa 3 – LGBT's Sem Terra em acampamentos e assentamentos da reforma agrária no Brasil – 2015 - 2019



Org.: FILETO, V. N. 2020.

Esta parte existe ao evidenciar a territorialização que ocorre com a posse da terra. Sujeitos que atuam no espaço, se apropriam e reproduzem sua identidade. Essa identidade é que da consistência para a continuidade e fortalecimento da organização LGBT na luta pela terra no Brasil. Essa identidade específica é produzida nos assentamentos, acampamentos, na estrutura política e nos espaços de debate e formação no século XXI. Sobre essa identidade é que nós vamos preocupar em compreender daqui pra frente.

3.4. LGBT Sem Terra: Uma nova identidade na luta pela terra no Brasil do século XXI

A existência de pessoas LGBT no campo e na luta pela terra existe faz muito tempo, que facilmente não conseguimos mensurar. Pelo caráter da pesquisa, não nos preocupamos em datar isso. A organização LGBT na luta pela terra se inicia burocraticamente em 2013, como já tratamos no início deste capítulo e essa organização que nos parece importante no que diz respeito à produção de uma identidade específica: a identidade LGBT Sem Terra.

A produção da identidade LGBT Sem Terra tem influência direta do MST. O termo LGBT Sem Terra germina no movimento dando o nome para o coletivo de diversidade sexual e populariza na segunda metade da segunda década do século XXI entre os outros movimentos de luta pela terra que criam suas próprias frentes, mas não negam o pioneirismo do MST.

Partindo do princípio de que a espacialização se dá através da organização que por sua vez produz identidade, vamos tentar entender o que compõe a identidade LGBT Sem Terra através dos componentes intrínsecos a sua organização que por sua vez se espacializa nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro.

Primeiramente vale considerar que a produção de tal identidade está vinculada à ideologia socialista. As LGBT Sem Terra se aproximam do socialismo na sua formação política que é primariamente estruturada no âmbito dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. Neste sentido, sumariamente defendem em sua agenda de luta a formação política e a saída para os problemas sociais do campo brasileiro através do socialismo. Vale ressaltar aqui que esta é produzida como uma identidade de luta.

A pauta da diversidade sexual na luta pela terra fomentada pelas LGBT Sem Terra tem também como característica seu caráter internacionalista. O MST quando começa a inserir este debate no Brasil, aciona a Via Campesina que articula o debate em escala internacional na Europa e América Latina. Desde então as LGBT Sem Terra no Brasil não se desvinculam do debate da diversidade sexual, da luta pela terra e da interseção entre estes, internacionalmente.

A produção da identidade LGBT Sem Terra é pioneira ao inserir à interseccionalidade como questão nos movimentos estudados. Inicialmente motivadas em compreender sua própria existência passam a adotar os eixos de classe, gênero e sexualidade com a justificativa de que é

necessário que a classe trabalhadora incorpore a luta LGBT como parte suas lutas, para que não permitam violência contra as LGBT em nenhum espaço.

A raça vem como um condicionante haja vista que o conceito de interseccionalidade é produzido pelas feministas negras. Além disso, as próprias LGBT Sem Terra negras abriram o espaço para este tipo de debate, que até então não era seriamente considerado pelos movimentos. Atualmente atuam com ampla a diversidade de eixos possíveis. Dentro dos textos coletados, pelo menos 3 salientavam a importância de considerar a interseccionalidade na organização LGBT Sem Terra.

Como afirmam Mariano e Paz (2018) a organização das LGBT Sem Terra é motivada pela organização das mulheres que desde meados da década de 1990 experimentavam alto grau de engajamento e organização. Estas inspiraram as LGBT Sem Terra principalmente na contestação do patriarcado. Vale lembrar que as mulheres lésbicas foram determinantes neste processo por experimentarem ambas as dimensões de luta e organização.

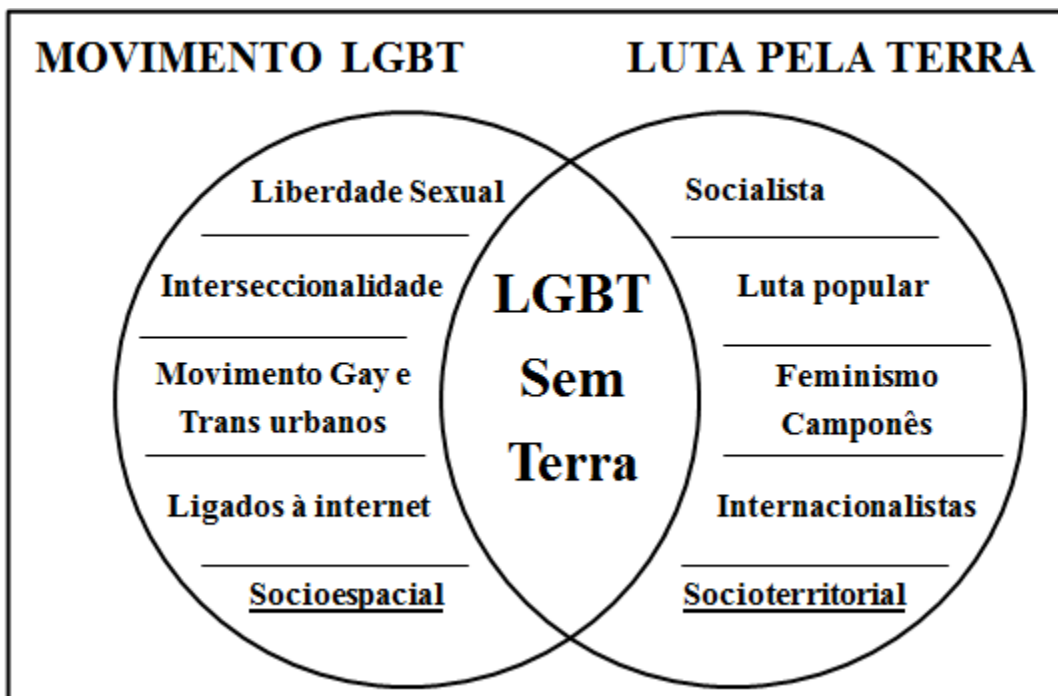
Mais próximos dos interesses que se vinculam os objetivos da pesquisa também avaliamos que mesmo não tendo um compromisso com o discurso científico geográfico, as falas dos sujeitos LGBT Sem Terra estão carregadas de geograficidade. Busca pelo território e ao acesso à espaços de luta, debate e representação política são recorrentes em seus discursos.

Algo interessante na organização das LGBT Sem Terra é o uso do artigo feminino como forma de empoderamento contra hegemônico (MARIANO; PAZ, 2018). Além disso é notável o engajamento das LGBT Sem Terra que participam ativamente e concomitantemente dos movimentos da luta pela terra e LGBT. Dentro da luta pela terra as LGBT Sem Terra são corpos marcados pela sexualidade e combatem a estrutura patriarcal inserida contraditoriamente, neste contexto. Do outro lado, no movimento LGBT se inserem enquanto Sem Terra, desconstruindo a ideia de que o campo não as cabe. E assim reforçam sua identidade de luta.

Tal identidade tem um caráter muito próprio do século XXI: a relação próxima com os meios de comunicação cibernéticos. A internet vem se tornando um mecanismo cotidiano de produção de visibilidades e cada vez mais efetivo. Neste sentido as LGBT Sem Terra se apropriam destes espaços recorrentemente. É possível identificar que considerável parte dos responsáveis pelas ações noticiadas são LGBT Sem Terra. Estes mesmos são produtores do próprio conhecimento

Sobre a especificidade da identidade LGBT Sem Terra trazemos um esquema no qual trazemos quais as características principais do grupo e qual a influencia destas, considerando que podem ter vindo do movimento LGBT ou da luta pela terra. O que é importante considerar neste sentido é a agenda construída pelas LGBT Sem Terra e de que forma esta condiciona a espacialização delas.

Figura 1 – Esquema da produção da identidade LGBT Sem Terra



Org.: FILETO, V. N., CHELOTTI, M. C. 2020.

No esquema tentamos estruturar a formação da identidade LGBT Sem Terra a partir da interseção entre as especificidades na pauta política do movimento LGBT e da luta pela terra. Percebemos que as pautas que tangem o debate pela liberdade sexual, a interseccionalidade, as inspirações e solidariedade ao movimento Gay e Trans urbanos, o acesso e o uso da internet como estratégias para reprodução da identidade vem da influência do movimento LGBT. De outro lado as influencias da luta pela terra na construção da identidade LGBT Sem Terra se

apresenta através de seu posicionamento socialista, internacionalista e popular, muito inspirados na organização das mulheres camponesas da luta pela terra, sobretudo.

Além disso, uma grande questão a respeito da identidade LGBT Sem Terra a partir da perspectiva geográfica e a nuance de cada um dos dois movimentos que tal identidade representa. O movimento LGBT é socioespacial, pois espacializa suas demandas e aguarda que suas ações reivindicatórias, ligadas a pautas já salientadas, sejam vitoriosas. Por outro lado a luta pela terra é socioterritorial, pois tem o território como trunfo: a posse da terra. Por isso é tão importante considerar que as ações ligadas a inserção das pautas LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil são ações espaciais, dizem respeito a espacialidades. As ações territoriais estão mais ligadas a luta pela terra.

Por fim, o significado da identidade LGBT Sem Terra, que além de propor um processo de luta permanente contra as estruturas raciais, patriarcais e heterossexistas do capitalismo, aponta os assentamentos e acampamentos dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil como espaços de liberdade de expressão e de vivência da sexualidade como parte integral do projeto de sociedade socialista (LIMA, 2017). A organização das LGBT Sem Terra é sinteticamente “por um projeto colorido, antirracista, feminista e popular para o Brasil.” (LIMA, 2017, p. 06). Vale ressaltar que a identidade LGBT Sem Terra está arraigada a luta popular e toda sua complexidade. Está dentro dos movimentos de luta pela terra, mas também está presente fora deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ultimo nos cabe aqui trazer, a partir de tudo que foi trabalhado nos três capítulos da dissertação, os caminhos utilizados para chegar aos resultados que trouxemos e como este caminho possibilitou a resposta para a nossa problemática e chegar aos objetivos da pesquisa. Para isso, vamos refletir especificamente sobre o que nos propomos.

A nossa problemática está fundada na evidencia de que a Geografia brasileira se ausentou no debate a respeito do corpo e da sexualidade, tendo como ascensão tais tipos de debate a partir da década de 1990 com as geografias feministas e das sexualidades e na necessidade de tratar dos movimentos sociais da luta pela terra a partir da abordagem socioterritorial. Assim tentamos demonstrar que ambos os campos caminhavam independentes sem considerar uma interseção entre estes e que as movimentações das LGBT Sem Terra já experimentavam uma considerável consistência espacial.

A primeira pergunta da nossa problemática questionava como os sujeitos da luta pela terra se posicionam com a inserção do movimento LGBT na estrutura organizativa dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. Esta inserção é marcada pela institucionalização de grupos de estudos, cursos de formação, intervenções em eventos, a participação de militantes LGBT Sem Terra nos espaços políticos dos movimentos e a direta cobrança pelo respeito às pautas ligadas a diversidade sexual. Neste sentido, podemos afirmar que este posicionamento é paradoxal.

Considerando a existência espacial dos sujeitos da luta pela terra podemos utilizar do conceito de espaço paradoxal para afirmar que há ainda negociações de poder, no qual onde há a espacialização LGBT dentro dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil há também reprodução do patriarcado. No mesmo território do MST em que é realizado cursos de formação em escala regional e nacional, é assassinada uma pessoa trans militante LGBT Sem Terra. A própria continuidade na organização das LGBT Sem Terra evidencia a necessidade de se debater ainda os motivos pelo qual é necessário respeitar pessoas com corpos marcados pela sexualidade em acampamentos e assentamentos da reforma agrária no Brasil.

A segunda pergunta da nossa problemática instiga a investigação central da pesquisa que se concentra em entender as motivações, articulações e demandas das LGBT Sem Terra. No

último item do terceiro capítulo trouxemos um esquema no qual ilustramos os componentes principais da identidade LGBT Sem Terra. Essa identidade é fundada pela interseção entre a luta do movimento LGBT e a luta pela terra. As suas demandas são específicas sejam nos movimentos socioterritoriais no campo sejam no movimento LGBT. Não conseguimos mensurar a intensidade das ações das LGBT Sem Terra, pois nos limitamos a entender suas reivindicações na estrutura política nos movimentos que participa. Mesmo que consideramos a sua força enquanto camponeses no movimento LGBT, temos como enfoque a espacialização LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo.

A terceira pergunta, sem dúvidas é a que possibilita as discussões mais desafiadoras desta pesquisa: como se expressam estas novas territorialidades? É importante considerar que a estratégia metodológica adotada nos fez secundarizar o conceito de territorialidade que foi suscitado no primeiro capítulo. Confluindo com a perspectiva espacial pós estruturalista defendida por Dooren Massey, não nos sentimos seguros em limitar a organização das LGBT Sem Terra como uma manutenção dos territórios dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. As LGBT Sem Terra são diversas, são interseccionais, são regionalmente distintas e tem suas demandas específicas. A organização das LGBT Sem Terra consiste em ações espaciais contínuas que paradoxalmente produzem espaços seguros para o debate das pautas identitárias em um território tradicionalmente rígido e resistente a tais questões. Como afirmamos algumas vezes durante o trabalho, seria necessária outra pesquisa para mensurar essa complexidade.

O nosso objetivo geral consistia em compreender geograficamente a inserção do debate do movimento LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil. Primeiramente nos cabe afirmar que o nosso maior compromisso foi em trazer a temática para o contexto geográfico. Como discorremos durante todo o trabalho, é possível identificar uma ausência em estudos que relacionam à temática. De um lado a Geografia agrária que se compromete em estudar os movimentos sociais e se distancia das questões relacionadas ao corpo e as sexualidades. De outro a Geografia das sexualidades no Brasil que se limita aos estudos no espaço urbano. Neste sentido, por nos comprometer em entender no contexto geográfico, avaliamos que obtivemos sucesso em conseguir relacionar temáticas com tradições epistemológicas diversas, mas que se encontram nas práticas espaciais.

Esta pesquisa se finca numa perspectiva que poderia ser tratada como contraditória. Mas encontramos duas perspectivas que se findam em uma existência espacial. A Geografia que se propõe em compreender como se organiza a sociedade é a que nos comprometemos em defender, neste sentido entendendo que as LGBT Sem Terra enquanto sujeitos políticos atuam sobre o espaço e assim produzem espaços e ressignificam o território.

Vale pensar que estas existências estão cada vez mais inseridas em processos de luta e combate para com o governo que está do mesmo lado de quem extermina os sujeitos da luta pela terra e LGBT. A congruência entre tais identidades se apresenta duplamente atacada. Debateremos aqui sobre o desenvolvimento de políticas públicas que foram conquistadas com muita luta e agora se veem ameaçadas e em refluxo. Para os próximos capítulos desta história, esperamos testemunhar dias melhores.

Por fim seguimos a colocar mais questões em cheque, fomentando novas agendas de pesquisa e provocando áreas da ciência geográfica. Pensando conceitos trabalhos tanto na Geografia das sexualidades e na Geografia Agrária há uma gama de perspectivas que podem ser exploradas em relação a temática da diversidade sexual no campo brasileiro na Geografia haja vista que ambas as desconsideraram historicamente o campo e a diversidade sexual respectivamente de suas agendas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda. **Por que precisamos entender a interseccionalidade?** 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/10/24/por-que-precisamos-entender-a-interseccionalidade/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Os Movimentos Sociais Rurais e a Teoria geográfica. In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 11, 2006, **Anais do XVIII ENGA**, Rio de Janeiro, 2006.

ALVES, Flamarion Dutra. A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia Ensino & Pesquisa**. v. 16, n. 3, p.7-18, 2012. <https://doi.org/10.5902/223649947570>

BAREL, Yves. Le social et sesterritoires. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. (orgs) **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fayyard e Fondation Diderot, 1986.

BIMBI, Bruno. **O fim do armário: Lésbicas, gays, bissexuais, e trans no século XXI**.Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

BORGES, Lizely. **Esvaziamento da democracia e dos direitos LGBTs estão conectados, aponta seminário**. 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/06/21/esvaziamento-da-democracia-e-dos-direitos-lgbts-estao-conectados-aponta-seminario/>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. Brasil, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: Ortega, Antônio César; Almeida Filho, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**.Campinas: EditoraAlínea, 2007.

BROWN, Michael. **Closet space: geographies of metaphor from the body to the globe**.London: Routledge, 2000. <https://doi.org/10.2514/2.3599>

_____. Gender and sexuality I: intersectional anxieties. **Progress in Human Geography**, v. 36, n. 4, p. 541-550, 2012. <https://doi.org/10.1177/0309132511420973>

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

CAMAROTTI, Renata. **A trajetória do movimento LGBT: Luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

COLLINS, Patricia Hill. (1990), "**Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**". Trad. Natália Luchini. Seminário "Teoria Feminista", Cebrap, 2013. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>

_____. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, [s.l.], n. 51, p.1-23, dez. 2017.

COMUNICAÇÃO, Portal Paranaense de. **Em parceria com a UENP, acampados participam do projeto "Sexualidade em Movimento"**. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/06/19/em-parceria-com-a-uenp-acampados-participam-do-projeto-sexualidade-em-movimento.html>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

COUTO, Maria Aparecida Souza. Masculinidades e Feminilidades: A construção de si no contexto escolar. **Aurora**, v. 4 n. 1 p. 114-123, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero," **Revista Estudos Feministas**, v.10, p. 171-188, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

_____. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

_____. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. <https://doi.org/10.2307/1229039>

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DALPERIO, Lara Cardoso. Geografia dos movimentos socioterritoriais de 2000 a 2011. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 10, 2012, **Anais do XXI ENGA: Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**, Uberlândia, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2013.

FELICIANO, Carlos Alberto; PEREIRA, Danilo Valentin. Pela ruas, campos, cidades e avenidas: ações e manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil (2000-2011). In: CAMPOS, Janaína Francisca de Souza; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **DATALUTA: Questão Agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 117-143.

FELICIANTONIO, Cesar Di. Por uma análise interseccional (e materialista) da migração queer: levando em consideração o papel dos regimes de bem-estar social In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014. p. 57-78.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979-2005. In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 11, 2006, **Anais do XVIII ENGA**, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.p. 161-198.

_____. **Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra: Formação e Territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p.24-34, jun. 2005.

_____. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança.** Presidente Prudente, Nera, 2003. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf. Acesso em 03.06.2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **(Re)tratos discursivos do Sem-Terra.** Uberlândia: EDUFU, 2007. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-145-1>

GERMER, Claus. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90.** 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 259-284.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos Sociais:**A construção da cidadania dos brasileiros, São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais:**paradigmas clássicos e contemporâneos, São Paulo: Loyola, 2003.

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; NOVAIS, Sandra Nara da Silva. Práticas sexuais e homossexualidade entre os indígenas brasileiros. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p.44-57, jul. 2013.

GOMES, Maria Sueli. **Novo dicionário escolar DEAC: Portugues.** 10ª edição. Belo Horizonte: Acervo Cultural, 1999.

GORISCH, Patricia. **O reconhecimento dos Direitos Humanos LGBT:** De Stonewall a ONU. Curitiba: Editora Appris, 2014. <https://doi.org/10.18366/pg.0707.2017>

GREEN, James N. **Além do Carnaval:** A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. **Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos Populares no Brasil: desafios e perspectivas. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90.** 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 285-297.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L. et al. **A emergência da multiterritorialidade.** Porto Alegre: Editora da Ulbra, 2008. p. 19-36.

IANNI, Octavio. A Formação do Proletariado Rural no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate de esquerda.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 127-146.

JATOBÁ, Igor. **3a Turma do Curso de Formação Política para LGBTs Sem Terra ocorre em Fortaleza.** 2018. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/07/02/3a-turma-do-curso-de-formacao-politica-para-lgbts-sem-terra-ocorre-em-fortaleza/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

LAURETIS, Tereza de. **A tecnologia do gênero.** Indiana University Press, 1987, p. 01-30.

LEITE, Sergio. Assentamentos rurais no Brasil: Impactos, dimensões e significados. In: STEDILE, João Pedro. **A Reforma Agrária e a Luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997. p. 157-176.

LIMA, Wesley. **LGBT Sem Terra: uma identidade de luta.** 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/11/04/lgbt-sem-terra-uma-identidade-de-luta/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **“Nós não voltaremos para o armário”.** 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/03/27/nos-nao-voltaremos-para-o-armario/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

LOERA, Para além da barraca de lona preta: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 73-94.

MAB. **Por uma sociedade mais justa e livre de preconceitos- Somos atingid@s LBTT.** 2017. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/por-uma-sociedade-mais-justa-e-livre-preconceitos-somos-atingids-lgbt-0>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

_____. **Seminário LGBTI+ acontecerá em Rondônia.** 2019. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/semin-rio-lgbti-acontecer-em-rond-nia>>. Acesso em: 31 nov. 2019.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thaís Terezinha. Diversidade Sexual e de Gênero no MST: Primeiros Passos na luta pela liberdade sexual. In: NOGUEIRA, Leonardo et al. **Hasteemos a Bandeira Colorida: Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 289-314.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da Questão Agrária no Brasil.** Vozes: Petrópolis, 1985.

_____. **O Sujeito Oculto: Ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2003.

MATHIAS, Maysa. **A vida não é abstrata, é estrutural.** 2017. Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/11/14/a-vida-nao-e-abstrata-e-estrutural/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

MCDOWELL, Linda. **Genero, Identidad y Lugar: Un estudio de las geografías feministas.** Madrid: Ediciones Catedra, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. Impactos Históricos do uso e da propriedade da terra no Brasil. In: STEDILE, João Pedro. **A Reforma Agrária e a Luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997. p. 77-93.

_____. Movimentos sociais no campo: lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 113-136.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 217-228.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Caderno de Formação Nº 5: Diversidade Sexual no MST - Elementos para o debate**. São Paulo: Setor de Gênero, 2017.

_____. **Documento “O MST e a Diversidade Sexual**. 2015.

_____. **MST emite nota sobre atentado homofóbico e fundamentalista nos EUA**. 2016. Disponível em: <<https://mst.org.br/2016/06/13/mst-emite-nota-sobre-atentado-homofobico-e-fundamentalista-nos-eua/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

_____. **Dia da Visibilidade Lésbica: existir e resistir pelo direito de amar**. 2018. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/08/29/dia-da-visibilidade-lesbica-existir-e-resistir-pelo-direito-de-amar/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

NASCIMENTO, Nadine. **“Eles têm a sensação de que a violência contra nossos corpos é algo legitimado”, diz presidenta da ABGLT**. 2018. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/10/21/eles-tem-a-sensacao-de-que-a-violencia-contr-nossos-corpos-e-algo-legitimado-diz-presidenta-da-abglt/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

GRAZIANO NETO, Francisco. Recolocando a questão agrária. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 238-253.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. CABRAL, Euclides Afonso. **A carne mais barata do mercado**. Uberlândia: Observatório Trans, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo**. Contexto: São Paulo, 1988.

ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terra plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p.309-322, jun. 2008. <https://doi.org/10.5212/TerraPlural.v.2i2.309322>

PACHECO, Maria Emília Lisboa. O joio e o trigo na defesa da reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 203-219.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica**. 2009. 239 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

PEDON, Nelson Rodrigo; DALPERIO, Lara Cardoso. A contribuição da abordagem socioterritorial à pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais. In: CAMPOS, Janaína Francisca de Souza; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **DATALUTA: Questão Agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 39-68.

PELOSO, Ranulfo. **A Luta e a Organização Popular**. In: Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Caderno de Formação nº 38: “Método de trabalho de base e organização popular”**. Setor de Formação. São Paulo, 2009. P. 53-60.

_____. A Luta Popular. In: Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Caderno de Formação nº 38: “Método de trabalho de base e organização popular”**. Setor de Formação. São Paulo, 2009. P. 61-66.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. A: dimensões políticas, implantação e resultados. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 26, n. 3, p.587-612, dez. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000300009>

PINA, Rute. **Hércules Santos: negro, gay e do candomblé na luta pela diversidade**. 2018. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/08/09/hercules-santos-negro-gay-e-do-candomble-na-luta-pela-diversidade/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

PINTO, Luis Carlos Guedes. Reflexões sobre a Política Brasileira no Período de 1964-1994. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (abra)**, São Paulo, v. 25, n. 1, p.65-92, abr. 1995.

POLETTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel. **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.p. 137-159.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias:um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther;SADER, Emir. **La Guerra Infinita Hegemonia y Terror Mundial**. Buenos Aires: CLACSO, 1997. p. 217-256.

_____. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST.OSAL, **Observatorio Social da América Latina**, Buenos Aires. v. 6, n. 16. p. 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. 1. ed. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013.

RATTS, Alex et al. Geografia e Diversidade: Gênero, Sexualidades, Etnicidades e Racialidades. **Revista da Anpege**, [s.l.], v. 12, n. 18, p.223-238, 2016. <https://doi.org/10.5418/RA2016.1218/0012>

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

RIBEIRO, Leonardo Nieves. Os territórios, a Via Campesina no Brasil e o conceito de movimento socioterritorial. **Boletim do Dataluta**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p.1-18, fev. 2015.

RODO-DE-ZARATE, Maria. Interseccionalidad y malestares por opresión a través de los Mapas de Relieves de la Experiencia In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014. p. 39-56.

ROGERS, Paulo. **Os Afectos Mal-Ditos O Indizível Das Sexualidades Camponesas**. 2006. 219 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROSA, Marcelo. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 95-112.

ROSE, Gillian. **Feminism & geography: the limits of geographical knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSSI, Rodrigo. CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Periferias pobres e masculinidades: uma discussão sobre espaço e elementos identitários dos adolescentes em conflito com a lei. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 211-236.

RUA, Maria das Graças. & ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painéis?: As relações de gênero nos assentamentos rurais”**. Brasília: Unesco, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SAQUET, Marco Aurélio. As relações de poder e os significados do conceito de território. In: SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 27-36.

SIGAUD, Lygia. A engrenagem das ocupações de terra. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 53-72.

SILVA, Jeane Medeiros. Análise do Discurso e pesquisa qualitativa na Geografia. In: RAMIRES, Julio Cezar de Lima. PESSÔA, Vera Lucia Salazar. **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 91-122.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 165-190.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009a. p. 93-114. <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2010.3542>

_____. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009b. p. 115-134.

_____. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009c. p. 135-150.

_____. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013. p. 143-182.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria. Apresentação. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014a. p. 17-38.

_____. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014b. p. 15-16.

SILVA, Maura. **Sou gay, sou lésbica, sou trans, sou bi, sou Sem Terra, sou humano, sou como você**: Sem Terra realizam seminário “O MST e a Diversidade Sexual”, e acreditam que a incorporação de lutas identitárias também faz parte do amadurecimento do Movimento. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão). In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 53-68.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária e o socialismo. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004.

_____. Introdução. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate de esquerda**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 17-35.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade**. São Paulo : M. Limonad, 1986.

VALENTINE, Gill. Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9272.2007.00587.x>

VEIGA, José Eli da. **O que é Reforma Agrária?** Abril Cultural/Brasiliense: São Paulo, 1984.

_____. Reforma Agrária hoje. In: STEDILE, João Pedro et al. **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. p. 298-306.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança : um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores**. 2008. 223 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

WALKER, Alice. **In Search of Our Mothers' Gardens**. New York, Harcourt, Brace Jovanovich, 1983.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baldel. O Campesinato Brasileiro: Uma história de resistência. **Resr**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p.24-42, fev. 2015.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, n. 1, p.60-75, set. 2006.XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.